



A p r e s e n t a

**ANUÁRIO**  
d e I t a j a í



FUNDAÇÃO  
GENÉSIO  
MIRANDA  
LINS

**2012**





O melhor do mar para você.

A Gomes da Costa e a cidade de Itajaí  
unidos pela paixão por pescado.



# *Ser parte da cidade...*

As histórias mais recentes da Gomes da Costa (GDC) e de Itajaí se confundem. A empresa se instalou na cidade em 1998 para se tornar, hoje, o maior complexo industrial de processamento de pescado da América Latina. Neste mesmo período o município avançou e obteve conquistas socioeconômicas importantes, reconhecidas na infraestrutura que oferece para os negócios do setor pesqueiro e na pujança da segunda maior economia do Estado de Santa Catarina.

Confiante na força de Itajaí, a GDC continua a investir na região, iniciativa que faz parte da vontade de aprofundar ainda mais nossa integração com a cidade. Desde o início, a empresa entendeu que crescer é contribuir com o desenvolvimento socioeconômico da região e para a melhoria da vida da população.

Ao usufruir de uma das melhores infraestruturas do país, a Gomes da Costa retribui com incentivos ao emprego, à responsabilidade ambiental e social e ao orgulho de pertencer a esta cidade.

É motivo de orgulho também para a GDC saber que tem uma equipe de colaboradores comprometida com os resultados da empresa, ao mesmo tempo em que a empresa atua diretamente para promoção da qualidade de vida das pessoas dentro e fora da GDC.

Continuaremos a trilhar um caminho de parceria para o desenvolvimento com a cidade de Itajaí.

**Alberto Encinas**  
Diretor Presidente – GDC Alimentos S/A  
Director Presidente • President

**Prefeito**

Jandir Bellini

**Vice**

Dalva Maria Anastácio Rhenius

**Superintendente da FGML**

Antonio Carlos Floriano

**Diretor do Museu Etno-Arqueológico  
de Itajaí**

Ivan Carlos Serpa

**Diretora do Centro de Documentação  
e Memória Histórica**

Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

**Diretor do Museu Histórico de Itajaí**

Agnaldo Pinheiro



**Ex-Libris FGML - Anuário de Itajaí**

Periódico anual da Fundação Genésio Miranda Lins

**Projeto Gráfico e Edição**

Rogério Marcos Lenzi

**Capa:** composição a partir da obra de João Wenceslau

**Conselho Editorial do Anuário 2012**

Antonio Carlos Floriano

Rosane Rothbarth

Rogério Marcos Lenzi

Conheça mais sobre a Fundação Genésio Miranda Lins

[www.fgml.itajai.sc.gov.br](http://www.fgml.itajai.sc.gov.br)

**Os artigos são de inteira responsabilidade dos autores**

A636 Anuário de Itajaí 2012 / Fundação Genésio Miranda Lins. –  
Itajaí : FGML, 2012.  
144 p. : Il.

ISSN 1679 – 3056

1. Itajaí (SC) – História – Periódicos 2. História – Periódicos

CDD: SC I981.642005

CDU: 94(816.4)Itajaí

Ficha catalográfica

Bibliotecária Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

CRB 14/321

# Sumário

APRESENTAÇÃO .....	07
PIONEIRISMO INDUSTRIAL: O CURTUME SCHNEIDER <i>Carlos Henrique Müller, médico e genealogista</i> .....	08
CATÁLOGO DO ARQUIVO PRIVADO: FUNDO LAUSIMAR LAUS – LAU <i>Juliana Reinert Boni</i> .....	13
O RESTAURO DA CASA LINS E A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA HISTÓRICA GENÉSIO MIRANDA LINS: PATRIMÔNIOS PRESERVADOS EM ITAJAI <i>Vera Lúcia de N.P. Estork</i> .....	25
POESIA <i>Adailton Moraes dos Santos</i> .....	27
LEIS DE INCENTIVO À CULTURA: O FINANCIAMENTO INDIRETO E SUAS REALIDADES <i>Robson Rodrigo Pereira da Fonseca</i> .....	28
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL <i>Cristina P. Silveira; Maria Tereza F. Lira</i> .....	36
ENCONTREI UM LUGAR <i>Silvestre João de Souza Júnior</i> .....	38
POESIA <i>Guilherme Amaral de Souza</i> .....	39
A IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE ITAJAÍ <i>Telmo José Tomio</i> .....	40
ARQUIVOS: HISTÓRIA E GESTÃO DOCUMENTAL <i>Vera Lúcia de N.P. Estork</i> .....	48
UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA NAS OBRAS DE J. BRANDÃO <i>Luiza Liene Bressan; Angela Luciane Peyerl</i> .....	57
VOLVO OCEAN RACE: O MAIOR ESPETÁCULO DOS MARES <i>Amílcar Gazaniga</i> .....	65

BANDA FILARMÔNICA DE ITAJAÍ

*Daniel Amaral Manfredini* ..... 97

HOTEL BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS: UM ÍCONE DA ARQUITETURA MODERNA EM ITAJAÍ

*Thayse Fagundes* ..... 101

O QUE VAI SER DESSES MENINOS?

*Saulo Adami* ..... 110

ENCHENTE EM ITAJAÍ

*Joelma Pereira Pinto* ..... 115

POESIA

*Maria José da Silva* ..... 116

POESIA

*Jessica Cristina Tognotti* ..... 117

SELVAGENS MEMÓRIAS: O HOLOCAUSTO XOKLENG NO VALE DO ITAJAÍ E AS CRIANÇAS SOBREVIVENTES

*Ivan Carlos Serpa* ..... 118

BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DE ITAJAÍ: PERÍODOS HISTÓRICOS

*Magru Floriano* ..... 128

UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM MUSEUS NA CIDADE DE ITAJAÍ APÓS IMPLANTAÇÃO DO ESTATUTO DE MUSEUS

*Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior* ..... 137

DISCURSO PARA SESSÃO SOLENE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA EM HOMENAGEM AO CINQUENTENÁRIO DE NAVEGANTES

*Cristiano Moreira* ..... 152



## Apresentação

ditar o Anuário de Itajaí é, para a Fundação Genésio Miranda Lins, coparticipação junto à sociedade em difundir conhecimentos, memórias, criação literária e arte, promovendo informações e notícias históricas, saberes e fazeres de Itajaí.

Nesta especial edição de 2012, além de publicarmos escritos inéditos concernentes à linha editorial do Anuário de Itajaí, cuja diversidade temática enriquece e amplia o acervo textual deste periódico (ainda mais com a participação de alunos do EJA, uma conquista ímpar na cidadania), registramos nestas páginas o envolvimento de Itajaí com um dos maiores eventos náuticos do mundo.

A passagem da Volvo Ocean Race, maior regata mundial da vela, consolidou Itajaí como cidade e povo capaz de realizar os maiores desafios impostos. Engrandecemos-nos perante os outros e perante a nós mesmos pela tarefa cumprida e bem realizada, reconhecida pelo esforço coletivo de uma cidade que viveu, neste ano 2012 um ano especial.

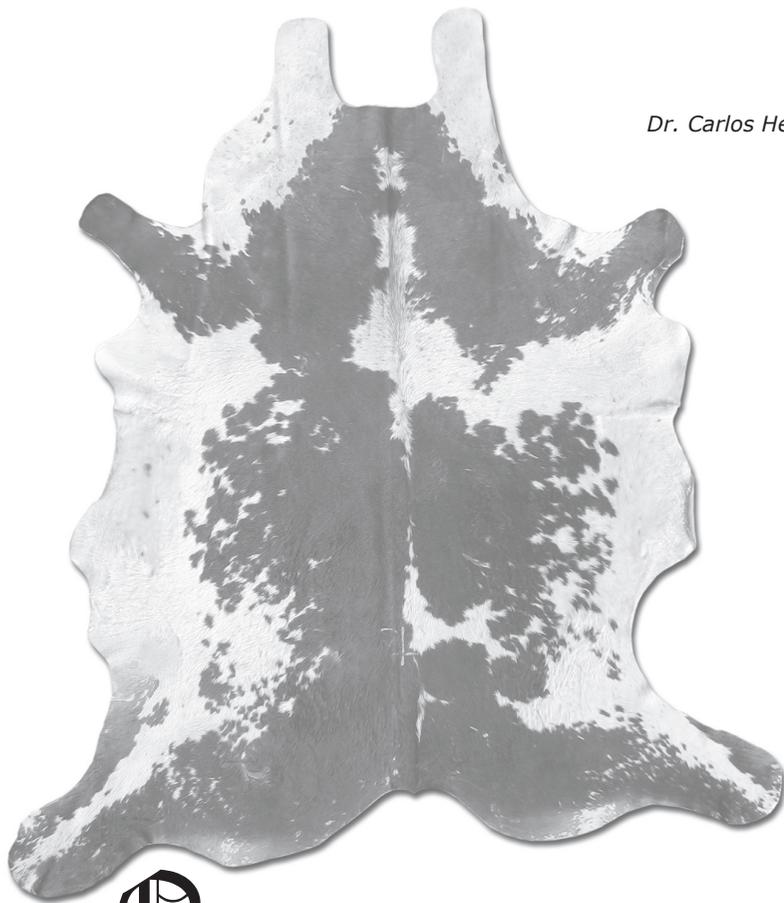
Cabe à Fundação Genésio Miranda Lins promover, através da leitura dos fatos, das pessoas, em seu caráter histórico, social e cultural, a expansão de conhecimentos, justo para que se preserve o futuro da cidade.

Boa leitura.

Rogério Lenzi



## Pioneirismo industrial: O Curtume Schneider



*Dr. Carlos Henrique Müller, médico e genealogista.*



CURTUME SCHNEIDER FOI UMA DAS PRIMEIRAS GRANDES EMPRESAS de Itajaí. Ficava situado junto ao ribeirão, no Saco da Fazenda, logo após a ponte da estrada que seguia para a praia de Cabeçudas. O curtume tem a sua origem na iniciativa de dois irmãos de origem alemã, oriundos da Saxônia, imigrantes que se estabeleceram na cidade de Itajaí.

Ernst Oswald e Ernst Julius Schneider, filhos de Carl Friedrich Wilhelm Schneider e Johanna Christina Friese, nasceram em 1861 e 1863 respectivamente, na pequena cidade de Frauenstein. Eles perderam os pais quando ainda jovens e foram criados por parentes. Tão logo chegaram à adolescência, descobriram que os bens que seus pais possuíam havia se tornado propriedade de familiares. Eles trabalharam como curtidores de couro no início da vida adulta, nos curtumes das cidades próximas, para poderem obter o próprio sustento.

Oswald imigrou para o Brasil no ano de 1883, partindo de Hamburgo e chegando em Santa Catarina pelo porto de São Francisco do Sul, sendo destinado para São Bento do Sul, inclusive, recebendo subsídio para este propósito. Acabou se dirigindo e fixando residência em Itajaí, motivado por saber, logo após sua chegada, que naquela colônia já existiam curtumes instalados. Ele encontrou na cidade de Itajaí as condições ideais

para realizar sua atividade de curtumeiro e, inicialmente, trabalhou sozinho. Mais tarde, escreveu a seu irmão para que seguisse o mesmo caminho. Desta forma, três anos depois, pelo mesmo porto e curiosamente pelo mesmo navio, o Valparaíso, emigrou Ernesto Julio.

Foi no ano de 1887 que os irmãos Schneider deram início de fato às atividades do curtume, já sob a forma de uma empresa, embora inicialmente todo o trabalho fosse realizado de forma artesanal, exigindo habilidade e criatividade adquirida previamente. O couro era tratado, quimicamente, dentro de barris de madeira, e demoravam de quatro a seis meses para ficarem prontos. Do couro de vaca era feita uma vaqueta e do couro de boi, era feita a sola para calçados. A vaqueta, depois de curtida, era trabalhada em cima de rústicas pranchas de madeira e com o auxílio de facões. Finalmente, após a secagem, era aplicada a tintura. O couro de boi não era mexido, apenas era seco e ficava com uma espessura grande, sendo que, após esta secagem, ele era bem batido até ficar na espessura desejada, permitindo tirar o solado no tamanho almejado.

Eles continuaram trabalhando juntos até o ano de 1891. Neste ano, Oswald casou em Brusque com Barbara Korb, nascida naquela colônia e residente em Itajaí, filha de um dos imigrantes pioneiros daquele lugar, o imigrante Jacob Korb. Naquele mesmo ano, ele seguiu com esposa para Porto Belo, onde estabeleceu residência no lugar denominado Perequê. Ali, Oswald possuía um pequeno moinho junto de sua propriedade, onde se processava a casca de cupiúva, utilizada como tintura para couro, e preparava o couro da mesma maneira que nas instalações do curtume em Itajaí.

O couro curtido em Porto Belo era enviado por barco para Itajaí, por meio de embarcações próprias dos irmãos, sendo que eles mesmos faziam este transporte do couro entre as duas localidades. No Saco da Fazenda, junto das instalações do curtume, existia um pequeno ancoradouro para pequenas embarcações, com passarela de acesso e pontaletes feitos de madeira. Dali, o couro era levado e embarcado em veleiros alemães que aportavam na cidade. Porém, a maior parte da produção era embarcada em navios que seguiam para o Rio de Janeiro e principalmente para Santos. Os principais produtos fabricados inicialmente no curtume foram as solas de couro para sapato e o couro tratado sem corte, produtos muito apreciados pelos fabricantes de calçados no centro do país.

O processo de preparo do couro bovino, separando a camada externa da camurça, a salga, a depilação, a calagem e o curtimento, gerava grande quantidade de resíduos que eram lançados nas águas do Saco da Fazenda. Estes resíduos, associados ao mau cheiro que o curtume exalava e aos dejetos lançados no mesmo local pelo Hospital Santa Beatriz, eram os motivos pelo quais as pessoas da cidade não gostavam daquelas redondezas.

Data do ano de 1894, a primeira razão social da empresa, denominada então Curtume Ernesto Schneider & Cia, sociedade firmada entre os irmãos. No final daquele ano, Oswald faleceu tragicamente, afogado durante uma tempestade, ao atravessar a cavalo o rio Perequê grande. A partir daí, toda a atividade do curtume ficou centrada em Itajaí. No ano seguinte, Ernesto casou, em Itajaí, com Antoinette Müller, filha do construtor Guilherme Müller. Duas semanas depois, ambos faziam parte do grupo de cidadãos fundadores do *Schützenverein Itajahy*.

*Schützenverein Itajahy. Acervo FGML/CDMH, tomo n° 063-14364.*



Em um período de obras no curtume, uma modificação do trajeto do ribeirão, junto das instalações, foi motivo de uma briga entre Ernesto e o Coronel Eugênio Müller, em 1899. Na ocasião, Eugênio afirmava que as modificações feitas no trajeto do ribeirão teriam sido excessivas, represando demais o trajeto original. Houve a intervenção de Samuel Heusi e Guilherme Müller no caso para solucionar o impasse, o qual acabou em um entendimento e acordo entre as duas partes envolvidas.

Os negócios continuaram em progressão nos anos seguintes e, em 1907, Ernesto viajou para a Alemanha, levando sua esposa e o filho Ernesto Júnior. Os objetivos desta viagem foram a importação de equipamentos para o curtume e a matrícula do filho em uma escola de comércio. No retorno, Ernesto foi impedido de seguir viagem ao Brasil devido à obrigatoriedade do serviço militar alemão. Foi com moedas de ouro que ornamentavam um cinto da esposa que conseguiu subornar os agentes da imigração em Hamburgo e, assim, ambos embarcaram no navio Ruggia com destino ao Brasil. Foi esta a última vez que Ernesto viajou ao seu país de origem.

No ano seguinte, em 17 de junho, Ernesto expôs um dos produtos do curtume, a sola de sapato, na amostra preparatória da Exposição Nacional. Este evento aconteceu na sede do Clube Estrela do Oriente, em Itajaí. Ernesto Júnior retornou ao Brasil em 1911, visto a situação política da Europa no período anterior à guerra. Alguns anos mais tarde, ele seria o responsável pela expansão das vendas do curtume em São Paulo.

Com o advento da primeira Guerra Mundial, gradativamente foram diminuindo as exportações do couro para a Alemanha. As restrições da Inglaterra em relação ao comércio com a Alemanha fizeram com que a empresa fosse relacionada em uma lista negra do governo britânico, onde estavam os nomes de todos os comerciantes e empresas no Brasil que mantinham negócios com os alemães. Já em 1917, todas as vendas do curtume foram direcionadas aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo.

No período imediato após o conflito, Ernesto filho foi o responsável pela introdução de máquinas em substituição ao trabalho artesanal feito no curtume. Logo após, ele seguiu para São Paulo e lá se dedicou inicialmente a conquistar novos clientes para a empresa. Ele também abriu uma revenda de produtos importados, entre os quais, maquinários para tratamento de couro, situada no Bairro Santa Efigênia, naquela capital. Ele firmou um contrato com Governo do Estado de São Paulo, de sapatos destinados às unidades penitenciárias do Estado. No ano de 1923, abriu em sociedade, a filial Ernesto Schneider & Companhia, dedicada ao comércio de couro mudando a localização da Empresa para a Rua Florêncio de Abreu.

Neste período, o curtume começou a fabricar correias para motores, inicialmente para repor aquelas danificadas em suas próprias máquinas importadas. As correias de transmissão oriundas do curtume tinham grande prestígio junto aos industriais do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo grande procura na capital paulista. Ainda hoje em dia, este tipo de material é usado como revestimento externo de correias.

Juntamente com Samuel Heusi, e a Usina de Açúcar Adelaide pertencente à família Konder, Ernesto Schneider foi um dos primeiros sócios da Associação Empresarial de Itajaí, cuja fundação ocorreu em 1929. Ernesto faleceu em 1935 e a partir desta época seu filho Fritz Maximiliano Schneider assumiu a direção do curtume. Fritz Schneider era membro do conselho fiscal do Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO) e também foi sócio fundador do Rotary Clube de Itajaí.

Quando a empresa completou 50 anos, todos os filhos de Ernesto e Antonieta estavam envolvidos diretamente na industrialização e no comércio de artigos de couro no Estado de São Paulo, sendo que, com exceção de Fritz Maximiliano, o qual permaneceu residindo em Itajaí, todos os demais seguiram para São Paulo para se dedicarem a este ramo de atividades.

Carlos e Ernesto filho foram sócios da empresa Schneider & Irmão Limitada, constituída em 1931. Antes de 1937, Carlos já havia instalado, em São Caetano, São Paulo, um fábrica de correias de couro. Antonieta possuía loja de vendas com a marca A. Schneider. Após alguns anos, já casada com o psicólogo e professor alemão Amandus Henry Quast de Siloe Schoen, com quem teve uma relação conturbada e posteriormente dele se separou, acabou perdendo o seu patrimônio pessoal. Também a empresa de Correias Schneider Limitada, criada em 1943, com fabricação e venda de correias de couro, chinelos e artefatos de couro, foi outra empresa da família, resultado da sociedade entre os irmãos Carlos, Hilda e Gerda, esta última, casada com o Dr. Agenor Lopes de Oliveira e residente no Rio de Janeiro. Guilherme Ernesto, o filho mais velho, embora principalmente dedicado aos estudos e publicações de livros evangélicos, abriu em 1947, em São Paulo, junto com Ernesto Júnior e outros sócios, a Silex Calçados Limitada. Posteriormente, Ernesto filho deixou a sociedade e foi residir no Rio de Janeiro. Nesta cidade, abriu outra empresa, o Mercado de Calçados, a qual manteve até falecer. Guilherme também deixou a sociedade nesta mesma época e alguns anos depois foi residir em Hamburgo, na Alemanha.

No início dos anos 60, Fritz Maximiliano pôs fim às atividades do curtume. Ele se associou aos empresários do ramo da pesca e utilizou as antigas instalações da Fazenda para tal fim. O novo empreendimento não vingou e com seu falecimento, ocorrido em São Paulo no ano de 1965, sua esposa, Colita Schneider, vendeu as propriedades existentes na cidade, encerrando, assim, uma história de mais de 60 anos da empresa.

Com a demolição do prédio do curtume e da antiga casa de Ernesto Schneider para a construção da sede da Associação Atlética do Banco do Brasil, desapareceram por completo as últimas evidências da atividade do curtume. Somente as denominações da estrada de Cabeçadas, como Alameda Ernesto Schneider, e da Rua Fritz Schneider, esta última criada em 1968, durante o mandato do Prefeito Carlos de Paula Seara, são as lembranças que mantêm a memória da família Schneider em Itajaí.

## Referências

- Deeke, Niels. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do autor;  
Milmann, Monik. **Correspondências**. Arquivo Pessoal do autor;  
Müller, Carlos Henrique. **Subsídios para a genealogia e História das famílias Müller, Schneider, Friese e Ehrlich**. Arquivo pessoal do autor.



# Catálogo do Arquivo Privado: Fundo Lausimar Laus - LAU

*Juliana Reinert Boni  
Bibliotecária - CRB 14/1077*

## DESCRIÇÃO DO FUNDO

DADOS DO ACERVO	
<b>Título</b>	Lausimar Laus Ver: Lausimar Maria Laus Lausimar Laus Gomes Lausimar Laus Conti
<b>Código</b>	LAU
<b>Datas-Limite</b>	1936-1980 (Textuais 1936-1980 / Fotografias 1964-1980)
<b>Dimensão</b>	Documentos textuais (01 caixa) Fotografias: 19 unidades

*Lausimar Laus (detalhe). Acervo FGML/CDMH, tomo nº 057-13168.*

<b>NOTAÇÃO: LAU/Dp. - CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 1: DOCUMENTOS PESSOAIS</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
05/12/1936	Diploma do Curso Normalista do Instituto de Educação de Florianópolis.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 001
1957	Carteira de Jornalista da Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro. Original, com foto, assinatura e impressão digital.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 002
1957	Carteira de Jornalista da Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro. Cópia, com foto, assinatura e impressão digital.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 003
fev./1960	Cópia da prova de português aplicada por Lausimar Laus Gomes na Inspeção Seccional de São Carlos - 1º ciclo (4 f.)	LAU/Dp.1 - Cx. 01 - Doc. 004
fev./1960	Cópia da prova de português aplicada por Lausimar Laus Gomes na Inspeção Seccional de São Carlos - 2º ciclo (4 f.)	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 005
1961	Carteira do Grêmio Recreativo - Escola Amaro Cavalcante. Professora. Contém foto e assinatura.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 006
02/06/1962	Credencial da Revista Manchete que lhe autoriza a realizar reportagens jornalísticas na Alemanha.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 007
13/12/1964	2º via da Carteira Nacional de Habilitação, expedida pelo Departamento de Trânsito do Estado de Guanabara - Brasil. Contém foto e assinatura.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 008
set./out. 1965	Revista Leitura com Coletânea de artigos. Ano XXIV - ns. 98-99.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 009
<b>NOTAÇÃO: LAU/Dp. - CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 1: DOCUMENTOS PESSOAIS</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
17 a 23/10/1965	Credencial do 1º Congresso Nacional de Brasília sobre: O papel da mulher brasileira no desenvolvimento social. Comitê de Correspondência.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 010
02/08/1966	Passaporte Especial, expedido pelo Ministério das Relações Exteriores - Rio de Janeiro. Contém foto, assinatura e impressão digital.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 011
30/03/1977	Declaração da Universidade Federal Fluminense de que Lausimar Laus Conti participou como membro da banca examinadora de monitoria em Língua Alemã.	LAU/Dp. 1 - Cx. 01 - Doc. 012

16/10/1979	Cópia do Diploma – Prêmio Fernando Chinaglia (1979) Rio de Janeiro. Menção <i>In Memoriam</i> concedida pela União Brasileira dos Escritores - UBE aos familiares	LAU/Dp. 1 – Cx. 01 – Doc. 013
08/11/19-	Carteira do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Gabinete do Ministro. Função: Secretária Particular. Original, com foto, assinatura e impressão digital.	LAU/Dp. 1 – Cx. 01 – Doc. 014
08/11/19-	Carteira do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Gabinete do Ministro. Função: Secretária Particular. Cópia, com foto, assinatura e impressão digital.	LAU/Dp. 1 – Cx. 01 – Doc. 015
s.d.	Caderneta em branco.	LAU/Dp. 1 – Cx. 01 – Doc. 016
s.d.	Observação manuscrita em um pedaço de papel (Regime dos Institutos de Educação)	LAU/Dp. 1 – Cx. 01 – Doc. 017
s.d.	Prova de Português aplicada – Colégio Pedro Álvares Cabral (4f.)	LAU/Dp. 1 – Cx. 01 – Doc. 018
<b>NOTAÇÃO: LAU/Dp. - CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 1: DOCUMENTOS PESSOAIS</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
s.d.	Carteira de UFRJ – CLA – Faculdade de Letras. Biblioteca José de Alencar. Pós-graduação. Original, com foto e assinatura.	LAU/Dp. 1 – Cx. 01 – Doc. 019
s.d.	Carteira de UFRJ – CLA – Faculdade de Letras. Biblioteca José de Alencar. Pós-graduação. Cópia, com foto e assinatura.	LAU/Dp. 1 – Cx. 01 – Doc. 020
<b>NOTAÇÃO: LAU/Pi. - CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 2: PUBLICAÇÕES INTELECTUAIS</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
s.d.	Apostila elaborada por Lausimar e distribuída aos seus alunos. Instituto de Letras. Literatura Alemã. (5 f.)	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 001
s.d.	Texto sobre: Conquista e Fundação do Rio de Janeiro. Universidade de Madrid. Faculdade de Filosofia e Letras. Curso monográfico – Ación Misionera em Brasil. (5 f.)	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 002
s.d.	Cópia do Artigo sobre: El Cuartel General de Martin Luther King.	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 003

18/09/1968	"A Rota do Vasto Mundo" Cópia da Entrevista de Martin Luther King (II), concedida a Lausimar Laus em Chicago. Publicada pelo Jornal A Notícia, do Rio de Janeiro.	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 004
19/09/1968	Cópia da segunda Entrevista de Martin Luther King (II), concedida a Lausimar Laus em Chicago. Publicada pelo Jornal A Notícia, do Rio de Janeiro.	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 005

**NOTAÇÃO: LAU/Pi. – CAIXA 01****SÉRIE 2: PUBLICAÇÕES INTELECTUAIS**

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
s.d.	Crítica literária escrita por Lausimar Laus com o título: "Um livro da cultura catarinense". (3 f.)	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 006
1978	Rascunho original de um artigo escrito por Lausimar Laus com o título: "Sem lenço nem documento". (2 f.)	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 007
s.d.	Cópia do artigo "Sem lenço sem documento" escrito por Lausimar Laus e publicado na Revista Presença.	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 008
05/04/1979	Cópia da reportagem "O progresso em harmonia com a qualidade de vida, escrito por Lausimar Laus e publicada pelo Jornal O Globo.	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 009
s.d.	Poesia de Erlkonig de Goethe (em alemão), traduzida por Lausimar para seus alunos da Universidade Federal Fluminense - UFF. (2 f.)	LAU/Pi. 2 – Cx. 01 – Doc. 010

**NOTAÇÃO: LAU/Pb. – CAIXA 01****SÉRIE 3: PUBLICAÇÕES GERAIS: recortes de jornais**

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
20/01/1965	Cópia da nota de recorte de jornal sobre a Bodas de Ouro de seus pais. Vila Velha – RJ.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 – Doc. 001
s.d.	Cópia da nota publicada em jornal sobre a obra "Ofélia do Porto" que brevemente seria lançado como ("Ofélia dos navios").	LAU/Pb. 3 – Cx. 01 – Doc. 002

**NOTAÇÃO: LAU/Pb. – CAIXA 01****SÉRIE 3: PUBLICAÇÕES GERAIS: recortes de jornais**

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
s.d.	Cópia da nota publicada no Jornal "Correio da Manhã" sobre o convite que Lausimar Laus recebeu do governo da Alemanha para visitar o país, em trabalho jornalístico. Rio de Janeiro.	LAU/Pb. 3 – Cx. 01 – Doc. 003

05/04/1968	Cópia da reportagem sobre o assassinato de Martin Luther King, onde cita o nome de Lausimar Laus.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 004
20/02/1972	Nota de Maura de Senna Pereira sobre o romance "Tempo Permitido", de Lausimar Laus.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 005
s.d.	Artigo escrito por Blanca Lobo Filho sobre o livro "Tempo Permitido", de Lausimar Laus. (Rio de Janeiro: Companhia Ed. Americana, 1971) (em inglês e português) (1 f.)	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 006
s.d.	Cópia do artigo escrito por Blanca Lobo Filho sobre o livro "O guarda-roupa alemão", de Lausimar Laus. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1975.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 007
20/03/1974 [i.e. 03/10/1979]	Recorte do Jornal do Brasil, relatando o falecimento de Lausimar Laus Gomes.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 008
22 e 23/05/1977	Cópia da reportagem do Jornal de Santa Catarina que destaca os vinte catarinenses que receberam "O troféu Barriga-Verde". Entre eles, se destaca a escritora Lausimar Laus.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 009
17/03/1979	Reportagem publicada no Jornal do Brasil sobre o lançamento da Obra "O mistério do homem", de Lausimar Laus.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01- Doc. 010

**NOTAÇÃO: LAU/Pb. - CAIXA 01****SÉRIE 3: PUBLICAÇÕES GERAIS: recortes de jornais**

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
22/06/1979	Recorte do Suplemento Literário do Estado de Minas Gerais. N. 616. Escrito por Celestino Sachet com o título "A presença cultural", de Lausimar Laus.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 011
13/05/1980	Nota publicada no Jornal "O Globo", onde o prefeito Israel Klain deu às ruas da Ilha do Governador o nome de algumas pessoas ilustres, entre elas encontra-se o nome de Lausimar Laus.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 012
s.d.	Partitura e Letra da música "Tenho pensado tanto em ti..." Canção de Aristides M. Borges, Letra de Lausimar Laus Gomes e músico Gilberto Alves. Dedicado ao amigo Dr. Cypriano Cornélio Gomes dos Santos e sua esposa Alice Gomes dos Santos. Gravado em disco R.C.A. por Vitor. Casa Viúva Guerreiro. Rua 7 de setembro, 169. Rio de Janeiro.	LAU/Pb. 3 - Cx. 01 - Doc. 013

<b>NOTAÇÃO: LAU/Ca. – CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 4: CORRESPONDÊNCIA ATIVA</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
2/06/1973	Rascunho de uma carta de Lausimar Laus ao escritor Robbe Guillet (em francês), comunicando-lhe ter finalizado a tradução do seu romance escrito. Rio de Janeiro.	LAU/Ca. 4 – Cx. 01 – Doc. 001
<b>NOTAÇÃO: LAU/Cp. – CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 5: CORRESPONDÊNCIAS PASSIVAS</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
23/03/1943	Cópia da Carta de Carlos Drummond de Andrade para Lausimar Laus Gomes, agradecendo o livro de poesias "Confidências...". Rio de Janeiro.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 001
12/09/1958	Carta de Muriel Alves Barreto para Lausimar, relatando assuntos particulares e solicitando o livro "Fel da Terra" autografado. Rio de Janeiro. OBS: Detento da Penitenciária Professor Lemos Brito.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 002
30/01/1959	Cartão de ex-alunos para Lausimar Laus Gomes. Campo Grande. Assinado por vários alunos.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 003
01/06/1962	Carta de agradecimento da "Turma 31 de Contabilidade" para Lausimar Laus. Assinado por vários alunos.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 004
15/06/1962	Carta da "Turma 31 de Contabilidade" para Lausimar, agradecendo as respostas de suas cartas. Rio de Janeiro. (2 f.)	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 005
26/06/1962	Cópia do Ofício Stampa do Ministério Degli Affari Esteri. Palazzo della Farnesina (Roma), apresentando Lausimar Laus Gomes como jornalista da "Manchete e Correio da Manhã". Assinado por Regina Castillo Branco (secretária da embaixada). (em italiano)	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 006
22/08/1962	Carta de Ilmo. Sindaco di Firenze a Lausimar. (em italiano)	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 007
17/10/1962	Cartão dos ex-alunos do 2º grau técnico para Lausimar, homenageando pelo "Dia dos Mestres". Assinado por vários alunos.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 008

<b>NOTAÇÃO: LAU/Cp. – CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 5: CORRESPONDÊNCIAS PASSIVAS</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
18/12/1963	Carta de Manuel Calvo Hernando - chefe do Departamento de Informação do Instituto de Cultura Hispânica - para Lausimar Laus, agradecendo a correspondência e relatando outros assuntos sobre publicações de artigos e trabalhos realizados. Madri - Espanha.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 009
10/11/1965	Convite do Presidente da República do Brasil a Lausimar Laus, para a recepção do Rei e a Rainha da Bélgica.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 010
29/08/1966	Cartão de Catie e Clay para Lausimar Laus Gomes, parabenizando pela passagem de seu aniversário. (em espanhol) Madri - Espanha	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 011
14/06/1967	Carta de Jaime Alba - Embaixador da Espanha - para Lausimar Laus, agradecendo a correspondência. (em espanhol)	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 012
03/03/1969	Carta de Josué Montello, Conselheiro Cultural da Embaixada do Brasil em Paris, ao Secretário Geral da Revista "Paris Match", apresentando Lausimar Laus como jornalista da Revista Manchete.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 013
09/02/1971	Carta do Grajaú Tênis Clube convidando Lausimar para compor a mesa julgadora do Concurso de Fantasias do "IV Baile do Gato de Ouro", no dia 20/02/1971.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 014
17/09/1971	Carta de Euclides Marques Silva para Lausimar Laus, relatando assuntos pessoais e literários.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 015
10/05/1972	Carta da amiga Noêmia para Lausimar, relatando vários assuntos particulares. (Fortaleza - CE)	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 016
<b>NOTAÇÃO: LAU/Cp. – CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 5: CORRESPONDÊNCIAS PASSIVAS</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
21/03/1973	Carta do Ministério e Educação Nacional da França para Lausimar Laus (em francês) Assinado por Roland Barthes.	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 017
03/03/1975	Carta da Secretaria de Cultura, Desporte e Turismo. Divisão de Bibliotecas e Documentação do Estado da Guanabara, agradecendo Lausimar Laus Conti pelo trabalho prestado para "A casa dos livros". Rio de Janeiro	LAU/Cp. 5 – Cx. 01 – Doc. 018

08/11/1976	Carta da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, agradecendo Lausimar pela participação no Evento Cultural "O escritor vai ao livro", no dia 26/10/1976.	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 019
12/08/1977	Carta do amigo Lauro Junkes para Lausimar, relatando a correspondência recebida. (Florianópolis - SC)	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 020
29/07/1977	Carta do estudante Francisco Eugênio do Valle para Lausimar, solicitando sua biografia para um trabalho de português. (Monte Carmelo - MG).	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 021
04/05/19-	Convite enviado pelo Presidente da República do Brasil para Lausimar participar da recepção em homenagem a Xainxa e à Imperatriz do Irã no Palácio da Alvorada.	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 022
12/06/1978	Carta de Edilberto Coutinho para Lausimar Laus, solicitando a publicação de seus textos do Romance Brasileiro (anos 30 e 60). Rio de Janeiro.	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 023
25/07/1978	Cópia da carta do amigo Mário para Lausimar sobre o livro "O suor no rosto" encaminhado para ela, além de relatar outros assuntos. (Belo Horizonte - MG)	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 024
<b>NOTAÇÃO: LAU/Cp. - CAIXA 01</b>		
<b>SÉRIE 5: CORRESPONDÊNCIAS PASSIVAS</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
11/07/19-	Cartão com um verso para Lausimar sem identificação.	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 025
1978	Cópia do Convite formulado pela empresa de Aviação Japan Air Lines a Lausimar Laus Conti, para uma viagem inaugural Rio - São Paulo/ Tóquio. Ida: Rio (Galeão) - 27/09/1978 São Paulo (Viracopos) - 28/09/1978 Regresso: Tóquio (Marita) - 05/10/1978	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 026
nov. 1978	Cartão de Tem Brig Sylvio Gomes Pires para Lausimar Laus Conti, sobre o Vôo inaugural do Jal, Tóquio - Rio - Tóquio, com a relação dos componentes do grupo. Rio de Janeiro.	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 027
s.d.	Cartão de Josefina Torres da Revista Comunidad do México, agradecendo a correspondência enviada por Lausimar. (em espanhol)	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 028
07/02/1979	Cópia da carta do amigo e escritor Carlos Drummond de Andrade para Lausimar, agradecendo a análise perspicaz de seus versos, elucidados em sua dissertação de mestrado. (Rio de Janeiro)	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 029

15/04/1979	Telegrama de Chagas Freitas para Lausimar Laus Conti, felicitando pela passagem de seu aniversário. Rio de Janeiro.	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 030
12/10/1979	Cópia da carta do Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Pará ao Sr. Cel. Sílvio Conti Filho (viúvo), lamentando o desaparecimento de Lausimar Laus Conti. (Belém - PA)	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 031

**NOTAÇÃO: LAU/Cp. - CAIXA 01****SÉRIE 5: CORRESPONDÊNCIAS PASSIVAS**

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
22/10/1979	Cópia da carta encaminhada pela União Brasileira de Escritores - U.B.E. aos familiares de Lausimar Laus, outorgando o Diploma "Menção <i>In Memoriam</i> " em reconhecimento pelos serviços prestados à cultura nacional.	LAU/Cp. 5 - Cx. 01 - Doc. 032

**NOTAÇÃO: LAU/F - CAIXA 01****SÉRIE 6: FOTOGRAFIAS**

OBS: ESSE MATERIAL SERÁ TRANSFERIDO AO SETOR ICONOGRÁFICO.

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
s.d.	Foto de Lausimar Laus. (original)	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 001
s.d.	Foto de Lausimar Laus. (cópia)	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 002
1964	Escola Técnica de Contabilidade do México. Professora Homenageada.	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 003
1976	Lausimar Laus recebendo o Prêmio "Odorico Mendes" da Academia Brasileira de Letras.	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 004
s.d.	Foto sem identificação e data.	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 005
05/01/1978	Solenidade de Colação de grau dos alunos dos Cursos das Faculdades da Universidade Federal Fluminense. Paraninfa.	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 006
S/D	Foto sem identificação e data. Segunda da direita para a esquerda.	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 007

**NOTAÇÃO: LAU/F - CAIXA 01****SÉRIE 6: FOTOGRAFIAS**

OBS: ESSE MATERIAL SERÁ TRANSFERIDO AO SETOR ICONOGRÁFICO.

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
1978	Viagem a Tokyo - Vôo Inaugural da Tal, Tokyo - Rio/Tokyo.	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 008
s.d.	Lausimar escrevendo.	LAU/F. 6 - Cx. 01 - Doc. 009

s.d.	Foto sem identificação e data.	LAU/F. 6 – Cx. 01 – Doc. 010
nov./1978	Foto do retrato de Lausimar pintado por Amarílis Chaves, em Madrid (1968).	LAU/F. 6 – Cx. 01 – Doc. 011
27/01/1979	Lausimar e seu esposo. Rio de Janeiro.	LAU/F. 6 – Cx. 01 – Doc. 012
s.d.	Lausimar, seu filho, sua nora e seu neto.	LAU/F. 6 – Cx. 01 – Doc. 013
mar./1979	Uma amiga, Lausimar, sua filha, seu neto, sua neta, um amigo e sua neta.	LAU/F. 6 – Cx. 01 – Doc. 014
s.d.	Lausimar na sala de aula.	LAU/F. 6 – Cx. 01 – Doc. 015
s.d.	Lausimar com seus alunos.	LAU/F. 6 – Cx. 01 – Doc. 016
s.d.	Placa de prata oferecida, pelos alunos da Universidade Federal Fluminense – UFF.	LAU/F. 6 – Cx. 01 – Doc. 017

**NOTAÇÃO: LAU/Dc.****SÉRIE 7: DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
s.d.	Cópia dos dados biográficos de Lausimar Laus. (2 f.)	LAU/Dc. 7 – Cx. 01 – Doc. 001
s.d.	Dados biográficos de Lausimar Laus, produzido por Rogério Marcos Lenzi – Historiador.	LAU/Dc. 7 – Cx. 01 – Doc. 002
s.d.	Material elaborado pelo historiador Rogério Marcos Lenzi, intitulado: "Lausimar Laus – maternal poesia.	LAU/Dc. 7 – Cx. 01 – Doc. 003
30/06/1983	Cópia da relação do material de Lausimar Laus doado à Fundação Genésio Miranda Lins, em nome da família. Assinado por Ely Gomes Costa. (6 f.) Rio de Janeiro	LAU/Dc. 7 – Cx. 01 – Doc. 004

**NOTAÇÃO: LAUS, LAUSIMAR****SÉRIE 8: FOTOGRAFIAS – SETOR ICONOGRÁFICO**

<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
31/07/1958	2º Aniversário da Galeria Villa Rica (da esquerda para a direita): Lausimar Laus, Otto Gama D'êça, Ruth Laus, Laura de Senna Pereira, Arnaldo Brandão, Marcos Konder Reis. Nota: "Villa Rica" era a Galeria de Arte de Ruth Laus, ponto de encontro de intelectuais e Catarinenses. (Rio de Janeiro).	Cx. 57/13.168

13/04/1976	Noite de autógrafos do livro "O guarda-roupa alemão" de Lausimar Laus, em destaque a autora e Antonio Augusto Nóbrega Fontes. (Florionópolis)	Cx. 08/1070
<b>NOTAÇÃO: LAUS, LAUSIMAR</b>		
<b>SÉRIE 9: ACERVO DA BIBLIOTECA DE APOIO</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
s.d.	Laus, Lausimar. <b>Aventura do Zé Coloco</b> . Rio de Janeiro: Pongetti. 56 p.	SC 028.5 L42a
1942	Laus, Lausimar. <b>Confidências</b> . Rio de Janeiro: Zélio Valverde. 144 p.	SC B869.1 L42a
1953	Laus, Lausimar. <b>Brincando no Olimpo</b> . Rio de Janeiro: Ed. Do Autor. 77 p. : il.	SC 028.5 L42b
1953	Laus, Lausimar. <b>O romance regionalista brasileiro</b> . Rio de Janeiro: [s.n.] 8 p.	SC B869.3009 L42r
1958	Laus, Lausimar. <b>Fel da terra</b> . Rio de Janeiro: [s.n.]. 115 p.	SC B869.301 L42f
1965	Laus, Lausimar. <b>Europa sem complexos</b> . Rio de Janeiro: Pongetti. 118 p.	SC B869.301 L42t
1970	Laus, Lausimar. <b>Tempo permitido</b> : fins de 1966-1967 até meados de 1968: romance. Rio de Janeiro; Brasília: INL. 175 p.	SC B869.3 L42t
1978	Laus, Lausimar. <b>O mistério do homem na obra de Drummond</b> . Rio de Janeiro: Tempo brasileiro ; Brasília: INL. 91 p.	SC B869.09 L42m
1978	Um romance do Sul. In: Correia, Nereu. <b>Atapeçaria lingüística dos sertões e outros estudos</b> . São Paulo: Quiron ; Brasília: INL. p. 151-153.	SC B869.09 C84t
<b>NOTAÇÃO: LAUS, LAUSIMAR</b>		
<b>SÉRIE 9: ACERVO DA BIBLIOTECA DE APOIO</b>		
<b>DATAS-LIMITE</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>NOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO</b>
1983	Laus, Lausimar. Ofélia dos navios. Florianópolis: Lunardelli. 134 p.	SC B869.3 L42o

1989	Laus Lausimar. <b>O guarda-roupa alemão.</b> 2. Ed. Florianópolis: Lunardelli. 182 p.	SC B869.3 L42g
s.d.	Laus, Lausimar. <b>A presença cultural da Alemanha no Brasil.</b> Florianópolis: Lunardelli. 43 p.	SC 301.2 L42p
1999	Laus, Lausimar. Um livro de amor. In: Meyer, Rachel Liberato. <b>Uma menina de Itajaí:</b> crônicas. Florianópolis: Ed. Mulheres: FCC. p. 11-13 : il.	SC B869.301 M56m

### Referências

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. **Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

**CÓDIGO de catalogação anglo-americano.** 2. ed. rev. São Paulo: FEBAB/Empresa Oficial do Estado de São Paulo, 2004

**INVENTÁRIO analítico do fundo Rudolf Schüller.** Belem: Museu Paraense Emílio Goeldi: IBM, 1987.

GUIMARÃES, Silvana Goulart; TELES, Regina Mara. **Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1987.

## **O restauro da Casa Lins e a revitalização do Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins: patrimônios preservados em Itajaí**

*Vera Lúcia de N.P. Estork  
Diretora do CDMH*

**A** CASA LINS ESTÁ TOMBADA COMO Patrimônio Cultural do Município de Itajaí pelo Decreto nº 6.017, de 01/12/1999, e é parte integrante do "Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins", criado pela Resolução nº 003/FGML/2000, de 09/11/2000, e inaugurado em 18/05/2001, na época com a reforma da Casa Lins e a construção de um Prédio anexo (terreno nos fundos da Casa Lins) para abrigar o Patrimônio Documental do Município. Após dez anos da instalação do CDMH houve a implantação do Projeto de Restauro da Casa, que estava em estado precário de conservação, com comprometimento das paredes, madeiramento, pintura interna e externa e umidade (gateiras aterradas e fechadas), tendo sido iniciado o restauro no dia 6 de outubro de 2011. A entrega da obra ocorreu em junho e o evento de reabertura da Casa foi prestigiado pela comunidade itajaiense e de municípios vizinhos que compareceram na noite do dia 13 de junho de 2012.

A Casa foi reestruturada, recebendo na antessala expositores e painéis contendo a linha do tempo da Casa, desde o 1º proprietário, Dr. Norberto Bachmann, doação pela Família Lins à ocupação nos dias atuais, elaborada a partir de fontes históricas pela equipe de funcionários e estagiários do CDMH. Também ficou à mostra uma parte do assoalho (coberto por vidro) para que o visitante/pesquisador possa visualizar o porão e a construção das residências do século passado. A sala intermediária recebeu um totem que, através da multimídia, permite acessar fotografias num mesmo ângulo, fazendo um paralelo de tempo e espaço, possibilitando também a inserção de mostras digitais temáticas. Nesta sala foram instalados computadores para a disseminação da informação e da busca rápida aos documentos. A sala de pesquisa permite um ambiente apropriado para o estudo. Também foram instaladas as salas da Direção e da Educação Patrimonial. A Casa possui um sótão que foi restaurado e permite à nova geração de estudantes conhecerem a estrutura em madeiramento. Todo o ambiente está climatizado e sinalizado, permitindo àqueles que adentram o espaço, conforto e referência de uma construção do século passado e da história do Município. O mobiliário, equipamentos e molduras instalados compõem ambientes estéticos e condizentes com a Casa restaurada. O Prédio anexo que foi inaugurado em 18 de maio de 2001 e revitalizado nos meses de março e abril de 2012 recebendo pintura externa nas paredes do prédio, nos muros e no portão e, na parte interna, pintura do corredor e dos corrimões. Houve também a implantação de portão eletrônico. Foram fixadas duas placas (Prefeitura de Itajaí e Fundação Genésio Miranda Lins) e no muro um painel medindo 5 metros x 1,30 cm com estrutura metálica e lona, contendo a logomarca da Fundação e o endereço das três unidades: o Centro de Documentação e Memória Histórica-CDMH, o Museu Histórico de Itajaí e Museu Etno-Arquelógico. Além disso, um letreiro em aço inox identifica o CDMH.

A Casa Lins recebeu a Identificação de Atrativo Turístico, que segue os padrões do Código de Trânsito Brasileiro e o prédio anexo abriga o Arquivo Público de Itajaí, com o Laboratório de Conservação e Restauo e a Biblioteca de Apoio, a Hemeroteca (coleção de jornais), os acervos iconográficos (fotografias e gravuras) e a documentação pública do Município de Itajaí. Foram adquiridos, através da aprovação de Projeto de Modernização do Arquivo Público de Itajaí, apresentado ao Ministério da Justiça/Conselho Gestor do Fundo de Direitos Difusos, desumidificadores, scanner A3, multifuncionais, arquivo fichário de aço e condicionadores de ar. Está em implantação o Programa de Ampliação de Acesso e Preservação ao Patrimônio Cultural Documental depositado no CDMH que contemplará a microfilmagem e a digitalização da Hemeroteca (jornais itajaienses), desde 1884. A catalogação informatizada está em andamento, permitindo agilidade na busca e disseminação dos acervos documentais, iconográficos e bibliográficos.

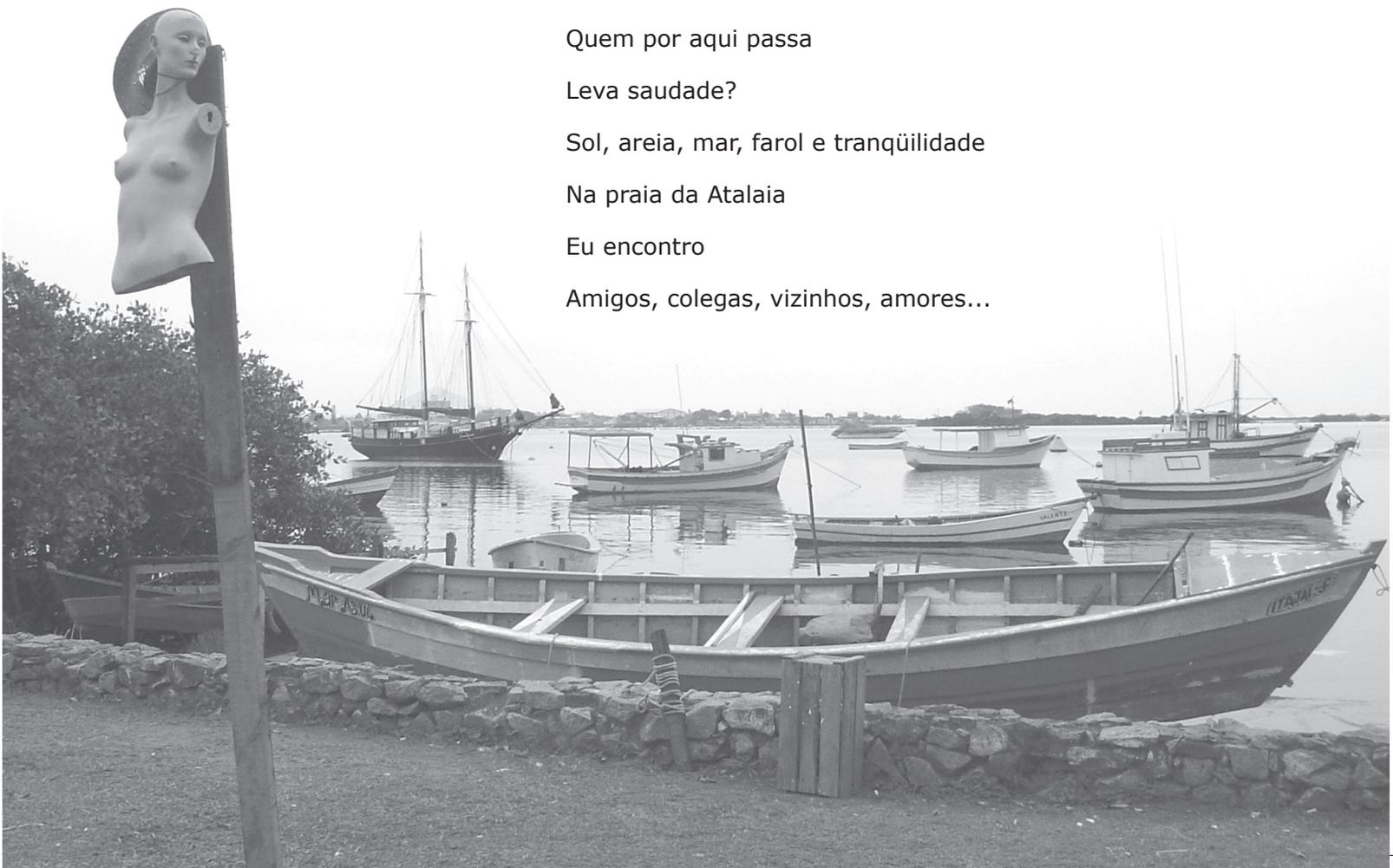
A Fundação Genésio Miranda Lins, que neste ano completa 36 anos e é a mantenedora desta unidade cultural, está registrada no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, sob o código BR SCFGML.

Endereço do Centro de Documentação e Memória Histórica. Rua Lauro Müller, 335 – Centro – Itajaí – SC. Telefone 3348.1886. E-mail : [cdmh@itajai.sc.gov.br](mailto:cdmh@itajai.sc.gov.br) - Site da FGML: [www.fgml.itajai.sc.gov.br](http://www.fgml.itajai.sc.gov.br)



*Adailton Moraes dos Santos. Aluno EJA - Turma: 3º ciclo II CEC  
(fotografia cedida por Magru Floriano)*

Cidade da beleza,  
Turismo e felicidade,  
O sol nasce forte  
Iluminando nossa cidade  
O mar que traz os navios,  
Navios que trazem oportunidades.  
Cidade hospitaleira  
Que acolhe pessoas  
De outras cidades.  
Coração verdadeiro...  
Quem por aqui passa  
Leva saudade?  
Sol, areia, mar, farol e tranquilidade  
Na praia da Atalaia  
Eu encontro  
Amigos, colegas, vizinhos, amores...



## **LEIS DE INCENTIVO À CULTURA: O financiamento indireto e suas realidades**

*Robson Rodrigo Pereira da Fonseca  
Historiador; especialista em Gestão Pública*



BRASIL CONTA HOJE COM LEIS DE INCENTIVO fiscais que tem como objetivo fomentar a produção cultural e desta forma: descentralizar as ações governamentais na área da cultura; dar visibilidade aos produtores culturais; democratizar o acesso de todas as áreas culturais. Além da lei federal 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet, também existem outros mecanismos de dedução fiscais adotados por estados e municípios. Porém, na prática, os proponentes ainda encontram problemas para acessarem os recursos disponíveis via leis de incentivos. Enquanto uma pequena minoria, concentrada em determinada região, usufrui destas oportunidades, uma grande parcela fica sem acesso ou engessada nas burocracias e dificuldades destes sistemas. Será que o sistema de incentivos fiscais é atualmente um modelo eficaz de financiamento de projetos culturais pelos governos?

Entende-se por política cultural um conjunto de iniciativas que visam a promover a produção, a distribuição e o uso da cultura; à preservação e à divulgação do patrimônio histórico; ao ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, T., 1997). Uma forma de descentralizar os recursos para diversas regiões mantendo parcerias com a iniciativa privada e os proponentes culturais foi a implantação das leis de incentivos, que reservam parte de recursos que seriam arrecadados através de impostos para financiar projetos culturais. Porém, passadas mais de duas décadas desde a implantação deste sistema no Brasil, cabe analisar se estes instrumentos atendem as reais necessidades para o atendimento dos objetivos propostos. Afinal, será que financiamento público indireto realizado por meio de leis de incentivo, que outorgam deduções tributárias aos contribuintes, vale a pena aos proponentes culturais?

Já na Roma Antiga tinha-se a ideologia de que o poder necessitava da criação artística e do pensamento para legitimar-se. Com o passar do tempo, a cultura passou a mensurar o grau de civilidade de várias sociedades e é no Renascimento que as cortes começam a competir para juntar um maior número de artistas em seus reinos. É nesse período também que a nascente burguesia necessitava legitimar-se, surgindo assim os mecenas. Mecenas representam os investidores que financiavam o trabalho dos artistas neste período. No Brasil a lei federal de incentivo a cultura, Lei Rouanet, é vulgarmente

conhecida como a Lei do Mecenato por entender que os recursos repassados pelo setor privado são como os dos antigos mecenas.

Mas antes da Lei Rouanet, em 1972, o parlamentar José Sarney apresentou ao Congresso Nacional a primeira lei de incentivos fiscais do Brasil, sendo aprovada somente em 1986 quando o mesmo tornou-se Presidente da República. O funcionamento da conhecida Lei Sarney (lei 7.505/86) era basicamente simples: o governo apenas cadastrava os produtores e/ou instituições culturais e deixava as negociações entre eles e a iniciativa privada. Era uma ferramenta para oportunizar recursos e fomentar as atividades culturais em todo território nacional, porém, a lei sofreu duras críticas e foi extinta em 1990, acusada de facilitar fraudes. Entre os principais pontos atacados destaca-se o de que qualquer atividade cultural poderia ser executada sem nenhuma pré-análise. Outro problema apontado era de que "qualquer nota fiscal emitida por uma entidade cadastrada poderia ser usada por seu destinatário para abatimento fiscal, independentemente de se referir ou não a despesa efetiva com projeto cultural" (DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997). Sabe-se que o total captado durante sua vigência foi de aproximadamente 450 milhões de dólares, mas não existem registros fiéis dos projetos financiados já que o governo não fiscalizava.

A Lei Sarney, precursora do incentivo fiscal à cultura no país, serviu de exemplo para a confecção de uma nova lei elaborada pelo então Ministro da Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, e regulamentada em 1991. A lei Lei Rouanet sofreu alterações, mas é efetiva até os dias de hoje.

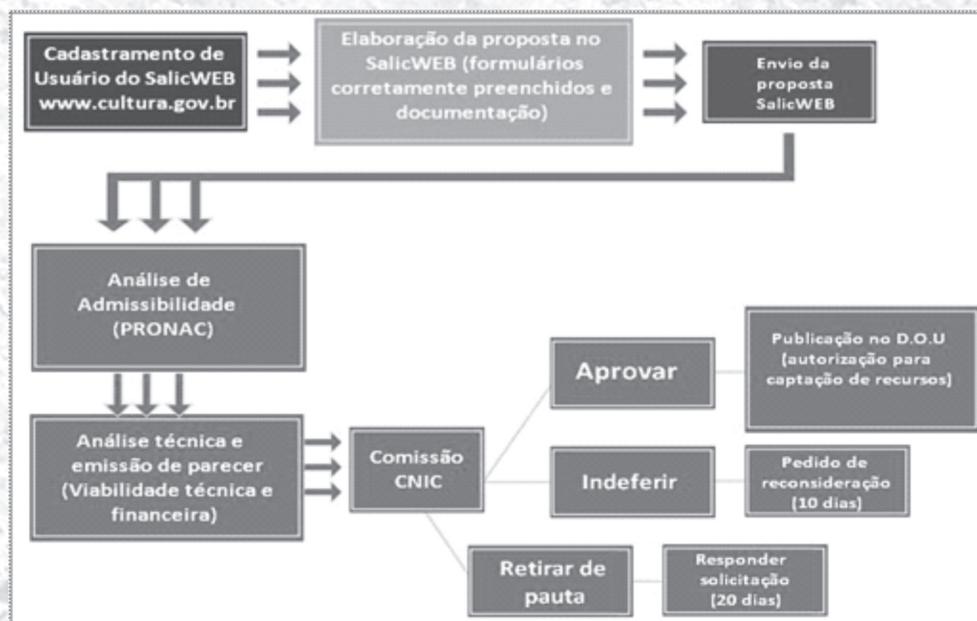
O funcionamento da Lei Rouanet se dá da seguinte forma: o Governo Federal reserva em suas leis orçamentárias - De acordo com a constituição federal o sistema orçamentário é composto das seguintes leis orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Lei Orçamentária Anual (LOA) - um quantitativo das receitas do Imposto de Renda e destina para financiamento de projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura. Do outro lado, o setor privado (pessoa física ou jurídica) interessado em investir em cultura destina recursos em projetos aprovados e abate determinado percentual na declaração de Imposto de Renda.

Pessoas físicas e pessoas jurídicas podem deduzir do Imposto de Renda em alguns casos até 100% do valor incentivado, mas até o limite de 6% do imposto devido para pessoas físicas e 4% para pessoas jurídicas.

Um diferencial da Lei Rouanet é que os projetos começaram a ser analisados para aprovação ou rejeição através da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), formada com representantes do governo e da sociedade civil. Tanto a CNIC como outras comissões de leis de incentivo costumam "[...] examinar apenas a clareza e a precisão dos projetos, o realismo dos orçamentos e prazos de execução" e não o mérito do projeto para não causar censuras como as do período da Ditadura Militar que assombram as lembranças dos produtores culturais brasileiros (DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997, p. 43).

A inscrição do projeto dá-se atualmente através do *site* do Ministério da Cultura ([www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)) pelo sistema *on-line* de inscrições de projetos "SALIC WEB". As

propostas são cadastradas e os documentos necessários anexados digitalmente e são avaliadas por pareceristas que aprovam ou rejeitam (Figura 1).



**FIGURA 01:** Trâmite de Projetos Culturais – Lei Rouanet.

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011.

Mesmo o projeto aprovado pela CNIC, quem decide se o projeto vai ou não ser executado é a iniciativa privada, detentora dos recursos. Com as leis de incentivo, os governos concordam em deixar de receber partes das receitas em seus cofres e deixam a negociação entre o produtor cultural e o setor privado.

A rede de incentivos fiscais, criada em todo o país, estabeleceu desta forma, por um período, o sentimento de que o financiamento da cultura estaria resolvido com o patrocínio incentivado, remetendo os produtores culturais e artistas ao departamento de marketing das empresas, e colocando o Ministério e Secretarias de Cultura na posição de órgãos acessórios com funções apenas burocráticas (OLIVIERI, 2004, p. 21).

Normalmente as leis estimulam o setor privado a mobilizar uma parcela de recursos próprios. Na lei federal, o empresário pode abater de 30% a 100% dos recursos investidos. Mas de acordo com o Ministério da Cultura, por meio de renúncia fiscal, foram disponibilizados durante a existência da Lei Rouanet R\$ 8 bilhões, dos quais mais de R\$ 7 bilhões era dinheiro do contribuinte. Assim, “a cada R\$ 10 investidos, R\$ 9,50 são públicos e apenas R\$ 0,50 é dinheiro do patrocinador privado” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011). Logo, se o maior montante de recursos pertence ao governo, não é correto comparar o incentivo fiscal como a ação dos mecenas.

Pode-se dizer que os governos deixam de arrecadar partes dos recursos e deixam a decisão de escolha dos projetos culturais nas “mãos” do setor privado. “Em outras palavras, seria como sacrificar receita pública convertendo-a em reforço do orçamento publicitário das empresas” (DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997, p.42).

Esta é uma visão neoliberal de entendimento de "Estado Mínimo", que o desqualifica na gestão da sociedade e transfere para o mercado todos os investimentos e atividades, considerando que o setor privado age melhor que o próprio Estado (OLIVIERI, 2004, p. 57).

A nova tendência da política cultural brasileira, com a implantação de leis de incentivo, teve o intuito de descentralizar ações e recursos a fim de fomentar mais ações culturais no território nacional. Mas o Estado, afastando-se das decisões de escolha e atribuindo este benefício às empresas, deixa o sistema ainda mais burocrático e os recursos à deriva de interesses de mercado. As empresas normalmente também não financiam projetos que possam gerar riscos para sua marca.

Nessa linha, ficam excluídos os projetos de vanguarda, os polêmicos, os restritos a pequeno público ou a público não interessante à empresa. A empresa patrocina projetos culturais como parte de seu negócio para melhorar o desempenho de sua atividade fim (OLIVIERI, 2004, p. 136).

O que resulta, muitas vezes, é que o proponente produz o que o mercado financia, assim, os recursos podem concentrar-se nas mãos dos proponentes "sensíveis" ao *marketing* das empresas patrocinadoras.

No Brasil começou a surgir o "*marketing* cultural", ou seja, as empresas viram nas Leis de Incentivo uma forma de investir na sua divulgação, já que a marca da empresa acompanha a publicidade do projeto financiado.

Com esse interesse de *marketing*, as empresas começaram a investir seus recursos em projetos com grande visibilidade nacional ou internacional, dificultando os projetos com caráter regional e local captarem recursos. O empresariado, em sua maioria, prefere investir em projetos que atingem um maior número de consumidores; é o critério do retorno da imagem. Aqui um novo motivo para não comparar os atuais patrocinadores utilizadores de deduções tributárias aos mecenas, pois o mecenato não requer uma contrapartida direta por parte do beneficiário, enquanto nas leis de incentivo fica claro que o incentivador paga para a difusão de sua marca.

A empresa, investindo em projetos culturais escolhidos em razão de sua estratégia empresarial de comunicação, certamente está impulsionando e viabilizando alguma forma de produção cultural. Entretanto, não está fazendo política cultural, mas sim política empresarial em ação de comunicação (OLIVIERI, 2004, p. 59).

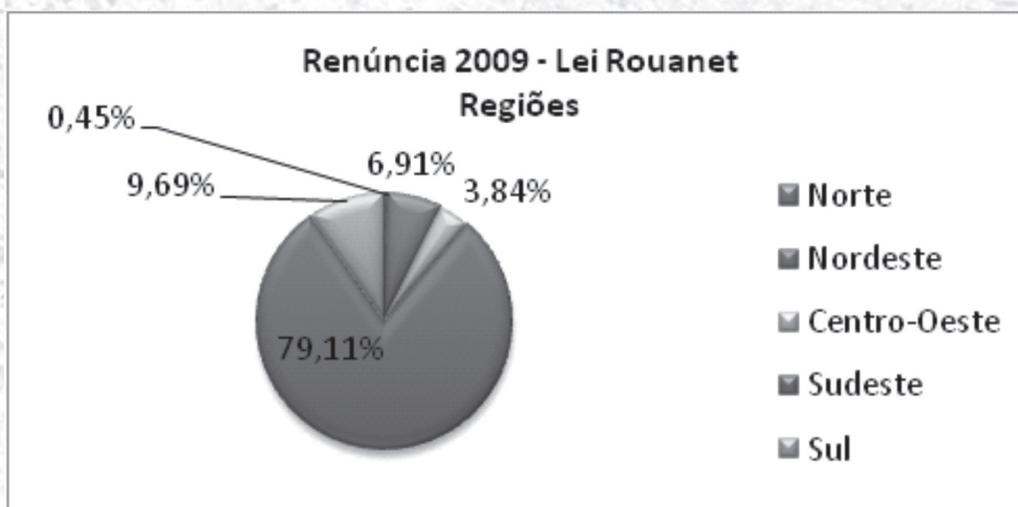
Mesmo com o objetivo de descentralizar recursos para diversas regiões do país, a Lei Rouanet trouxe números alarmantes através de informativo do próprio Ministério da Cultura. A concentração dos recursos provenientes da lei na região Sudeste atingiu quase 80% no ano de 2009.

Esta concentração alarmante representa que a diversidade e/ou a identidade cultural brasileira não foi favorecida com este instrumento legal. Ainda de acordo com o Ministério da Cultura, aproximadamente 50% dos recursos captados ficam concentrados em apenas 3% dos proponentes. Outro dado importante é que apenas cerca de 20% dos projetos aprovados pela Lei Rouanet conseguiram algum patrocínio:

**TABELA 01:** Renúncia 2009 (Estados) - Lei Rouanet

UF	%	UF	%	UF	%	UF	%
<b>SP</b>	34,79	<b>SC</b>	1,81		0,17	<b>MA</b>	0,19
<b>RJ</b>	34,62	<b>BA</b>	1,79		0,15	<b>AL</b>	0,02
<b>MG</b>	9,40	<b>CE</b>	1,25		0,14	<b>AP</b>	0,01
<b>RS</b>	5,63	<b>GO</b>	0,41		0,10	<b>AC</b>	0,00
<b>DF</b>	3,28	<b>PA</b>	0,31		0,08	<b>RR</b>	0,00
<b>PE</b>	2,90	<b>ES</b>	0,30		0,05	<b>TO</b>	0,00
<b>PR</b>	2,24	<b>PI</b>	0,30		0,05		

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p. 7.

**FIGURA 02:** Renúncia 2009 (Regiões) - Lei Rouanet

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p. 7.

A dedução fiscal tem ficado bem abaixo das estimativas aprovadas anualmente para renúncia fiscal e esta falta de investimentos pode ser um reflexo de problemas e incapacidades tanto do setor privado como do próprio setor cultural.

Identifica-se que algumas das questões que restringem o setor privado no uso das deduções tributárias são: falta de conhecimento dos incentivos fiscais, esgotamento do teto de dedução possível, percepção de que o valor a ser deduzido é pequeno e não justifica participar da burocracia, medo de ter a contabilidade exposta. Outro problema é que os recursos investidos pelo setor privado são feitos antes e somente depois é que é realizada a dedução fiscal.

Já os proponentes, atualmente, tiveram que profissionalizarem-se como gestores culturais e representam praticamente uma figura empresarial. Muitas vezes são artistas e ainda devem entender de modelagem de projetos, captação recursos, questões legais e jurídicas, ferramentas de *marketing*, fundamentos de planejamento e orçamento e prestações de contas. Assim, ou o proponente divide trabalho aumentando a equipe e consequentemente dividindo os poucos recursos ou acaba fazendo e acompanhando todo o processo, desde o planejamento até a prestação de

contas. Os artistas estão estudando para tornarem-se gestores e afastando-se cada vez mais da produção artística.

**TABELA 02:** *Números da Lei Rouanet – 1993 a 2011*

Ano	Qtde Projetos Apres.	Qtde Projetos Aprov.	Qtde Projetos Apoiados	VI. Apresentado R\$	VI. Aprovado R\$	VI. Apoiado R\$
1993	19	10	2	18.710.859,88	13.969.236,78	21.212,78
1994	74	91	7	98.228.196,18	114.775.297,55	533.751,57
1995	1.378	69	153	767.885.258,48	96.043.243,26	41.668.264,66
1996	3.773	2.552	624	2.130.370.530,80	1.612.596.208,73	195.030.104,42
1997	7.535	3.011	1.299	3.694.960.473,06	1.528.013.048,41	330.880.156,34
1998	6.559	3.669	1.258	3.005.725.978,41	1.590.098.542,21	310.451.086,40
1999	8.281	3.346	1.221	3.403.419.394,93	1.495.505.214,92	310.877.975,36
2000	6.406	3.174	1.292	2.710.416.568,51	1.382.569.111,80	462.246.528,32
2001	8.393	2.840	1.540	3.352.307.615,43	1.359.242.185,05	514.189.900,33
2002	8.969	4.476	1.527	4.125.303.358,95	2.271.888.163,89	483.186.432,36
2003	7.163	4.222	1.543	3.901.944.691,33	1.937.670.619,59	463.146.242,91
2004	7.637	5.304	2.040	5.034.827.391,28	2.536.717.914,78	594.246.632,39
2005	12.552	6.739	2.474	8.171.275.147,30	3.251.816.189,95	889.271.853,84
2006	9.766	6.997	2.928	6.127.225.022,67	3.489.017.305,99	930.675.865,31
2007	11.971	6.876	3.228	7.687.196.414,76	3.491.268.734,96	1.229.439.995,45
2008	10.811	7.210	3.158	9.193.661.084,41	4.170.260.786,74	1.095.602.856,14
2009	9.180	5.509	3.035	8.896.133.527,12	3.413.832.058,76	1.124.275.751,18
2010	13.464	6.754	3.397	7.595.282.633,30	4.674.629.591,09	1.438.990.356,49
2011	14.063	8.414	3.284	6.926.013.674,23	5.904.784.869,92	1.139.057.762,27

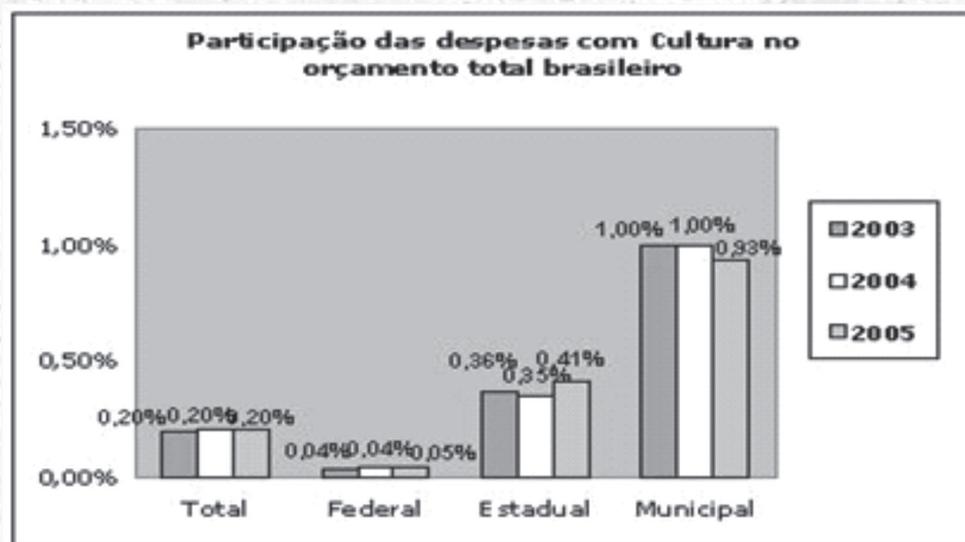
Fonte: *MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012.*

Pode-se dizer que as leis de incentivo têm criado uma indústria de projetos. Os proponentes que desconhecem as burocracias do sistema acabam abrindo mão de uma parcela de recursos para produtores especializados em aprovar projetos e captar recursos. Mas o Ministério da Cultura começou, nos últimos anos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o "Programa de Capacitação em Projetos Culturais". O programa atende os produtores culturais de todo o Brasil para capacitá-los a modelar os projetos nos padrões do SALIC WEB adotado pelo Ministério da Cultura e também acompanhar como gestor todo o processo de execução dos projetos.

Outro problema enfrentado pela dedução tributária é que se a economia vai mal o número de projetos financiados diminuem. Em verdade, assim funciona a economia de modo geral, mas se um mínimo da renúncia fiscal fosse garantido nas leis orçamentárias, como investimento direto, a aplicação em cultura estaria garantida.

Segundo pesquisa do IBGE divulgada em 2008, os orçamentos destinados à cultura do país entre os anos de 2003 à 2005 ainda não atingiam 1% da arrecadação conforme orienta a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Atualmente, 1% dos orçamentos públicos para a cultura já são realidade em quase todo o país; mesmo assim são orçamentos pequenos e limitados em que a administração cultural normalmente é postergada em favor de outras atividades que apresentam *status* de desenvolvimento. Infelizmente, investir em cultura ainda não representa investir em desenvolvimento para a grande parcela da população brasileira.

**FIGURA 03:** *Orçamento Público da Cultura no Brasil – 2003 a 2005*

Fonte: IBGE. Elaboração MinC

Fonte: IBGE, 2012.

Apesar de terem sido as principais formas de financiamento de cultura desde a década de 1990, atualmente é possível considerar que esses mecanismos trazem números infelizes e “demonstra que os incentivos não podem ter a responsabilidade de resolver a política cultural do país” (OLIVIERI, 2004, p. 23). Uma alternativa seria o financiamento direto, através da criação de um Fundo para repasse de recursos direto aos proponentes o que diminuiria a longa trajetória dos artistas até a execução de suas obras. Se existe uma projeção de receitas, e parte delas já estão garantidas para a dedução fiscal para financiamento de projetos culturais, por que burocratizar com a ponte desnecessária do setor privado?

Com a dedução fiscal, o que mais fica claro é que a parceria projetada para acontecer entre o setor público, a iniciativa privada e o setor de produção cultural não acontece. O mais perceptível neste processo é que as empresas não possuem real interesse de promoção da cultura, mas a melhora de sua imagem ou a venda de seus produtos.

Hoje o setor público reserva parte de seus impostos para o financiamento indireto, porém, se não houver dedução fiscal em prol de projetos culturais, os recursos entram aos cofres públicos e a cultura tem que dividir recursos com todas as áreas de governo. Uma vez não captados, na maioria das vezes, os recursos deixam de ser da cultura. Um motivo da permanência das leis de incentivo é o medo dos proponentes em perderem um dos poucos mecanismos de investimento em cultura.

Em razão da falta de outras formas de financiamento da cultura e da dependência do único canal formalmente estabelecido, a preocupação geral era [é] de que, sem a lei Rouanet, o mercado cultural ficaria órfão de qualquer verba e os ‘filhos’ dos incentivos fiscais ficariam sem opção de viabilizar suas produções artísticas (OLIVIERI, 2004, p. 22).

Porém, se os valores da renúncia de receita já estão destinados ao financiamento indireto, esses recursos deveriam ser garantidos em financiamento direto para aumentar

a oferta de bens culturais, pois de acordo com o Ministério da Cultura, ainda hoje 92% da população brasileira nunca frequentou um museu, 93% nunca foram às exposições de arte, 78% nunca assistiram um espetáculo de dança e 92% dos municípios ainda não tem cinema, teatro ou museu (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011).

As leis de incentivo não precisam ser extintas, uma vez que o financiamento direto pode, em governos corruptos, gerar também o clientelismo. Mas com certeza o financiamento direto de projetos acabaria em número com muitas burocracias e facilitaria o acesso aos recursos financeiros para o fomento da cultura.

Atualmente, os governos, através das leis de incentivo, estão transferindo suas responsabilidades. Quem perde é a sociedade.

## Referências

- ALBERTI, Venera. Ouvir e Contar. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FVG, 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Indicadores Culturais. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/anuariodeestatisticas/category/area-iii-indicadores-culturais/page/2/>. Acesso em 14/01/2012.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Projetos culturais via renúncia fiscal. <http://www.cultura.gov.br/site/2011/07/07/projetos-culturais-via-renuncia-fiscal/>. Acesso em 15/12/2011.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Salic Net. Disponível em: <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>. Acesso em 01/12/2011.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. Em: Crítica e Emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1. No. 1 (Junho 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- COELHO, Ricardo Corrêa. O Público e o Privado na Gestão Pública. Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
- COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: FAPESP, Iluminuras, 1997.
- CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA. Listagem de Projetos deferidos e indeferidos de 28 de setembro de 2011.
- DURAND, José Carlos Garcia; GOUVEIA, Maria Alice; e BERMAN, Graça. Patrocínio Empresarial e Incentivos Fiscais à Cultura no Brasil: análise de uma experiência recente. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. Volume 37, n.4, 1997.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAGALHÃES, Aloísio. Entrevista à Revista "Isto É", 13/01/82, reproduzido no boletim SPHAN/Pró-Memória 18 (encarte).
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Nova Lei da Cultura: material informativo sobre o projeto de lei que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura. Brasília. 2011.
- OLIVIERI, Cristiane Garcia. Cultural Neoliberal: leis de incentivo como política de cultura. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.
- PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. A Iniciativa Privada e o Espírito Público. IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, Setembro de 2002.
- THIRY-CHERQUES, Hermano R. – Projetos Culturais: técnicas de modelagem. 2. ed. rev. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- VALIATI, Leandro; FLORISSI, Stefano. A problemática da captação: relação entre os incentivos fiscais e a gestão dos recursos públicos na decisão privada da inversão cultural. VII Encontro de Economia da Região Sul. ANPEC SUL. 2005.

## Educação Patrimonial

*Cristina P. Silveira e Maria Tereza F. Lira  
Educadoras patrimoniais da FGML*

O Programa de Educação Patrimonial da Fundação Genésio Miranda Lins contempla atividades desenvolvidas no projeto Compartilhando a História, no Centro de Documentação Memória Histórica, e tem como objetivo facilitar o acesso à informação e ao conhecimento do passado, compreendendo aspectos da preservação, reflexão e divulgação da memória, contribuindo para a história cultural prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

O Projeto Compartilhando a História desenvolve ações educativas voltadas para o patrimônio histórico e cultural da cidade de Itajaí. É um processo contínuo e sistemático que oportuniza o indivíduo a enriquecer seus conhecimentos tanto individual como coletivo, na busca pela preservação e valorização da sua cultura, compreendendo sua própria identidade sociocultural. A Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo. Nesse contexto, são desenvolvidas ações educativas com a participação das escolas municipais, estaduais, particulares e entidades sociais; desde a educação infantil à universidade e, também, a comunidade.

Uma das experiências educativas que mais nos chamou a atenção foi com os alunos do Pró Vida. O Centro de Tratamento Alternativo Pró-Vida foi fundado no dia 24 de fevereiro de 1992 pela Primeira Igreja Presbiteriana de Itajaí. É administrado pela Assembléia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Está situado à Rua Álvaro Beraldi, nº 104, Bairro Carvalho, Itajaí-SC, localizado aproximadamente a 5 km do centro. É uma Instituição cívica religiosa, filantrópica e beneficente, sem fins lucrativos e que segue as normas de seu Estatuto.

O Centro tem capacidade para 30 leitos e oferece um Programa de Atendimento e Auxílio de tratamento para dependentes químicos (drogas e álcool), portadores ou não do vírus HIV e/ou doentes de AIDS em regime de internato, com duração de 06 meses.

São 20 anos atendendo a este público. Dentro do Programa de Tratamento está inserido o GRAF – Grupo de Apoio às Famílias. É uma contribuição na área psicológica e espiritual que a Instituição oferece no tratamento da co-dependência familiar dos internos. Os encontros acontecem quinzenalmente na Primeira Igreja Presbiteriana de Itajaí.

Desde o primeiro contato fomos bem acolhidas por todo o administrativo, professores e pelos alunos. Observamos que esse grupo de alunos tinha interesse em conhecer a história da nossa cidade. Agendamos então uma visita à Casa Lins onde foram apresentadas as dependências da casa: biblioteca, hemeroteca, fundos administrativos e judiciários, sala de conservação e restauro Jeane Buzzo, iconográfico, reserva técnica, laboratório de história e imagens de Itajaí (casarões, biografias, enchentes, folclore, pontos turísticos, colonizadores e detalhes da história da cidade). Percebemos um interesse muito grande desses alunos e conseguimos uma parceria com o Centro de Treinamento Portuário onde foi ministrada uma palestra sobre o Complexo Portuário e a importância deste para a cidade. Após a palestra, os alunos visitaram o Mirante do Porto, onde puderam visualizar toda a atividade Portuária.

Sentimos-nos honradas em poder contribuir com esses cidadãos que estão buscando um novo recomeço na vida pessoal e também na vida profissional. E que essa prática educativa seja a primeira de muitas outras.

A parceria dessa Instituição com o Arquivo Público de Itajaí deu-se através do excelente desempenho e dedicação das Professoras, cujo olhar é voltado também para aqueles desprovidos, muitas vezes, de oportunidades, atenção, entre outros. O estreitamento dessa parceria veio somar junto ao programa de tratamento dos internos, pois além de contribuir para a valorização da cidadania, melhora a autoestima e, conseqüentemente, a buscar valores outrora perdidos para o início de um novo caminho longe das drogas. Como Comunidade Terapêutica, nosso público alvo necessita dessa atenção, desse apoio vindo de fora para complementar o trabalho dentro da Instituição. Para eles, abre-se um novo horizonte de conhecimentos, de experiências, que vem despertar neles o interesse pelo saber de forma saudável, criativa, solidária, que os leva a buscar na aprendizagem uma nova perspectiva de vida. O Pró-Vida agradece todo o apoio e solidariedade prestados até aqui (Luis Augusto Prates da Costa - Coordenador Geral).



## **Encontrei um lugar**

*Silvestre João de Souza Júnior*

Encontrei um céu azul

Um povo guerreiro

Uma Terra Feliz.

Uma planície verde

Um rio azul

As vezes tranqüilo

Outras um dragão.

Um mar de ondas

De bons ventos

Que trouxe colonos

E agora visitantes.

Um olhar no futuro

Um passo firme no presente

E respeito com o passado.

Um lugar de oportunidades,

De trabalho e honestidade

Com um nome Tupi-Guarani

Este lugar é aqui

É Itajaí

*Guilherme Amaral de Souza  
Aluno do EJA*

Itajaí

Terras de grandes praias,

Lindas e belas,

Imensa cidade,

Hospitaleira...

Cheia de oportunidades

Para vários fins...

Trabalhar,

Crescer e

Estudar!

Cidade de todos...

Cidade do peixe,

Cidade das águas,

Cidade coração!

Retrato de paisagem,

Terra de boa gente,

De natureza hospitaleira

Boa comida e

Bom tempo...

## A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Itajaí

*Telmo José Tomio  
Maestro de Coral, Professor de Filosofia, Sociologia e História  
Genealogista – sócio do CBG e do INGESC*

**A** IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, de Itajaí, foi fundada aos 08 de dezembro de 1830, e foi confirmada pelo Bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho. É a mais antiga associação de fiéis leigos da cidade. Tem como finalidade promover, com toda a solenidade, o culto ao Santíssimo Sacramento.

**Seus primeiros membros:** Frei Pedro Antônio de Agote, capelão-curado; **Agostinho Alves Ramos, Provedor;** José Joaquim Borges; Antônio Correia de Negreiros; Antônio Dias de Arzão; Benigno Lopes Monção; Bento João da Silva; Francisco Antônio da Costa; José Bernardo (seria José Francisco Bernardes); José Ignacio Borges; José Antônio da Silva; José Machado Espíndola; Marcelino José Cardoso; Germano José da Silva; Manoel Soares da Costa.

De 1838 até 1845, no Livro de Óbitos da Freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, aparecem alguns **registros de óbitos de membros da Irmandade**, de sepultamentos feitos pelo vigário Padre Francisco Rodrigues:

+29.09.1838 – José, de 8 anos, **filho do irmão Ignacio José Borges** e Rosa Clara. Sepultado dentro da Igreja [Ignacio José era irmão de José Ignacio Borges].

+06.04.1840 – **Tomás Machado** [também chamado Tomás Pereira da Rosa], irmão, casado com Justina Ignacia, sepultado na Igreja.

+29.02.1840 – **Dr. José Antônio de Matos Neto**, 80 anos, irmão, sepultado na Igreja. [Cirurgião que era cunhado de Agostinho Alves Ramos. Obteve carta de cirurgia em 1820 e acompanhou os batalhões em campanha no Rio Grande. Quando velho, mudou-se para Itajaí, onde passou a morar só. Foi apelidado de “Jaguatirica” por ser parcialmente careca com seus poucos cabelos brancos. Faleceu na casa de seu cunhado, em Itajaí. (cf. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau). Ainda a respeito do Dr. Jaguatirica: Em “Blumenau em Cadernos”, tomo II, número 9, páginas 165-167, de setembro de 1959, há um artigo intitulado “Reminiscências”, publicação esta de artigo

escrito em 1907 pelo Dr. Pedro Ferreira e Silva, narrando a entrevista e as memórias do octogenário morador de Itajaí, o Sr. Antônio da Costa Flores, natural do Rio Grande, que viera pequeno para cá, antes de 1840. Eis o que diz: "...no terreno baldio que existia entre a casa de negócio de Clarindo Palumbo e a de moradia de Donato Luz, casa de telha, rebocada e caiada, mas tão velha que, a maior parte do reboco já tinha caído, na qual morava um cunhado do major Agostinho, que era já muito velho, tinha sido cirurgião de um batalhão que Dom Pedro I sustentou no sul - como não tinha cabelo na cabeça, usava chinó de cabelo branco - era conhecido pelo apelido de 'Jaguatirica'; constava que tinha muito dinheiro e, por isso, tentaram uma vez roubá-lo, arrombando-lhe o soalho da casa. Depois que morreu, se fizeram escavações, mas nada se encontrou"].

+29.01.1841 - **Antônio José Machado**, 53 anos, irmão, casado com Damiana Maria. Sepultado na Igreja.

+04.07.1838 - **Francisco Pereira da Silva**, irmão, viúvo de Maria Francisca.

+09.11.1838 - Joaquina, de 7 meses, **filha do irmão Adriano José da Silva** e de Maria Antônia de Oliveira. Sepultada nesta matriz por ser filha de irmão.

+17.11.1840 - Vicente, **filho do irmão Frutuoso Soares [da Costa]** e Maria Francisca, já falecida. Sepultado na Igreja por ser filho de irmão.

+18.11.1840 - Anna, de 12 anos, **filha do irmão Vicente Miguel** e Maria Rita. Sepultada na Igreja por ser filha de irmão. [O pai era natural do Reino de Nápoles, na atual Itália].

De 1845 até 1857 haveria um Livro de Óbitos, e que foi extraviado, ou está desaparecido há muitos anos, onde constariam muitos óbitos de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Itajaí, dentre os quais, o de Agostinho Alves Ramos e sua esposa, citados em várias obras de historiadores catarinenses:

+26.01.1850- **Anna Maria Rita**, esposa de Agostinho Alves Ramos.

+16.07.1853 - **major Agostinho Alves Ramos**, viúvo, primeiro provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Itajaí.

No Livro de Óbitos da freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, de 1857 até 1869, aparece um sepultamento feito pelo vigário Padre Antônio Francisco Nóbrega, citando a Irmandade do Santíssimo Sacramento:

+01.04.1865 - Antônio José Soares Vianna, de 21 anos, solteiro, filho de Manoel José Soares Vianna e Anna Clara de Jesus. O sepultamento foi acompanhado pela Irmandade do Santíssimo.

No Arquivo Histórico de Itajaí, da Fundação Genésio Miranda Lins, na caixa do Fundo Irmandade do Santíssimo Sacramento, há diversos fragmentos de livros contendo nomes dos membros:

**1905 e 1906 - irmãos pertencentes ou que fizeram parte da Irmandade:**

Adelaide Konder  
Adolpho Germano de Andrade  
Agesislau Seára  
Agostinho Fernandes Vieira  
Alberto Pedro Werner  
Alcibíades Marquetti  
Alcibíades Seára  
Alexandre Vieira Fagundes  
Alexandrina Vieira Fagundes  
Alfredo Conrado Moreira  
Alice Schaeffer  
Álvaro Rodrigues da Costa  
Amandio Cordeiro  
Amélia Müller dos Reis  
Angelo Rodi  
Anna da Silva Fontes  
Anna dos Reis  
Anna Rodi  
Antônio da Costa Flores  
Antônio da Costa Flores Filho  
Antônio dos Santos Castro  
Antônio José Schnaider  
Antônio Lopes Gonzaga  
Antônio Maluche  
Antônio Manoel Pereira  
Antônio Martiniano da Silva  
Cel. Antônio Pereira Liberato  
Antônio Queiroz d'Almeida

Antônio W. Navarro Pessoa Lins  
Armando Müller dos Reis  
Arnoldo Heusi  
Arthur Valle  
Dr. Aurélio Benigno de Castilho,  
Bento Gordiano de Oliveira  
Bonifácio Schmitt  
Bruno Malburg  
Calixto Pedrini  
Cândido Felício Borges  
Carlos Frederico Seára Junior  
Cipriano Ramos Martins  
Clorindo Palumbo  
Delfina de Oliveira Sverinser  
Domingos Marcos dos Santos  
Edelmiro C. de Miranda  
Edmundo Heusi  
Eduardo Dias de Miranda  
Eduardo Pessoa Lins  
Elisabeth Malburg  
Emílio Augusto da Cruz Coutinho  
Emílio Gazaniga  
Emílio Palumbo  
Emmanuel Gonçalves Pereira  
Emmanuel Pereira Liberato  
Etelvina de Freitas Seára  
Eugênia Silveira  
Eugênio Luiz Müller

Eurico Fontes	João Pinto de Amaral
Francisco Anastácio dos Santos	João Serapião Rochadel
Francisco de Paula Seára	Joaquim Fernandes
Francisco de Souza Schnaider	Joaquim Florêncio da Silva
Francisco Manoel Stuart	Joaquim José Espindola
Geraldo Pereira Gonçalves	José Antônio d'Ávila
Gertrudes Schnaider	José Berti
Gervásio Antônio Vieira	José Diettrich
Godoffredo Raichert	José dos Reis
Guilherme Ignacio Linhares	José Faustino Gomes
Henrique Fontes	José Felipe Geraldo
Jacinto Piassa	José Ignacio da Silva
Jacob Bauer	José Joaquim dos Santos
Jacob Vilain	José Navarro
Jacob Zimmermann	José Parise
Joanna Berti	José Pereira dos Santos
João Antônio de Azevedo	José Piazza
João Arcary	Júlia de Souza Miranda
João Baptista Olinger	Juvêncio R. de Andrade Leite
João Bauer Junior	Juvêncio Tavares do Amaral
João Gabriel Fagundes	Leonor Liberato
João Guedes da Fonseca	Leopoldo Diettrich
João Jacob Heusi Sobrinho	Leopoldo Pereira dos Santos
João Kracik	Lourenço de Souza Rochadel
João Maria Duarte	Lucindo Alves Pereria
João Marques Brandão	Padre Ludovico Coccolo
João Marques de Souza	Manoel Antônio Fontes
João Mathias Olinger	Manoel Correia de Mello

Manoel de Souza Cunha  
Manoel dos Santos Gaya  
Manoel Felizardo Cordeiro  
Manoel Fernandes Vieira  
Manoel Gonçalves Pereira  
Manoel Lopes Fagundes  
Manoel Marques Brandão  
Marcos Heusi  
Margarida Tedeu  
Maria Concórdia Fontes  
Maria Eduarda da Rocha  
Maria Elisabeth Reiser  
Maria Gaya  
Maria José Fagundes de Azevedo  
Maria Pereira Liberato  
Maria Rauert  
Maria Schnaider de Miranda  
Maria Viegas Rochadel  
Martha Bauer  
Mathias Sebastião Kock  
Mathilde Bauer Hundt  
Nicolau Diniz Marques  
Nicolau Marques da Silva  
Olympio Aniceto da Cunha  
Olympio Hermilio de Miranda  
Otilia Maria Schnaider  
Paula Scheffer  
Paulino Ávila dos Santos

Paulo Hermann  
Paulo Schaeffer  
Pedro Bauer  
Dr. Pedro Ferreira e Silva  
Rodolpho Pinto da Luz  
Romão Julião Machado  
Rosalina Pinto do Amaral  
Samuel Heusi Junior  
Severino Gonçalves Ribeiro  
Sinval Seára  
Ulysses Machado Dutra  
Victor Olinger  
Zózimo Machado Espindola

Em 06 de fevereiro de 1949, após a Missa das 9 horas, tomou posse uma nova diretoria eleita:

Padre Vendelino Hobold, presidente honorário; Luiz Martins de Almeida, Provedor; Juventino Linhares, vice-provedor; João Tavares Anversi – 1º. Secretário; Antônio de Souza Cunha Junior, 2º. Secretário; Silvestre Schmitt, tesoureiro; João Neves, procurador geral; João Cesário Pereira, mesário, reeleito; José Theodoro Fischer, mesário, reeleito; Alois Emendoerfer, mesário, reeleito; Felisberto Emendoerfer, mesário; José Corbeta, mesário; Arnaldo Korb, mesário; Bertino Vieira, mesário; Antônio Francisco Capella, mesário.

**Irmãos que se achavam matriculados em 1949:**

Alois Wippel  
Alois Emendoerfer

Alois Emendoerfer Filho

Aderbal Alegria

Antônio C. Dutra

Antônio Ayres dos Santos

Arno Bauer

Bonifácio Schmitt

Benjamim Wendhausen

Bertino Vieira

Benedito Zimmermann

Calixto Pedrini Junior

Camilo Mussi

Domíngos Rodrigues

Dr. José Menescal do Monte

Eduardo Gonçalves Dutra

Felipe Reiser

Felisberto Emendoerfer

Florindo Anversi

Francisco de Almeida

Gabriel Colares

Godofredo Kracik

Genésio Miranda Lins

Heitor Pereira Liberato

Irineu Bornhausen

João Cesário Pereira

João Rodi

João Petter

João Mathias Heil

João Werner

João Macedo

João Arcary

João Lopes

João Perry Brandão

João Elieser dos Santos

José Theodoro Fischer

José Corbeta

Juventino Linhares

Jacob Nicolau Mussi

Jorge Pessoa

Luiz Martins de Almeida

Luiz Rodrigues

Lindolfo C. Vieira

Maximiliano Silva

Nascimento Valisati

Nicolau E. Burgharth

Pedro Bauer

Pedro Bernardes

Raul Espindola

Serafim Franklin Pereira

Silvestre Schmitt

Urbano Vieira

Vitor J. Dutra

Vitor Zaguini

Zacarias Manoel Felicio

**Irmãs:**

Etelvina Seára

Áurea Schmitt

Maria Nascimento Schmitt

Maria Schnaider Miranda

Ana Fontes

Elisabeth Malburg

Maria Salomé Malburg

Maria Rochadel Oliveira

Rosa P. Schmitt

Efigênia Moreira

Carolina Vieira

**Irmãos novos admitidos em 1949:**

Augusto Heil

Arnoldo Korb

Alfredo Vieira

Anibal Souza Junior

Antônio Souza Cunha Junior

Antônio Francisco Capella

Carlos Franciosi

Rodolfo Renaux Bauer

José Bahia E. Bittencourt

José Bonifácio Schmitt

Franz Josuef

João Neves

João Tavares Anversi

João Fermino Santos

José H. Cesário Pereira

Júlio Cesário Schmitt

Laércio Malburg

Manoel José João

Nereu Corrêa

Pedro Afonso Schmitt

Carlos Silva.

Em 1898, a Irmandade foi considerada extinta pelo Padre João Batista Peters, pois havia entrado em decadência, motivada pela constante ausência de padres na freguesia. Porém, ela não pereceu. Percebe-se um grande número de membros em listas de 1905 e 1906, com certeza, fruto de almas abnegadas que trabalharam para o soerguimento da tradicional associação. Em 1º de dezembro de 1908, sob a direção do vigário interino, Padre Guilherme Thoneick - SCJ, a ela foi refundada e, em 16 de março de 1911 foi aprovado o novo compromisso da Irmandade pelo Bispo da Diocese de Florianópolis, Dom João Becker. A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Itajaí completa em 08 de dezembro deste ano de 2012, 182 anos. Percebe-se que, além de ser um associação leiga de caráter religioso, ela sempre foi reunião de pessoas simples e influentes de nossa sociedade itajaiense, conservando até os nossos dias a tradição implantada por aqueles que nos antecederam. Em 31 de março de 1824, portanto, há 188 anos, fundaram o Curato do Santíssimo Sacramento, dando rumo e organização à vida religiosa de um lugar atendido pela Capela de São João Batista de Itapocorói (Penha), pertencente à Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier. A partir daí, tivemos residente um cura, o Padre Frei Pedro Antônio de Agote, franciscano espanhol. Em 12 de agosto de 1833, nosso curato foi elevado à categoria de Freguesia, ou seja, paróquia. Em 2013, estaremos completando 180 anos de paróquia.



Presente em atos religiosos solenes, procissões e festividades, a Irmandade do Santíssimo Sacramento é motivo de orgulho para todos nós.

### **Referências**

ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Blumenau, Santa Catarina, em <http://www.arquivodeblumenau.com.br/pesquisa>.

BESEN, JOSÉ ARTULINO, Padre. A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, Itajaí, 2005.

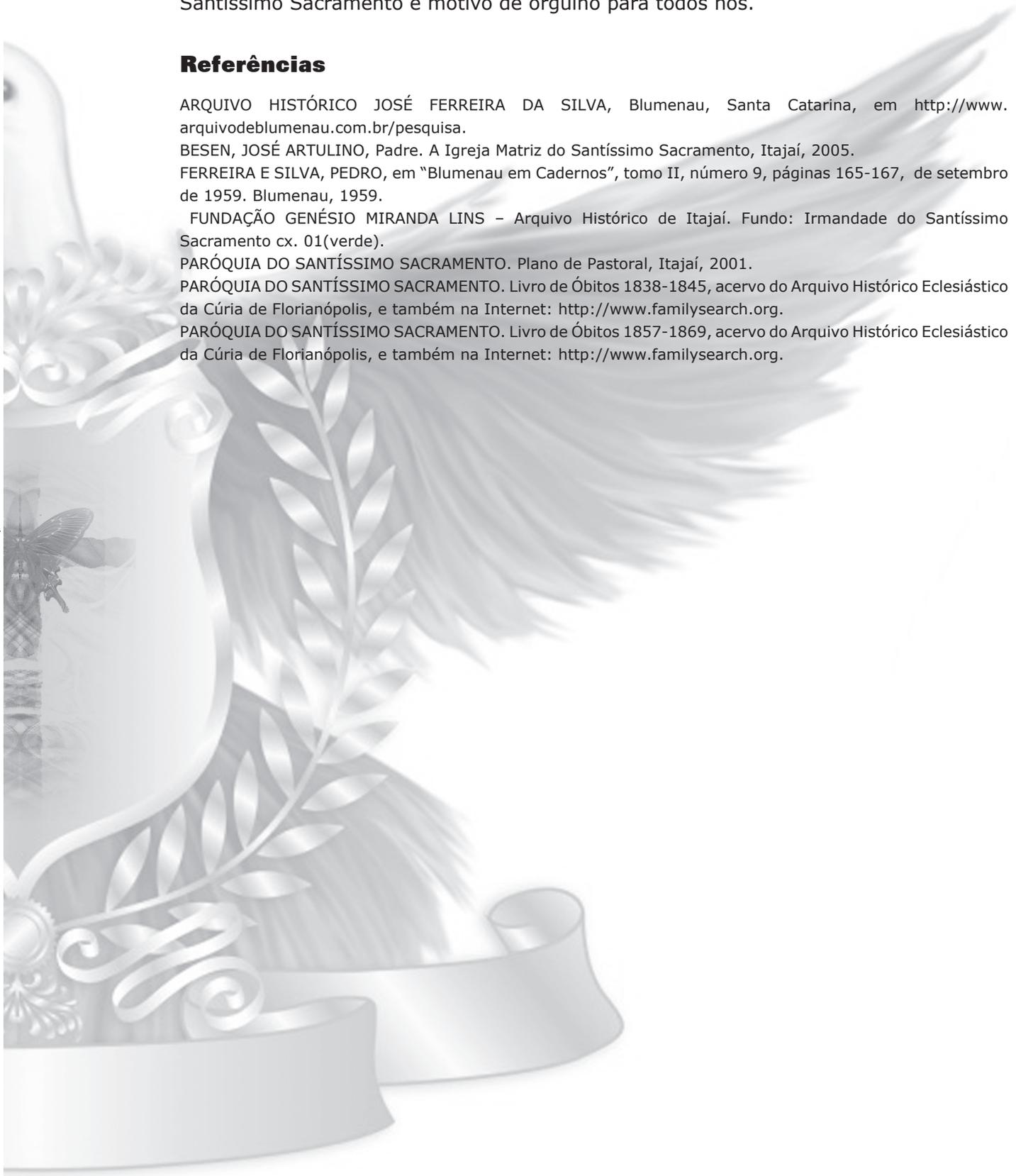
FERREIRA E SILVA, PEDRO, em "Blumenau em Cadernos", tomo II, número 9, páginas 165-167, de setembro de 1959. Blumenau, 1959.

FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS - Arquivo Histórico de Itajaí. Fundo: Irmandade do Santíssimo Sacramento cx. 01(verde).

PARÓQUIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO. Plano de Pastoral, Itajaí, 2001.

PARÓQUIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO. Livro de Óbitos 1838-1845, acervo do Arquivo Histórico Eclesiástico da Cúria de Florianópolis, e também na Internet: <http://www.familysearch.org>.

PARÓQUIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO. Livro de Óbitos 1857-1869, acervo do Arquivo Histórico Eclesiástico da Cúria de Florianópolis, e também na Internet: <http://www.familysearch.org>.



## Arquivos: História e Gestão Documental

Vera Lúcia de N.P. Estork  
Bibliotecária - Arquivista



OS ARQUIVOS COMO INSTITUIÇÃO, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Nos séculos IV e V os atenienses guardavam os seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no Metroon, junto à corte de justiça na praça pública de Atenas. No templo conservavam-se os tratados, leis, minutas da assembleia popular e demais documentos oficiais. Entre outros, havia o discurso que Sócrates escrevera em sua própria defesa, manuscritos de peças de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes e a lista dos vencedores das Olimpíadas.

Esses documentos foram conservados e transmitidos desde os tempos primitivos, até talvez o século III da era cristã, na forma de rolos de papiros. O desenvolvimento atingido pelos arquivos durante o declínio das civilizações antigas e na Idade Média exerceu alguma influência no caráter dos arquivos que apareceram no início da Idade Moderna, como na Assembleia Nacional, no fervor inicial da revolução francesa em 1789, na qual deveria ser guardados e exibidos seus atos. Um ano depois, por decreto de 12 de setembro de 1790, esse arquivo tornou-se o Archives Nationales de Paris. Foi o primeiro arquivo nacional criado no mundo. Nele deveriam ser guardados os documentos da Nova França, documentos esses que traduziam suas conquistas e glórias. Um decreto de 25 de junho de 1794 estabeleceu em todo território nacional uma administração dos arquivos públicos.



Esse decreto estabeleceu também o direito de acesso aos documentos públicos, tornando-se assim uma espécie de “declaração dos direitos” da arquivística. Cerca de 50 anos mais tarde, em 14 de agosto de 1938, foi criado um arquivo central, o Public Record Office. O impulso cultural para a criação desse arquivo partiu dos historiadores para manter exclusivamente os documentos do governo central. Os EUA criaram um arquivo nacional com lei de 19 de junho de 1934. Durante o século XIX, os EUA, França e Inglaterra quiseram incrementar a eficiência governamental e criaram seus arquivos nacionais.

Os revolucionários franceses, ao criarem o Archive Nationales, tinham consciência da importância dos arquivos públicos para a determinação das várias relações sociais, econômicas e políticas, dos documentos oficiais, pois definem as relações dos governos para com os governados e que são a derradeira prova de todos os direitos e privilégios civis permanentes e a prova imediata de toda propriedade temporal.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, surge o conceito de gestão de documentos e de ciclo vital, os quais recuperam a visão dos arquivos como instrumento de apoio à administração. Já a partir da década de 1980, houve a disseminação do uso de documentos eletrônicos nas instituições públicas e privadas.

No Brasil, foi criado a 2 de janeiro de 1838 o Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824. Estabelecido, provisoriamente, na Secretaria de Estados dos Negócios do Império, tinha por finalidade guardar os documentos públicos e estava organizado em três seções: Administrativa, Legislativa e Histórica. Sua primeira sede situava-se no edifício do Ministério do Império, na Rua da Guarda Velha, atual Treze de Maio, no Centro do Rio de Janeiro-RJ.

Em 1886 foi lançada a primeira publicação intitulada “Catálogo das Cartas Régias”, provisões, alvarás, avisos, portarias de 1662 a 1821. A partir de 1911, mudou a denominação para Arquivo Nacional. Em 1932 foi reorganizado, incluindo as seções de Biblioteca, Mapoteca, Judiciária e Secretaria.

O decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, instituiu o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, com finalidade de assegurar a preservação de documentos do Poder Público, tendo como órgão central o Arquivo Nacional. Ficou também instituída, junto ao Arquivo Nacional, a Comissão Nacional de Arquivos – CONAR. Em 1983 foi transformado em órgão autônomo da administração direta do Ministério da Justiça. A política nacional de arquivos públicos e privados foi instituída com a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, ficando estabelecido que a partir desta data são deveres do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Em 1994 foi criado o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e, em 2000, ficou subordinado à Casa Civil da Presidência da República. Em 2004, o Arquivo Nacional foi transferido para sua nova sede, à Praça da República, nº 173, Centro, Rio de Janeiro-RJ.

Em Santa Catarina, o Arquivo Público do Estado foi criado no governo de Felipe Schmidt, em 1918, através da Lei Estadual nº 1.196, de 26 de setembro. Entretanto,

a lei não teve concretização, de forma que em fins de 1931 o Arquivo foi novamente criado (Decreto nº 186, de 28 de dezembro, governo do interventor federal Ptolomeu de Assis Brasil). Existindo apenas no papel, o Arquivo foi extinto em 1933, no governo do interventor federal Aristiliano Ramos, pelo Decreto nº 349, de 10 de maio.

A instalação e o funcionamento efetivos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina tornaram-se possíveis a partir de 1960, quando a instituição foi mais uma vez criada (Lei nº 2378, de 28 de junho) no governo de Heriberto Hülse.

O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina funcionou no Palácio do Governo, na Praça XV de Novembro, entre 1960 e 1971. Foi transferido, sucessivamente, para as dependências da Imprensa Oficial, no Saco dos Limões; para o número 16 da Rua Almirante Alvim; para o número 119 da Rua Felipe Schmidt; para o número 1264 da Avenida Mauro Ramos e em 2004 instalado novamente nas dependências da Imprensa Oficial, no Bairro Saco dos Limões, em Florianópolis, Capital do Estado.

No tocante à administração pública estadual, o APESC ganhou atribuições ainda mais significativas a partir do Decreto nº 1444, de 23 de março de 1988, que criou o sistema estadual de arquivos, sendo que os especialistas promovem cursos e treinamentos para os arquivos municipais.

A Fundação Genésio Miranda Lins (FGML) é uma superintendência do governo municipal de Itajaí e foi instituída em 1976, através da lei Municipal nº 1515, de 1º de dezembro, e é mantenedora das unidades: Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins, Museu Histórico de Itajaí e do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí.

Tem como finalidade a salvaguarda do patrimônio histórico material e imaterial de Itajaí, resguardando a história a fim de manter viva a memória do Município, proporcionando, desta forma, a acessibilidade destes acervos à comunidade. Em 1982, teve sua sede própria no antigo prédio, de 1925, denominado Palácio Marcos Konder, localizado à Rua Hercílio Luz, 681, ocupando o andar térreo e subsolo, para ali instalar também o Museu Histórico de Itajaí. Em 1999, com a transferência da Câmara de Vereadores, passou a ocupar todo o edifício.

Em 1985, a Fundação cria, também no antigo prédio, sua segunda unidade, o Arquivo Histórico. Em 1998, o arquivo foi transferido para as dependências da Casa Konder, passando a se chamar Arquivo Público de Itajaí. Em 2000, o Arquivo passou à denominação de Centro de Documentação e Memória Histórica. Em 2001, ganhou sede própria, na Casa Lins – construção tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal, através do Decreto nº 6017, de 02/12/1999.

Além de manter os acervos documentais, iconográficos (fotografias e gravuras) e bibliográficos, através de uma Biblioteca de apoio, mantém também a Hemeroteca e a Mapoteca. Esta unidade tem também por finalidade divulgar e publicar os trabalhos desenvolvidos pela FGML e pela comunidade, além de fomentar trabalhos relacionados à história e a memória de Itajaí. A FGML edita, desde 1998, a publicação Anuário de

Itajaí. A gestão de documentos da Administração Pública do Município de Itajaí foi criada através da Lei Municipal nº 3.343, de 27 de novembro de 1998. Em 2002, foi construído o Arquivo Intermediário da Secretaria Municipal da Administração, cuja inauguração ocorreu no dia 24 de outubro daquele ano. Com a instalação do Arquivo Intermediário em sede própria, o Município de Itajaí tornou-se pioneiro no Estado de Santa Catarina na manutenção de conjuntos de documentos nesta categoria.

O Arquivo Intermediário está destinado a guardar os documentos em prazo de vigência e/ou precaucional de longa e baixa frequência, os quais aguardam avaliação e destinação final, mesmo que o direito de propriedade pertença ao órgão que o originou e o mesmo necessite de sua organização. Está localizado à Rua José Pereira Liberato, nº 1899, no Bairro São João (fundos da Secretaria de Obras e Serviços Municipais). A área construída é de 300m<sup>2</sup> e o acervo documental está acondicionado em 12.000 caixas-arquivo.

Na esfera do poder legislativo, a Câmara de Vereadores mantém o Arquivo Vereador Luiz Gonzaga Agostinho, que foi reformado em 13 de maio de 2004.

O Porto de Itajaí, autarquia da Prefeitura de Itajaí, iniciou a organização do acervo documental na década de 80. Por anos a documentação esteve guardada em armazéns sem tratamento técnico adequado e, em 2002, foram retomadas a organização, com a criação da Comissão de Avaliação de documentos e da Tabela de Temporalidade.

A gestão documental aplicada com medidas e rotinas que garantam o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade (desde sua produção até sua destinação final, com vistas à racionalização e eficiência administrativas, bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural), segundo a empresa Critéria (1997), permite:

Aumento da eliminação dos documentos na fonte e a diminuição do volume documental total:

Aceleração e a sistematização da organização dos documentos;

Aumento da proteção da informação, pois um documento bem classificado, ordenado e arrumado está relativamente em segurança;

Aceleração da pesquisa de informação e o fato de obter de forma mais rápida a informação pertinente;

Aumento da estabilidade, da continuidade e da eficácia administrativa da organização;

Otimização da utilização do espaço, do equipamento e dos recursos humanos;

Racionalização e diminuição dos custos da organização das massas documentais.

Conforme divulgado pela American Information and Image Management e publicado pela Critéria, o custo com a criação de documentos equivale a:

Formulários US\$ 1,50 a 4,00 por página; Correspondências US\$ 5,00 a 14,00 por página; Relatórios informatizados US\$0,35 a palavra; Relatórios nível de direção US\$500,00 a 6000,00 por página.

Não bastasse o custo elevado de elaboração, verifica-se que, em grande parte das instituições: 45% dos dados são duplicados; 95% dos registros possuem mais de 3 (três) anos.

Perdas de registro representam US\$140,00, por registro, em média. Estes dados evidenciam a necessidade de se oferecer melhor tratamento às informações em processo, pois elas constituem "ativo patrimonial" que consome recursos para a produção, distribuição e armazenamento, como qualquer outro insumo.

Além disso, elas estão diretamente relacionadas à geração de espaços físicos compatíveis com o volume que representam, com os materiais de arquivamento, com o envolvimento de profissionais destacados para a gestão de documentos, entre outros.

Está ligado ao custo de geração da informação homem/hora dos profissionais intelectualmente envolvidos com o processo produtivo; o transporte e distribuição de informações, pois elas são insumos temporais de tomada de decisão.

Quando procuramos a informação, desperdiçamos tempo duplamente, pois somente se procura o que se perdeu ou não se sabe o local exato onde se encontra. Desperdiçamos, também, pelo distanciamento das atividades fins (perda de produtividade, mais desgastes, comprometimento da sobrevivência em nível de mercado). Conclui-se, por esses e por outros fatores, a importância em se tratar profissionalmente a informação, ponto primordial da automação de qualquer processo produtivo, que tenha como principal preocupação a melhoria constante de suas rotinas.

O princípio da proveniência é a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas. O respeito deste princípio, na organização e no tratamento dos arquivos qualquer que seja a sua origem, idade, natureza ou suporte, garante a constituição e plena existência da unidade de base em arquivística, a saber, o fundo de arquivo.

O princípio da proveniência que comporta duas vertentes define-se como o "princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outra proveniência e devem ser conservados segundo a sua ordem primitiva, caso exista" ou "o princípio segundo o qual cada documento deve ser colocado no fundo donde provém e, nesse fundo, no seu lugar de origem". Tanto de um ponto de vista teórico como de um ponto de vista prático, a aplicação do princípio da proveniência garante, por um lado, a ordem estritamente administrativa que preside à organização dos documentos nas unidades e que estes devem conservar e, por outro, o valor de testemunho que alguns deles têm (ROUSSEAU, 1998).

O que define a unidade do sistema proposto que deve gerir determinado documento é o tipo de valor que ele apresenta nas suas diferentes idades. Esse, por sua vez, se revela em relação direta com o público a quem é acessível e pode servir em cada fase.

Chama-se “primário” o valor que o documento apresenta para a consecução dos fins explícitos a que se propõe; “secundários” são aqueles que, embora já implícitos no tempo em que são gerados, avultam com o correr dos anos. Um documento arquivístico, gerado por uma demanda da comunidade a determinado órgão público (a construção de um posto de saúde, por exemplo) tem valor “primário” para as partes diretamente envolvidas, os indivíduos e grupos interessados e os administradores do órgão que deve solucionar o assunto. Esse valor sobressairá durante o tempo de circulação do documento, inclusive durante o atendimento da demanda. O documento servirá ao registro da discussão do assunto e do processo decisório durante a fase de circulação e servirá à consulta das partes durante o tempo em que a solução ou despacho nele registrado estiver causando a respectiva ação.

Contudo, esse documento tem outros valores potenciais, os secundários. Para a Administração, constitui elemento informativo dos possíveis desdobramentos do problema, instrui casos semelhantes, avalia a atuação do órgão e subsidia o planejamento da ação futura. Para os cidadãos (não só o grupo diretamente afetado pela construção do posto, mas toda a comunidade), também serve, potencialmente, como elemento informativo para a análise crítica da atuação da Administração.

Finalmente serve, numa perspectiva de longo prazo, à construção da história da própria organização e da sociedade em que ela se insere e atua, quando reunidos aos demais documentos que compõem o fundo específico e ao acervo arquivístico da Administração. Esse valor de caráter permanente dos documentos arquivísticos, que já existe, desde o momento em que é produzido, mas que se revela ao longo do tempo, é que o caracteriza como fonte para a pesquisa histórica (INOJOSA, 1984).

As sucessões de fases por quem passam os documentos (corrente, intermediária, permanente), desde o momento em que são produzidos até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente) é que se denomina o ciclo vital dos documentos ou a “teoria das três idades”.

Na fase corrente (idade corrente), a utilização administrativa dos documentos ainda é muito intensa e eles devem, portanto, permanecer próximos à administração que os produziu. À medida que a documentação passa a ser menos consultada, tem de ser transferida aos arquivos intermediários (idade intermediária), onde aguarda sua destinação final; após a aplicação das tabelas de temporalidade, podem ocorrer os descartes ou os recolhimentos ao arquivo permanente (idade permanente).

O documento corrente é aquele necessário ao desenvolvimento das atividades de rotina de uma instituição e, por consequência, os procedimentos realizados para a sua classificação, registro e controle de tramitação, expedição e arquivamento. Tem por objetivo facilitar o acesso às informações neles contidas. Esse conjunto de operações técnicas caracteriza os serviços de gestão dos documentos correntes. Nas administrações pública e privada, as unidades responsáveis por tais serviços são intituladas protocolo e arquivo.

O estabelecimento de normas para o tratamento de documentos em fase corrente permite aproveitar o máximo da informação disponível e necessária à tomada de

decisões. Essas normas visam aumentar a eficácia administrativa, facilitar a recuperação mais rápida dos documentos e/ou informações neles contidas e racionalizar sua guarda e conservação.

A difusão da informação requer a utilização de suportes variados desde os gerados para uso no computador (discos, disquetes, discos ópticos) àqueles que são ainda o mais conhecido e o mais divulgado, o papel, passando pelo microfilme e seus derivados.

O documento em fase intermediária faz parte do acervo que não está mais em fase corrente, arquivados em espaços denominados arquivos intermediários. A função principal consiste em proceder a um arquivamento transitório, isto é, em assegurar a preservação de documentos que não são mais movimentados, utilizados pela administração e que devem ser guardados, temporariamente, aguardando pelo cumprimento dos prazos estabelecidos pelas comissões de análise ou, em alguns casos, por um processo de triagem que decidirá pelo descarte ou arquivamento definitivo, para fins de prova ou de pesquisa.

O arquivo intermediário tem a dupla vantagem de centralizar e de administrar os documentos que perderam sua utilidade corrente para as administrações. Ele evita a eliminação descontrolada e permite uma verdadeira política de conservação dos arquivos.

Os documentos na fase permanente são os produzidos há mais de 25 anos pelos vários órgãos da administração pública – cada órgão vindo a constituir um fundo de arquivo – remanescentes de eliminação criteriosa. Um documento é histórico quando, passada a fase ligada à razão pela qual foi criado (informação), atinge a da sua utilização pela pesquisa histórica (testemunho). Sua utilidade é da administração e da historiografia, no sentido mais crítico e científico, e não no de “deleite cultural” (BELLOTTO, 1991). Os documentos históricos de hoje foram os administrativos de ontem e os documentos administrativos de hoje serão os documentos históricos de amanhã (BELLOTTO, 1991).

A função de um arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não-corrente, ou seja, concentrar sob sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não-correntes, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins (PAES, 1998).

A elaboração da Tabela de Temporalidade é necessária para evitar o acúmulo desordenado e desnecessário de papéis e principalmente para que não se proceda a um descarte de documentos sem critérios legais preestabelecidos, provocando lacunas irreparáveis nos registros. Para constituição da Tabela de Temporalidade é necessário seguir as três etapas seguintes:

a) Conhecer a instituição em que o Arquivo está inserido, pois a documentação existe porque a Instituição existe. Mesmo que o Arquivo esteja organizado, se não contemplar as necessidades dos diferentes setores da Instituição também não cumprirá com a finalidade do atendimento eficiente. Conhecer a organicidade funcional e o fluxo informacional da Instituição são tarefas primordiais, incluindo, conhecer a natureza de sua existência, seus aspectos jurídicos constitutivos, seu organograma, seus setores

competentes, suas atribuições, as formas como são geradas as informações, em cada unidade, as formas como concebidas, elaboradas, publicadas e disseminadas, o tempo de vigência de cada documento, o seu grau de atendimento à legislação existente e, ainda, as formas como circulam entre setores afins.

b) Criar a Comissão Central de Avaliação Documental, composta por servidores que conheçam a estrutura organizacional e que tenham conhecimentos sobre o recebimento, a tramitação e o arquivamento dos documentos produzidos e acumulados; que conheçam a legislação específica, sobre os critérios de avaliação e sobre os prazos de guarda dos documentos; e que sejam atuantes e com disposição para iniciar e concluir as atividades e trabalhos que lhes são confiados com seriedade e competência.

c) Formar Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSAD para os setores produtores e acumuladores de documentos.

d) As Comissões serão nomeadas e receberão atribuições de avaliação dos acervos documentais para a elaboração da Tabela de Temporalidade, desempenhando as seguintes tarefas:

**Primeiro passo:** Levantamento dos documentos produzidos e recebidos existentes em cada órgão, procedendo de acordo com os critérios previstos na legislação vigente, preenchendo o Formulário que inclui o Órgão, Diretoria e Setor. O Formulário permite um detalhamento de vários itens como: tipo documental, Suporte, Quantidade, Data limite, Original ou Cópia, Observações e Data.

**Segundo passo:** A formação da Tabela com as informações coletadas no levantamento procedido durante o primeiro passo. Deverá ser acrescentado o prazo legal e para isto deve se fazer também uma consulta na área jurídica, de pessoal e contábil da Instituição, que examinará os códigos sobre a prescrição e caducidade dos documentos.

**Terceiro passo:** A aprovação da Tabela pela Comissão Central de Avaliação de Documentos – CCAD, com a assinatura do Presidente da Comissão e encaminhamento à autoridade competente para aprovação e publicação.

**Quarto passo:** De posse da Tabela aprovada, que definirá os critérios de transferência, recolhimento ou descarte da documentação, inicia-se o procedimento de triagem da documentação, visando adequá-la ao modelo constante na Tabela.

Os documentos públicos ou considerados de interesse público, estão protegidos pela Lei Federal 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

De acordo com a legislação em vigor, nenhum documento público poderá ser eliminado se não tiver sido submetido à avaliação e se não constar da Tabela de Temporalidade do órgão, devidamente aprovada por autoridade competente e oficializada. Mesmo os documentos microfilmados não poderão ser eliminados antes de se definir sua destinação final. No art. 13 do Decreto Federal nº 1.799 de 30 de janeiro de

1966 menciona: "Os documentos oficiais ou públicos com valor de guarda permanente não poderão ser eliminados após a microfilmagem, devendo ser recolhidos ao arquivo público de sua esfera de atuação ou preservados pelo próprio órgão detentor".

No Estado de Santa Catarina, a Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994, dispõe sobre a avaliação e destinação de documentos da Administração Pública e diz no art. 1º: "É dever do poder público a proteção especial dos documentos públicos como elementos de prova e instrumentos de pesquisa e apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e tecnológico".

Em Itajaí (SC), a Lei Municipal nº 3.343, de 27 de novembro de 1998, estabelece normas de gestão para os documentos da administração pública e dá outras providências. A regulamentação do funcionamento do Arquivo Intermediário está estabelecido com o Decreto Municipal nº 8.054, de 24 de novembro de 2006, e a Lei 4.824, de 19 de junho de 2007, que menciona os órgãos que estarão representados na Comissão Central de Avaliação de Documentos – CCAD.

O conhecimento dos documentos que produzem a legislação pertinente, uso, importância e o alcance temporal permitem aos profissionais de Arquivo e às Comissões elaborarem Tabelas de Temporalidade para as instituições a que pertencem.

As séries documentais serão analisadas de acordo com a estrutura organizacional a que pertençam. É necessário observar a existência de legislação específica no que tange a guarda de documentos. Segundo a Empresa Critéria, a Área de Saúde encontra-se regida por normas expedidas pelos Conselhos de Medicina. Para as instituições financeiras, deve ser observada a Tabela de Temporalidade elaborada pelo Banco Central do Brasil e os Códices (Tributário e Civil). Na área de Educação, deve-se procurar conhecer os dispositivos que regem as Secretarias e órgãos.

## Referências

- BELLOTTO, H.L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. Queiroz, 1991.
- BRASIL. Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de Arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 9 de jan. 1991.
- CRITÉRIA LTDA. **Como aplicar a tabela de temporalidade documental**: guia de orientação. Belo Horizonte: Ed.do autor, 1997.
- INOJOSA, R. M. Comunicação e arquivos: aspectos conceituais. **Cadernos Fundap**, São Paulo: v.4, n.8, p.4-11, 1984.
- ITAJAI (SC). Lei 3.343 de 27 de novembro de 1998. Estabelece normas de Gestão para documentos da administração pública do Município de Itajaí e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 4.824 de 19 de junho de 2007. Altera dispositivos na Lei 3.343 de 27 de novembro de 1998 e dá outras providências. **Jornal do Município** n. 543, 21 a 25 jun.2007.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 8.054 de 24 de novembro de 2006. Regulamenta o funcionamento do Arquivo Intermediário. **Jornal do Município**, n. 489, 5-7 dez. 2006.
- PAES, M. L. **Arquivo**: teoria & prática. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.
- ROUSSEAU, J.Y. & COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1974.

## Uma Abordagem Semiótica nas Obras de J.Brandão

*Luiza Liene Bressan  
Professora de Estética e Linguagem das Artes Visuais do curso de Museologia do Unibave.  
Angela Luciane Peyerl  
Graduanda do Curso de Museologia do Unibave.*

### Um artista e sua trajetória

**J**OSÉ BONIFÁCIO BRANDÃO, J. BRANDÃO, como assinava seus trabalhos, nasceu em Itajaí no dia 6 de agosto de 1924. Desde criança, Dide, como era conhecido pelos amigos e família, já teve contato com a arte. Seu avô, Manuel Marques Brandão, fez da sala de visitas de sua casa o primeiro espaço de representação teatral de Itajaí onde seu pai, João Marques Brandão (Joca Brandão), foi destaque como ator, encenador e orador.

No ano de 1897, quando ainda tinha 17 anos, Joca Brandão foi eleito o primeiro presidente da hoje conhecida Sociedade Guarani e, no mesmo ano, juntamente com seus irmãos Félix e Apolinário, criou o Corpo Cênico de Itajaí, um grupo precursor de teatro amador. Com isso, Joca tornou-se uma das figuras de grande importância para a cidade.

José Brandão era o décimo terceiro filho de uma família composta por quinze irmãos. Iniciou seus estudos no Colégio São José em Itajaí (SC), aos 10 anos de idade. Era considerado autodidata até que, anos depois, resolveu aprimorar sua técnica e iniciar seus estudos com professores particulares como Carlos Chambelland, no Rio de Janeiro, de 1946 a 1949; Rodolfo Chambelland, entre 1950 e 1951, também no Rio de Janeiro, Aldo Cardarelli, em Campinas-SP, de 1952 a 1953 e, por fim, Caterina Bratelli, no Rio de Janeiro, de 1954 a 1956; logo após, entra para a extinta Escola Nacional de Belas Artes, no ano de 1956, onde permanece até 1960 no Rio de Janeiro.

Inscreveu-se com uma produção, em meio busto, de Jesus Cristo, com moldura em madeira e gesso, decorada com motivos florais em alto relevo na cor dourada. A tela possui uma inscrição na parte inferior direita, datada de 1947 e em seu verso apresenta o seguinte dizer: "Querida Mamãe, com beijos de seu filho Dide". Atualmente, a tela permanece na reserva técnica 02 do Museu Histórico de Itajaí, cedida em regime de comodato pela sobrinha do pintor. Neste período, em que estudou na Escola Nacional, Dide foi aluno de Carlos Del Negro, Alberto Zaluar, Jordão de Oliveira e Visconde Cavaleiro.

Dide desenvolveu várias técnicas, ganhou inúmeros prêmios, dentre eles, em 1952, uma Menção Honrosa no V Salão Municipal de Belas Artes - RJ; em 1953 é agraciado novamente com Menção Honrosa no VI Salão de Belas Artes Sociedade de Artistas Nacionais. Também foi homenageado com o prêmio João Dault de Oliveira, em 1953, com a obra "Trabalho na Arte", sem contar que, no ano de 1958, ganhou Medalha de Bronze no LX Salão Nacional de Belas Artes - RJ com a obra "Natureza Morta", que também se encontra em reserva técnica no Museu Histórico de Itajaí. Quando ainda aluno da Escola Nacional, ganhou o Prêmio Tribuna da Imprensa no I Salão de Alunos, Escola Nacional de Belas Artes e o Prêmio Escultura - I Salão de Alunos Escola Nacional de Belas Artes com a obra intitulada Três Marias, ambos no ano de 1960.

Durante as décadas de 50 e 60, o Brasil se desenvolveu artisticamente, os movimentos de vanguarda construtiva deram seus primeiros passos com o Grupo Frente do Rio de Janeiro e o Grupo Ruptura de São Paulo. Ambos tinham em mente ideias ambíguas de como desenvolver a emancipação cultural nacional diante das influências que o país sofria artisticamente, provindas da Europa. O que predominava esteticamente nestes grupos era o concretismo cuja arte abstrato-geométrica se isentava de qualquer realidade imediata e tinha comprometimento social de integração e de educação da sociedade.

No meio deste turbilhão de informações, os artistas começam a tomar consciência do que realmente "*estão fazendo*"; o pintor se questiona diante de sua produção, a pincelada, a cor e o suporte ao qual irá realizar mais uma obra. Começa a pensar na sua produção e é neste momento que se inicia o que se chama de acontecimento pictórico plástico, quando o tema ou o assunto de arte ocupa um papel secundário e abre um precedente para as preocupações visuais.

As vanguardas que se instalaram no Brasil durante o período que compreende a década de 50 à 60 foram consideradas históricas, trouxeram a poética da experimentação; a vanguarda brasileira dos anos 60 começa a questionar a instituição da arte, os salões, juris, regulamentos, museus e galerias, debatiam o passado acadêmico, o que se faz lembrar a Semana de Arte Moderna de 22. A modernidade nas artes do Brasil se deu em um contexto contrário ao das vanguardas europeias. Aqui o país passava por uma modernização num todo: a criação de Brasília, os primeiros eletrodomésticos, a Bossa Nova que projetava o Brasil para o mundo, enfim, este era o momento de transformação.

José Bonifácio Brandão vinha dentro de um circuito de arte. Quando entrou na Escola Nacional de Belas Artes em 1956, já era um artista um tanto quanto consolidado, já havia estudado com professores particulares que lhe ensinaram a técnica, o traço, a pincelada. Logo após, consegue entrar para a Escola Nacional onde entra em contato com outras técnicas. Por estar dentro do circuito de arte, neste caso o Rio de Janeiro, automaticamente entrou em contato com outras manifestações artísticas. Passou do academicismo ao modernismo. Pintava, geralmente, em seu atelier, usando materiais em diversos suportes como juta, tela, papelão e metal. As telas eram produzidas por ele mesmo e as molduras também. Além da pintura J. Brandão produziu esculturas em metal italiano, entalhes em madeira e peças em porcelana.

J. Brandão ficou conhecido por seu trabalho com uma linguagem mais acadêmica (Carmen, Estudo em Branco, Rosas), mas foi na década de 60, quando sai da Escola Nacional de Belas Artes, que muitas de suas obras se consolidaram. Neste período assumiu uma postura mais moderna e rompeu com alguns princípios da academia.

Se se pensa a Escola Nacional de Belas Artes como um princípio aristotélico onde não há uma desconstrução e J. Brandão já tinha uma visão mais intuitiva, esse foi o momento em que sua produção toma outro rumo, os traços mais modernos (cubistas) que estavam somente em suas gravuras, passaram do papel para a tela, para o entalhe e às porcelanas. Dois exemplos desta desconstrução são as obras *A Arte Chora Picasso* e *Palhaço*, que serão analisadas na sequência.

### **A Contribuição Semiótica na Interpretação das Artes Visuais**

A Semiótica estuda todos os tipos possíveis de signos (a linguagem verbal e não verbal), configurando-se como uma ciência que abarca todas as linguagens, com enfoque interdisciplinar, abrangendo uma área de estudo muito vasta e complexa, visto que estuda a realidade cultural, o contexto. A Semiótica entende signos como

algo que, de um certo modo e numa certa medida, intenta representar, quer dizer, estar para, tornar presente alguma outra coisa, diferente dele, seu objeto, produzindo, como fruto dessa relação de referência, um efeito numa mente potencial ou real (SANTAELLA, 2000, p.159).

Peirce criou denominações para as três categorias: respectivamente, primeiridade, secundidade e terceiridade. Ele também dividiu os signos em ícones, índices e símbolos. Veja o quadro a seguir:

QUADRO 1 – A tríade sógnica e as categorias fenomenológicas

Categoria	Natureza	Características
Primeiridade	Quali-signo	Refere-se ao ícone, pertence à natureza da qualidade de sentimento. Representa o estado de ser, o que é sem estar ligado a mais nada. Associa-se a expressões como intuição, instante, sentimento, espontâneo.
Secundidade	Sin-signo	Refere-se a índice; tem as características do real. Representa algo "conectado" a alguma coisa. Aqui o sentimento se corporifica ou se encarna em algo.
Terceiridade	Legi-signo	Símbolo. É uma representação mais ampla, em que algo pode estar com uma multiplicidade de relações, apontada pelas hastes em várias direções. É a instância em que se formam os conceitos.

Fonte: ALVES, 2007, p. 6.

Compreender os signos nas artes visuais exige uma percepção mais acurada das categorias fenomenológicas.

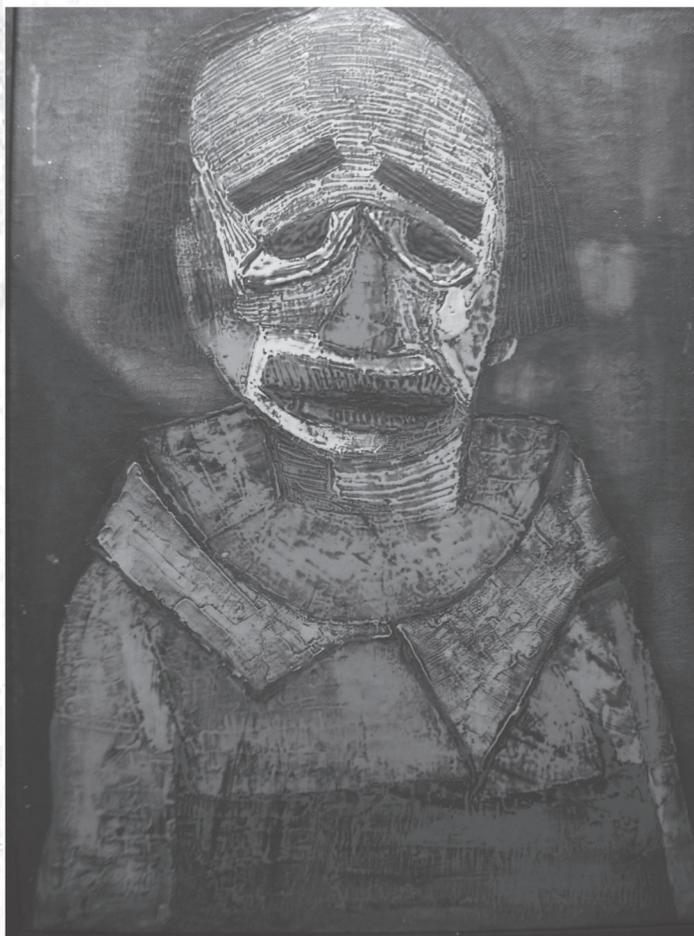
Para melhor compreensão das categorias fenomenológicas, é necessário entendermos a diferença entre consciência e razão. A consciência representa as ideias em diferentes

profundidades e em permanente mobilidade, enquanto a razão é a camada superficial da consciência; portanto, a razão é parte da consciência. A interpretação de um fato, sua contextualização, que ocorre na categoria denominada terceiridade, se dá num grau mais profundo da consciência (MOIMAZ e MOLINA, 2009. p. 580)

As bases da semiótica, que são as categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade, contribuem de forma significativa para se compreender a obra de arte,

neste estudo, a pintura moderna de J. Brandão, e pensar as questões estéticas. Tomar os conceitos da semiótica de Peirce para pensar uma estética é um uso válido de "conceitos teóricos da semiótica que versam sobre a natureza, comportamento, potenciais e limites dos signos, com a finalidade de se pensar uma teoria estética aplicável à leitura e interpretação dos signos artísticos" (SANTAELLA, 2000, p. 173).

Na estética semiótica, a obra de arte não é tratada como um objeto, mas sim como um signo, "cujos processos de produção e recepção constituem processos peculiares de semiose" (SANTAELLA, 2000, p. 168), ou seja, processos peculiares de ação do signo. Em estudo a pintura de J. Brandão, nomeada "Palhaço".



*Figura 01- Palhaço*

*Fonte: Acervo do Museu Histórico de Itajaí*

A Semiótica estuda o mundo das representações e da linguagem. Pierce, ao estudar os signos, se debruçou na forma como os objetos chegam à nossa mente. Imagine-se entrando numa exposição assinada por J. Brandão. Ao fundo da sala, você vê uma tela com tons avermelhados. Ao se aproximar, percebe que é a pintura de um palhaço. Ao olhar para lado, um retrato do artista que se assemelha à obra. É deste modo que, conforme diz Nicolau (et al, 2010, s/p),

nos situamos no mundo em nossa volta: primeiro os objetos surgem em nossa mente como qualidades potenciais; segundo, procuramos uma relação de identificação e terceiro, nossa mente faz a interpretação do que se trata. Por isso a Semiótica se baseia numa tríade de classificações e inferências, ao demonstrar que existem os objetos no mundo, suas representações em forma de signos e nossa interpretação mental destes objetos. E uma das explicações mais citadas de Charles Pierce é a de que o signo é aquilo que substitui o objeto em nossa mente; são eles que constituem a linguagem, base para os discursos que permeiam o mundo. É disso que trata a Semiótica de Pierce: o modo como nós, seres humanos reconhecemos e interpretamos o mundo à nossa volta, a partir das inferências em nossa mente. As coisas do mundo, reais ou abstratas, primeiro nos aparecem como qualidade, depois como relação com alguma coisa que já conhecemos e por fim, como interpretação, em que a mente consegue explicar o que captamos ao que Pierce chamou de *Primeiridade*, *Secundidade* e *Terceiridade*. E todo esse processo é feito pela mente a partir dos signos que compõem o pensamento e que se organizam em linguagens.

Na análise semiótica, a obra de arte é denominada “enunciado” e sua instância pressuposta de produção é a enunciação. Na enunciação, as estruturas semióticas virtuais são realizadas em forma de discurso, e apreende-se da mesma a competência linguística do sujeito que converte as estruturas semionarrativas naquele. Diferentemente de outras abordagens, que visam revelar sentidos que teriam sido originalmente projetados no texto por um autor, o sujeito histórico que fez a obra, a abordagem adotada pressupõe um esquema gerativo que, na definição de Eco (2000, p.7), “não pretende reproduzir as intenções do autor, e sim a dinâmica abstrata por meio da qual a linguagem se coordena em textos com base em leis próprias e cria sentido, independentemente da vontade de quem enuncia”.

Assim, desta maneira, convidamos o leitor a fazer uma leitura da tela de J. Brandão, utilizando os estudos semióticos de Peirce.

Em primeiridade, percebem-se as cores: vermelha, laranja, amarela. O signo que a cor vermelha evoca é paixão violenta, a raiva e sensualidade e está associada à alegria e à dor simultaneamente. O signo da cor laranja indica coragem, a alegria e grande sociabilidade, características inerentes à arte circense e à figura do palhaço que sempre está associada ao circo e à alegria. Já o signo do amarelo sugere a atividade mental. Pode indicar evolução, luz, sabedoria e intelecto. O amarelo é a capacidade e a clarividência. Pode considerar-se como o despertar do ser para formas evoluídas de faculdades psíquicas e de uma elevada sensibilidade, identidade comungada pelos artistas, de modo geral.

Nas cores cujo tom tende sombra, reforça-se a ideia da tristeza e que tem no signo da lágrima sobre a maquiagem a máxima expressão da angústia do palhaço. Assim, as cores compõem o signo-ícone, primeira instância de interpretação.

Em relação às linhas e formas, estas sugerem a tendência do artista em relação à arte de Picasso. Os traços lembram figuras geométricas, tanto compondo o rosto do palhaço como se evidencia nas roupas. Pode-se dizer que estes são signos-índices que se reportam a admiração de Brandão pelo artista espanhol. As nuances de cores azul e verde sugerem serenidade e intuição, atributos pertencentes àqueles que se dedicam com a alma à arte de (re)criar a vida pela imagem.

E, ao analisar o signo em sua completude, percebe-se uma similaridade nos traços do Palhaço com o autorretrato. Sob a máscara do artista que promove a alegria, esconde-se a dor de se reconhecer humano, representada pelo signo da lágrima que escorre sobre a maquiagem do rosto. Outra marca bastante perceptível é, sem dúvida, a influência da vanguarda cubista do início do século XX, mas que no Brasil, como já foi explicitado, teve seu auge no final da década de 50 e nos anos 60. Cabe dizer, ainda, que a interpretação está aberta a outros olhos, pois os signos desta obra estão em processo de semiose ilimitado.

A segunda tela em análise neste estudo tem como título "A Arte Chora Picasso".



*Figura 02: A arte chora Picasso  
Fonte: Museu Histórico de Itajaí*

Aqui, os traços continuam seguindo a tendência do cubismo, formando figuras geométricas, que lembram círculos, retângulos, triângulos que revelam a proximidade do artista catarinense com a arte de Picasso.

Utilizando de formas cubistas, percebem-se alguns traços que lembra "Les Demoiselles d'Avignon", de Picasso. Neste trabalho, é possível observar uma mulher sentada em uma mesa, apoiando o cotovelo e elevando a mão para ir até a cabeça. Tal gesto (signo) denota desolação, o olhar é de uma tristeza profunda, (re)velando que aquele era o momento em que a arte expirava. Tal interpretação é possível, pois a tela é contemporânea à morte de Picasso. Caracterizava-se, assim, não somente um marco para a história da arte, mas sim um marco para a arte, para a instituição artística. A amпуlhetta no canto inferior esquerdo mostra o final de um tempo ou de um ciclo.

Outro aspecto sógnico relevante é a seleção de cores utilizada nesta tela. Diferentemente da tela anterior onde há predominância dos tons vivos, aqui a tela anuncia o luto, a dor. A arte se reveste de tons azulados/acinzentados, representando o fechamento de ciclo. A morte de Picasso pode ser entendida, nesta obra, como o fim de escola de arte moderna cujo pai era o artista espanhol.

Destaca-se, ainda, que os tons mais escuros de azul revelam isolamento, solidão, ou seja, a orfandade da arte. Já os tons de azul mais fortes (abertos) sugerem uma grande capacidade avaliativa. O artista (pre)vê o final ritualístico, a passagem para outro grau de compreensão da arte. O signo representado pela cor cinza são reveladores de uma vontade de não deixar nada por terminar.

Nesta tela, há evidências que J. Brandão sabia que seu tempo também estava se esgotando. Em 1974, depois de tanto trabalho, teve seu reconhecimento: seu nome foi um dos incluídos no Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos, que era uma edição do Instituto Nacional do Livro e do Ministério da Educação e Cultura, organizado por Carlos Cavalcanti, um dos mais importantes críticos de arte da época.

Em 1º de fevereiro de 1976, um trágico acidente na BR-101, nas proximidades de Itajuba, viria tirar a sua vida, deixando o Estado em luto pela perda de um dos seus mais importantes artistas plásticos. Mais uma vez a arte chora: agora chora por J. Brandão.

### **Considerações Finais**

A Semiótica, como ciência geral dos signos, procura dar elementos que ajudam na leitura de imagens. Pode se entender as noções de denotação e conotação. A denotação refere-se ao significado entendido "objetivamente", ou seja, o que se vê na imagem "objetivamente", a descrição das situações, figuras, pessoas e ou ações em um espaço e tempo determinados.

A conotação refere-se às apreciações do intérprete, aquilo que a imagem sugere e/ou faz pensar o leitor. Neste viés, as cores, as formas sugerem uma leitura interpretativa.

Em relação à estética, enfatizam-se as questões filosóficas da produção da obra de arte, pontuando aspectos conceituais que envolvem a produção do artista.

A leitura estética da imagem considera a expressividade, o que há de eterno e de transitório, de circunstancial de uma época no objeto a ser analisado. A leitura estética de um objeto de arte também pode ser analisada a partir das suas propriedades sensoriais: ponto, linha, cor, espaço, formas, valores, texturas (ARANTES FILHA, 2004, s/p.)

O que se propõe com este artigo é instigar o público à leitura mais que apreciativa da obra, garantindo-lhe uma determinada competência visual no decifrar de signos e não ficar apenas na superficialidade das imagens, vendo o signo pelo signo. O intuito é ir além e propor muitas outras leituras, pois o signo da arte se oferece aberto a muitas interpretações.

### Referências

- ALVES, Raphael Freire. **O Instante Decisivo:** uma estética anárquica para o olhar contemporâneo. Universidade Estadual de Londrina. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação Lato Sensu em Fotografia: Práxis e o Discurso Fotográfico, Londrina, 2007.
- ARANTES FILHA, Elizete. **Devaneio do olhar:** uma experiência de produção e leitura da imagem através do vídeo na prática pedagógica. Dissertação de mestrado em educação, 2004.
- ECO, Umberto e SEBEOK, Thomas (Org.). **O signo de três.** São Paulo, Perspectiva, 1991.
- MOIMAZ, Érica Ramos e MOLINA, Ana Heloisa. **A Contribuição da Semiótica Peirceana para Análise da Pintura Histórica.** Anais. II Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina-PR, 2009.
- NICOLAU, Marcos. ABATH, Daniel. LARANJEIRA, Pablo Cesar. MOSCOSO, Társila. MARINHO, Thiago e NICOLAU, Vítor. **Comunicação e Semiótica: visão geral e introdutória à Semiótica de Peirce.** Disponível em: [www.inside.pro.br](http://www.inside.pro.br). Revista eletrônica. Dados obtidos em 05/08/12.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- SANTAELLA, Lúcia. **Estética de Platão a Peirce.** 2 ed. São Paulo: Experimento, 2000.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

# VOLVO OCEAN RACE

O MAIOR ESPETÁCULO DOS MARES

*Amílcar Gazaniga*

*Presidente do Comitê Central Organizador da Etapa Itajaí*



Foto: Nelson Robledo

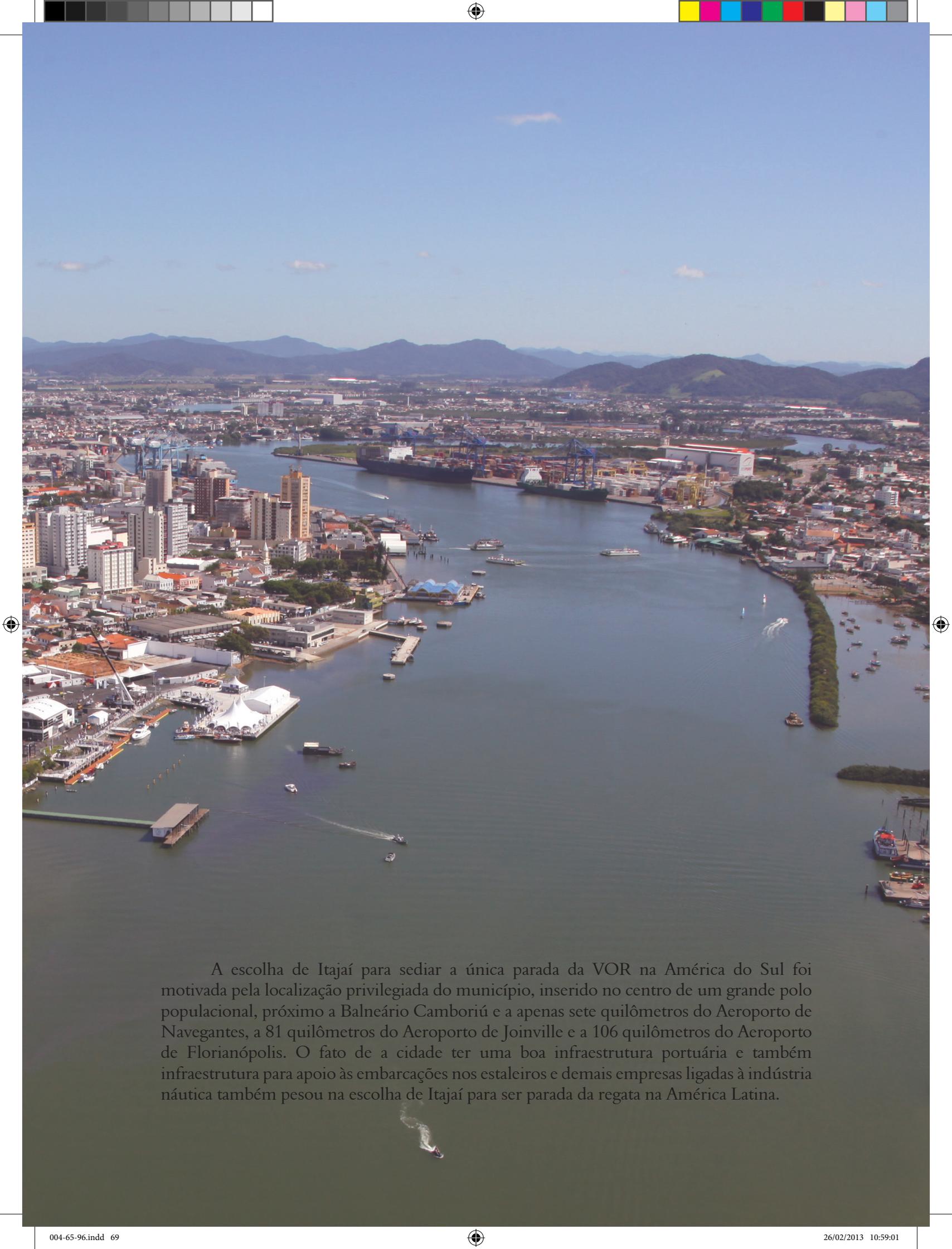
INCRUSTADA EM UMA DAS MAIS BELAS REGIÕES DA COSTA BRASILEIRA, Itajaí foi a única cidade da América do Sul a sediar a Volvo Ocean Race, a maior regata do planeta, em sua edição 2011/2012. Ocasão em que o município recebeu cinco dos seis barcos participantes da regata e centenas de profissionais, entre velejadores, técnicos, imprensa especializada do Brasil e dos cinco continentes, bem como todo o *staff* da regata que, nesta edição, teve início na cidade espanhola de Alicante, em novembro de 2011, encerrando em Galway, na Irlanda, em julho deste ano. Itajaí foi a sexta parada, ao lado de municípios como Sanya, Auckland, Cap Tow, Abu Dhabi e Miami, despontando como um dos melhores *stopovers* da história da Volvo Ocean Race, segundo os organizadores.

Foto: Nelson Robledo





Foto: Nelson Robledo



A escolha de Itajaí para sediar a única parada da VOR na América do Sul foi motivada pela localização privilegiada do município, inserido no centro de um grande polo populacional, próximo a Balneário Camboriú e a apenas sete quilômetros do Aeroporto de Navegantes, a 81 quilômetros do Aeroporto de Joinville e a 106 quilômetros do Aeroporto de Florianópolis. O fato de a cidade ter uma boa infraestrutura portuária e também infraestrutura para apoio às embarcações nos estaleiros e demais empresas ligadas à indústria náutica também pesou na escolha de Itajaí para ser parada da regata na América Latina.



E a comunidade de Itajaí correspondeu à escolha dos organizadores da Volvo Ocean Race. Mais de 330 mil pessoas passaram pela Vila da Regata durante os 18 dias da parada; os poderes públicos municipal, estadual e federal trabalharam de forma coesa e apartidária e a iniciativa privada teve total engajamento no projeto, o que possibilitou a Itajaí competir em nível de igualdade com grandes metrópoles. Uma parceria entre Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Poder Público Municipal, Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri), veículos de imprensa e diversos outros setores da sociedade organizada, garantiu o engajamento da comunidade em ações e programas para preparar a cidade para a maior regata do mundo.



Foto: Jonnes Deivid

O cidadão também contribuiu muito para o sucesso da regata. Ele se engajou em nossos projetos de embelezamento da cidade, refez sua calçada, pintou seu imóvel, limpou a frente da sua residência. Foram pequenas ações isoladas que, juntas, fizeram com que Itajaí recebesse os navegadores de cara nova, mais bonita, mais alegre.



Foto: Jonnes Deivid







E o legado foi imenso. Além de Itajaí ter ganhado um espaço em uma mídia que abrangeu aproximadamente 3 bilhões de pessoas dos cinco continentes, quebramos um grande paradigma e mostramos do que somos capazes. Tanto é que, depois da etapa Itajaí da VOR e da construção da Vila da Regata, diversos outros eventos náuticos estão programados para os anos de 2012 e 2013. A Associação Náutica de Itajaí (ANI) registrou significativo aumento na procura por vagas na Escolinha de Vela.

Fotos: Ronaldo Silva Jr.



Ciente de ter cumprido dignamente a missão nesta edição e da responsabilidade que tem em oferecer o melhor para o evento, a cidade já é candidata a sediar as duas próximas edições da Volvo Ocean Race, nos anos de 2014/2015 e 2017/2018. Edições que, com certeza, vão superar o sucesso obtido na edição passada, na qual muito aprendemos com realização ao evento, considerado um dos mais importantes do mundo no segmento náutico.



Foto: Ronaldo Silva Jr.

Temos conhecimento que muitos acham que fomos ousados demais ao disputar a sede da regata com Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevidéu, cidades muito maiores e mais desenvolvidas que Itajaí. Mas também temos consciência do potencial do nosso município e de nossa população em enfrentar e vencer desafios e superamos nossas expectativas. Consciência essa que no dá a garra necessária para acreditarmos que sediaremos as demais edições.



Foto: Marcos Porto



VOLVO  
OPEN 70

Telefonica

Telefonica

ESP 1

need Spain

MAPFRE

IBERIA

el Corte Inglés

Telefonica

MELIÀ

MAPFRE IBERIA el Corte Inglés Telefonica

volvooceanrace.com

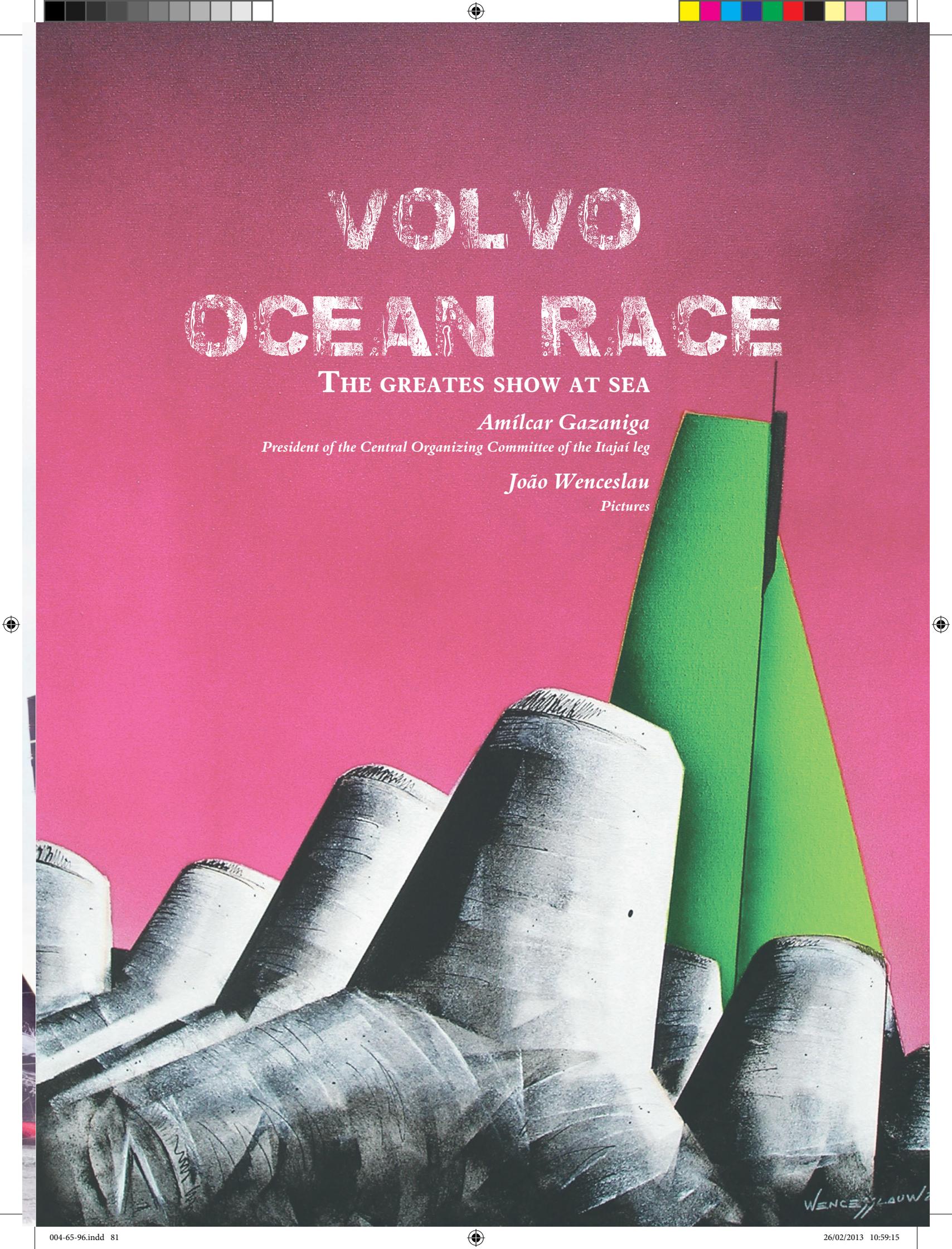
Telefonica

IBERIA MAPFRE el Corte Inglés



Quando fui convidado para presidir o Comitê Central Organizador da etapa de Itajaí da Volvo Ocean Race, não vi isso como um desafio, mas como uma oportunidade de contribuir com nosso município, uma forma de integrar a sociedade em torno de um objetivo sério e de uma possibilidade de quebrarmos paradigmas e trabalhar em prol do melhor para nossa terra e para nossa gente. E foi o que conseguimos. Itajaí realizou sonhos, ultrapassou fronteiras e definiu destinos.





# VOLVO OCEAN RACE

THE GREATEST SHOW AT SEA

*Amílcar Gazaniga*

*President of the Central Organizing Committee of the Itajaí leg*

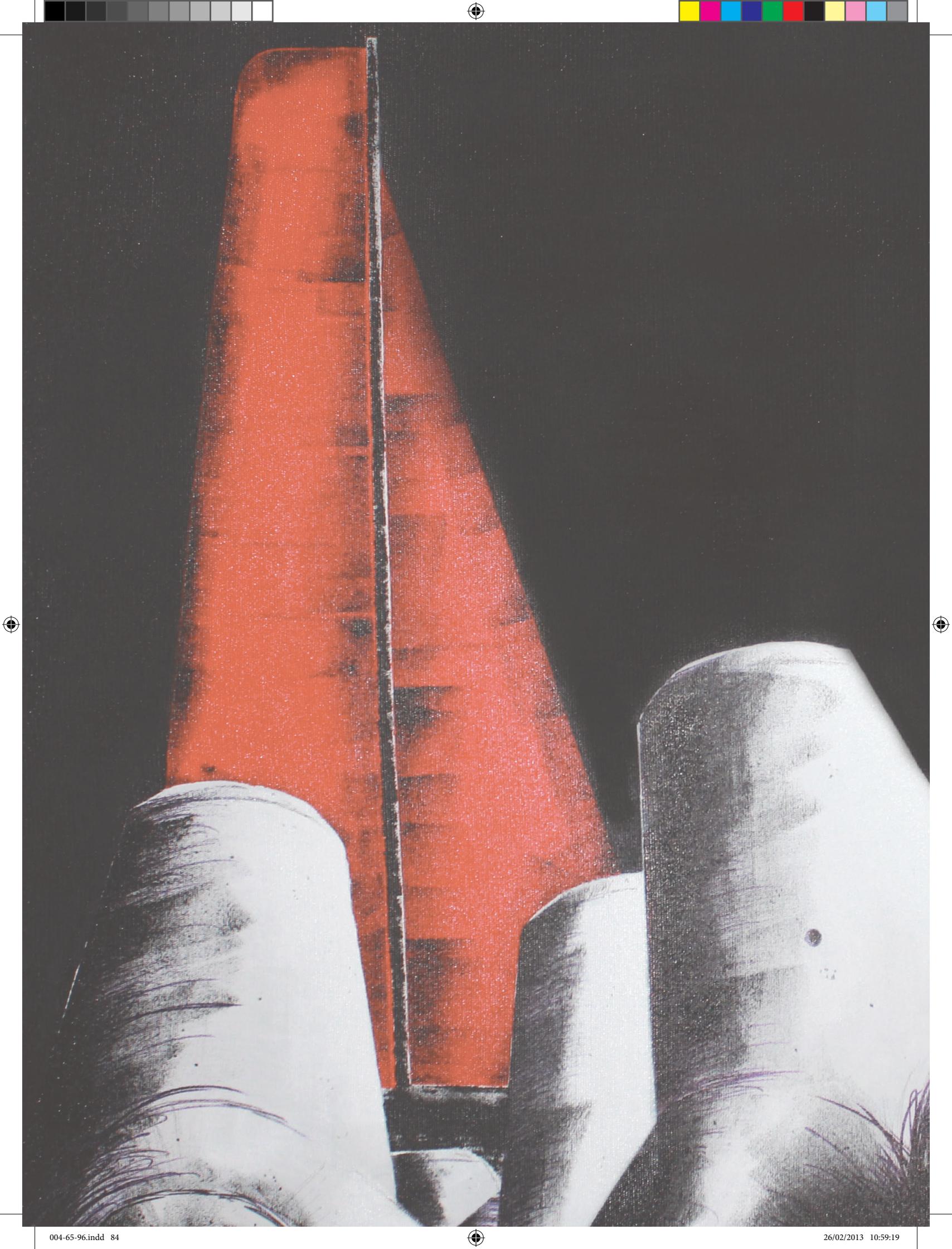
*João Wenceslau*

*Pictures*



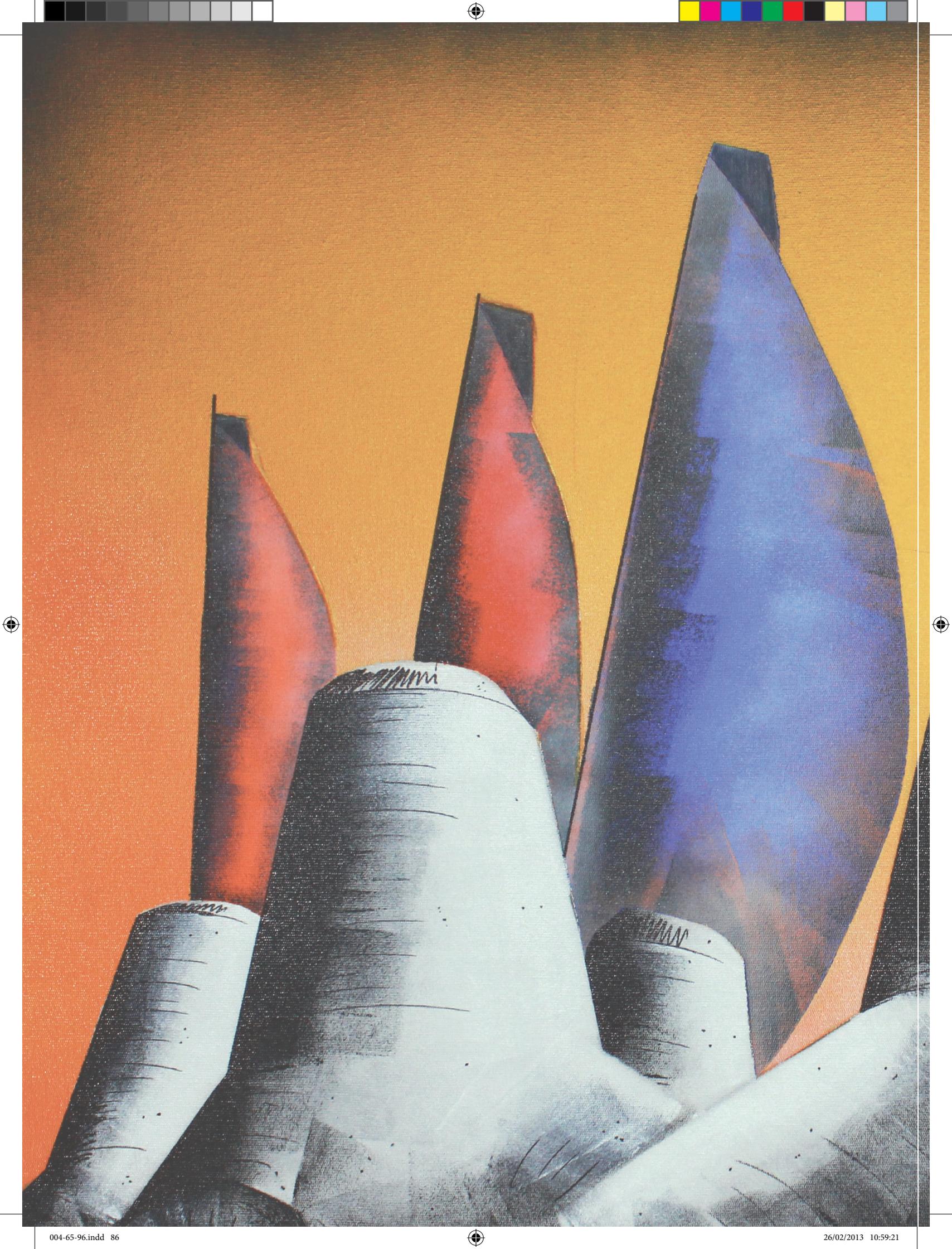
Set in one of the most beautiful regions of the Brazilian coast, Itajaí was the only South American city to host the 2011/2012 edition of the Volvo Ocean Race, the world's biggest regatta. It was an occasion when the city received five of the six boats participating in the race, and hundreds of professionals, including sailors, the specialized Brazilian press and from all over the world, as well as staff of the race, which this year, set off from the Spanish city of Alicante in November 2011, and finished in Galway, Ireland, in July of this year. Itajaí was the sixth stopover in a schedule that included cities like Sanya, Auckland, Cape Town, Abu Dhabi and Miami, and the city was highlighted as one of the best stopovers in the history of the Volvo Ocean Race, according to its organizers.







The choice of Itajaí to host the only VOR stopover in South America was prompted by its ideal location, at the heart of a large population center, close to Balneário Camboriú and just seven kilometers from Navegantes Airport, 81 kilometers from Joinville Airport, and 106 kilometers from Florianópolis Airport. The fact that the city has a good port infrastructure, as well as infrastructure to support the boats in its shipyards, and other companies linked to the nautical industry, were also factors that weighed in the choice of Itajaí as a stopover for the race in Latin America.





And the community of Itajaí proved itself more than capable of making good the Volvo Ocean Race organizers' decision. More than 330 thousand people passed through the Race Village during the 18-day stopover; the municipal, state and federal public authorities worked in a cohesive and non-partisan way, and the private sector was fully engaged in the project, all of which enabled Itajaí to compete on an equal footing with the larger cities. A partnership between the University of Vale do Itajaí (Univali), the Municipal Council, the Association of Municipalities of Foz do Rio Itajaí (Amfri), the media, and various other sectors of organized society, ensured the engagement of the community in actions and programs to prepare the city to host the world's largest regatta.

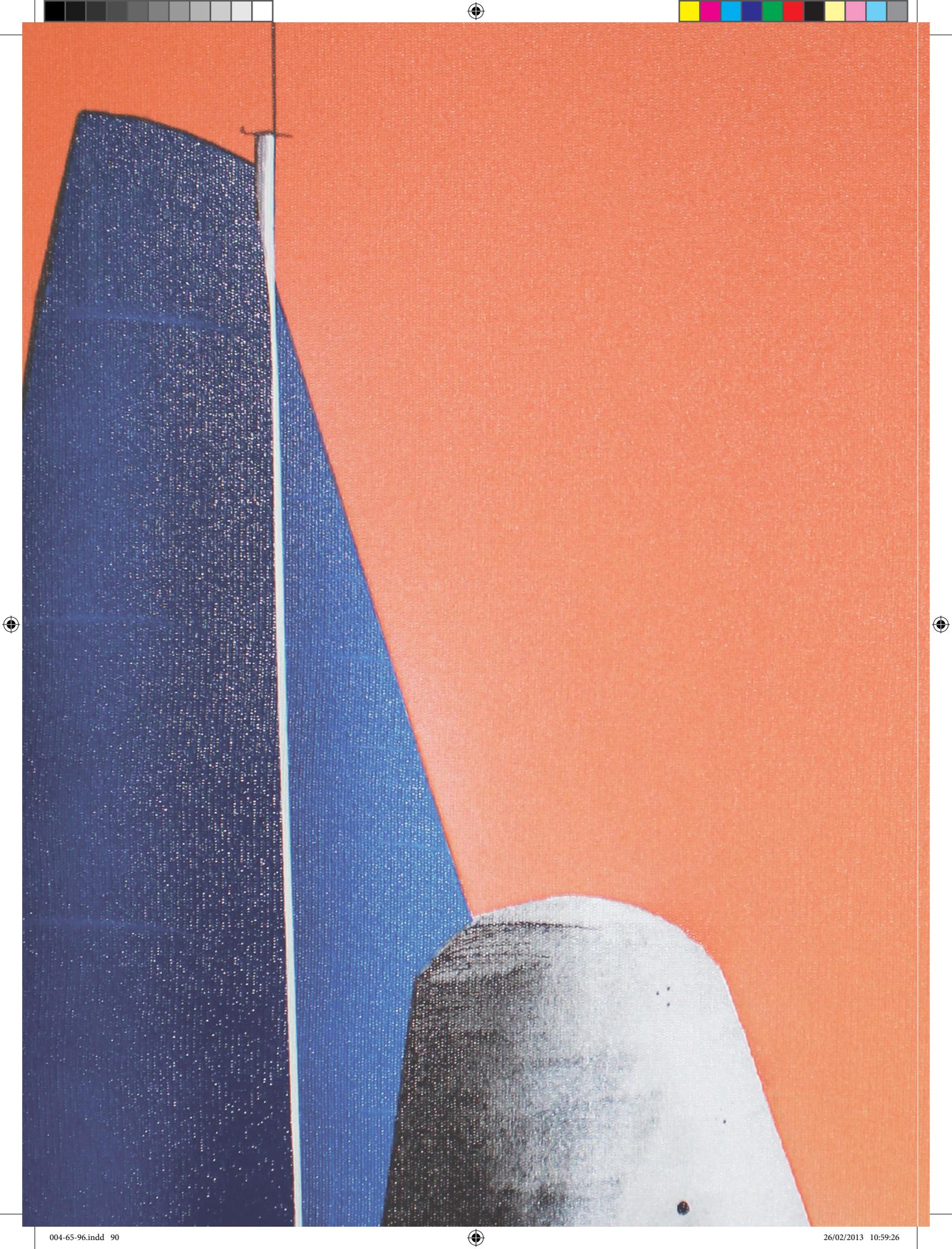


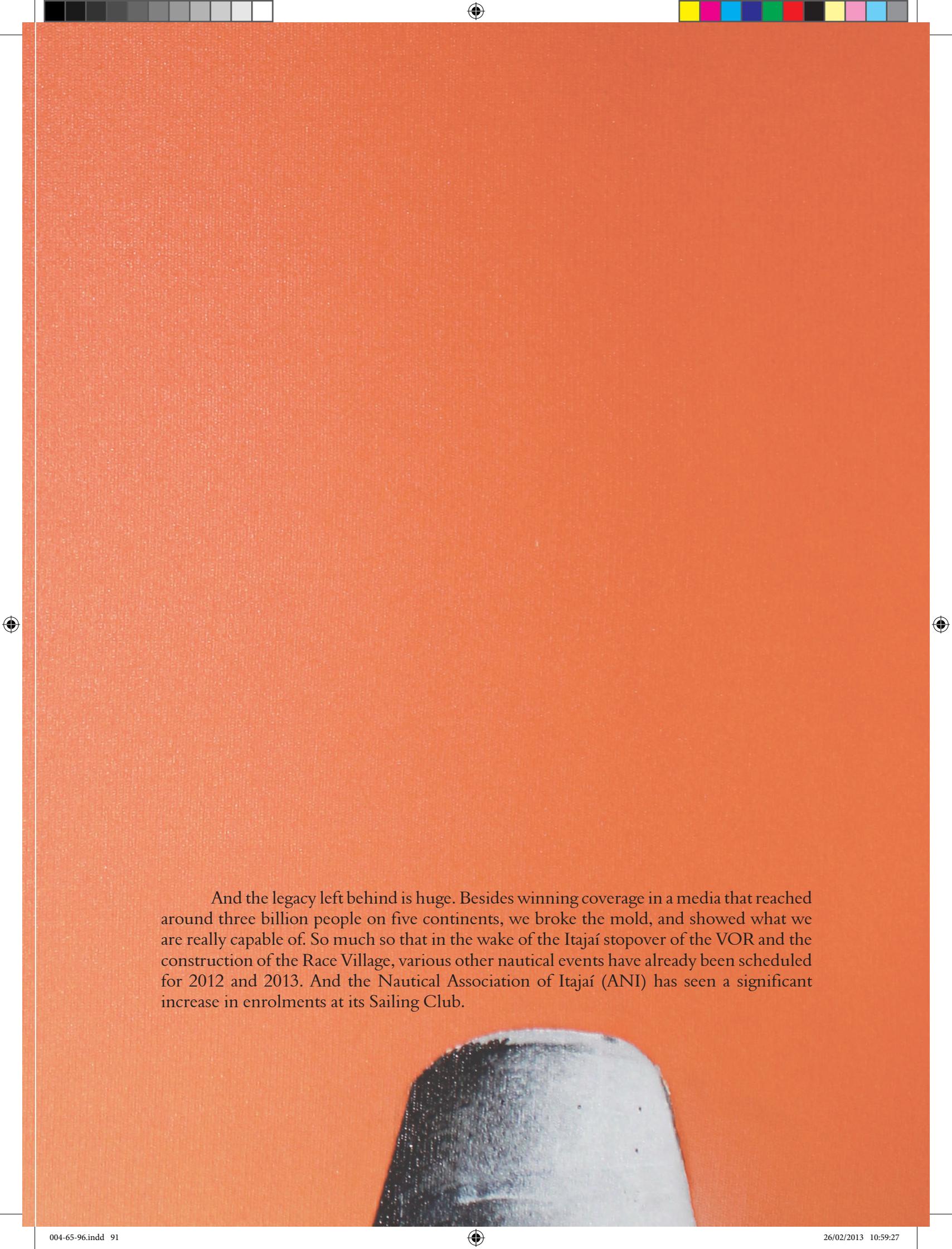
The local citizens also made a major contribution to the success of the race. They engaged in our projects to make the city as attractive as possible, repaving the sidewalks, painting buildings, and cleaning and tidying the fronts of their houses. These were small, isolated actions that all helped enable Itajaí to receive the contestants with a renewed, prettier, happier face.



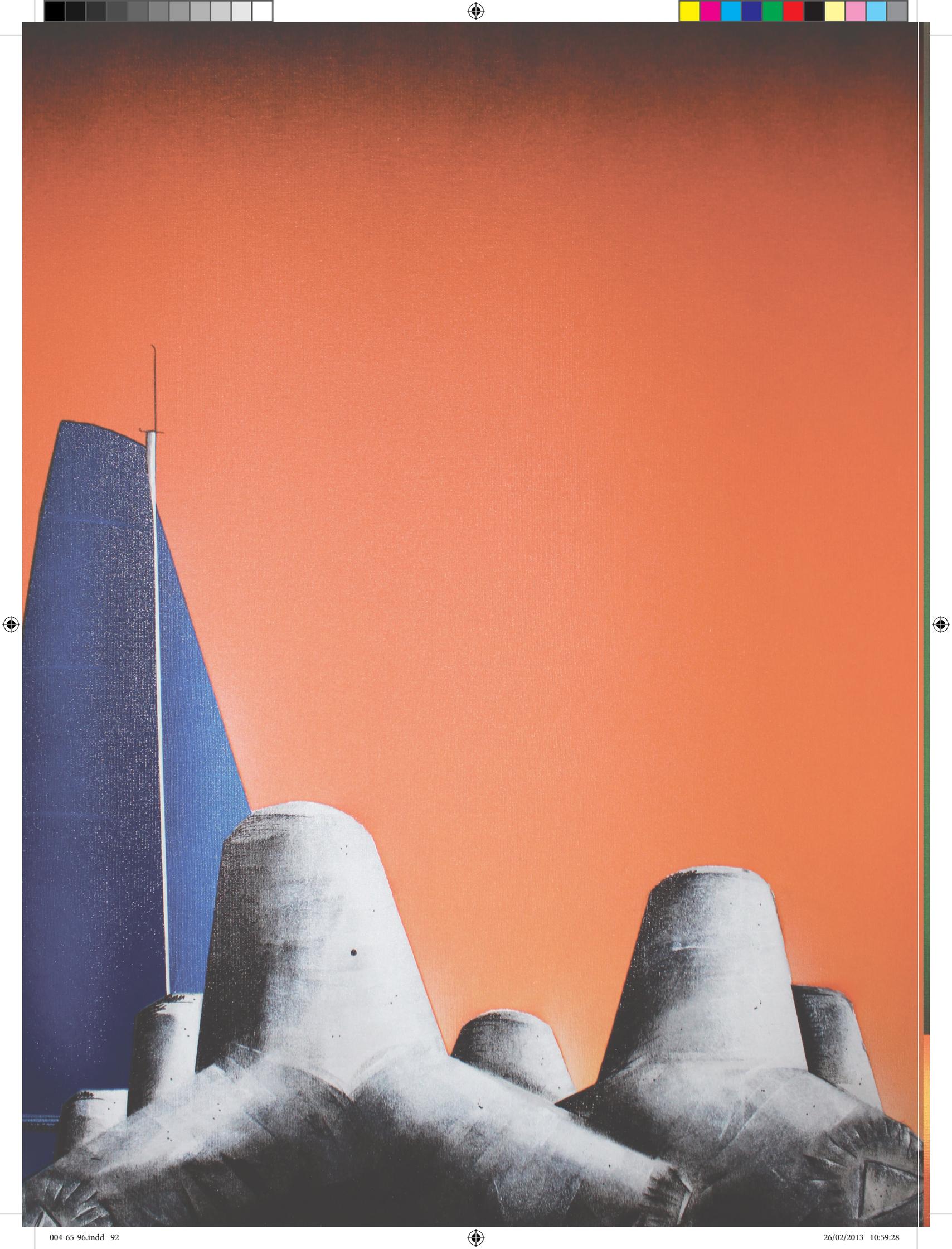
WENCESLAUW







And the legacy left behind is huge. Besides winning coverage in a media that reached around three billion people on five continents, we broke the mold, and showed what we are really capable of. So much so that in the wake of the Itajaí stopover of the VOR and the construction of the Race Village, various other nautical events have already been scheduled for 2012 and 2013. And the Nautical Association of Itajaí (ANI) has seen a significant increase in enrolments at its Sailing Club.

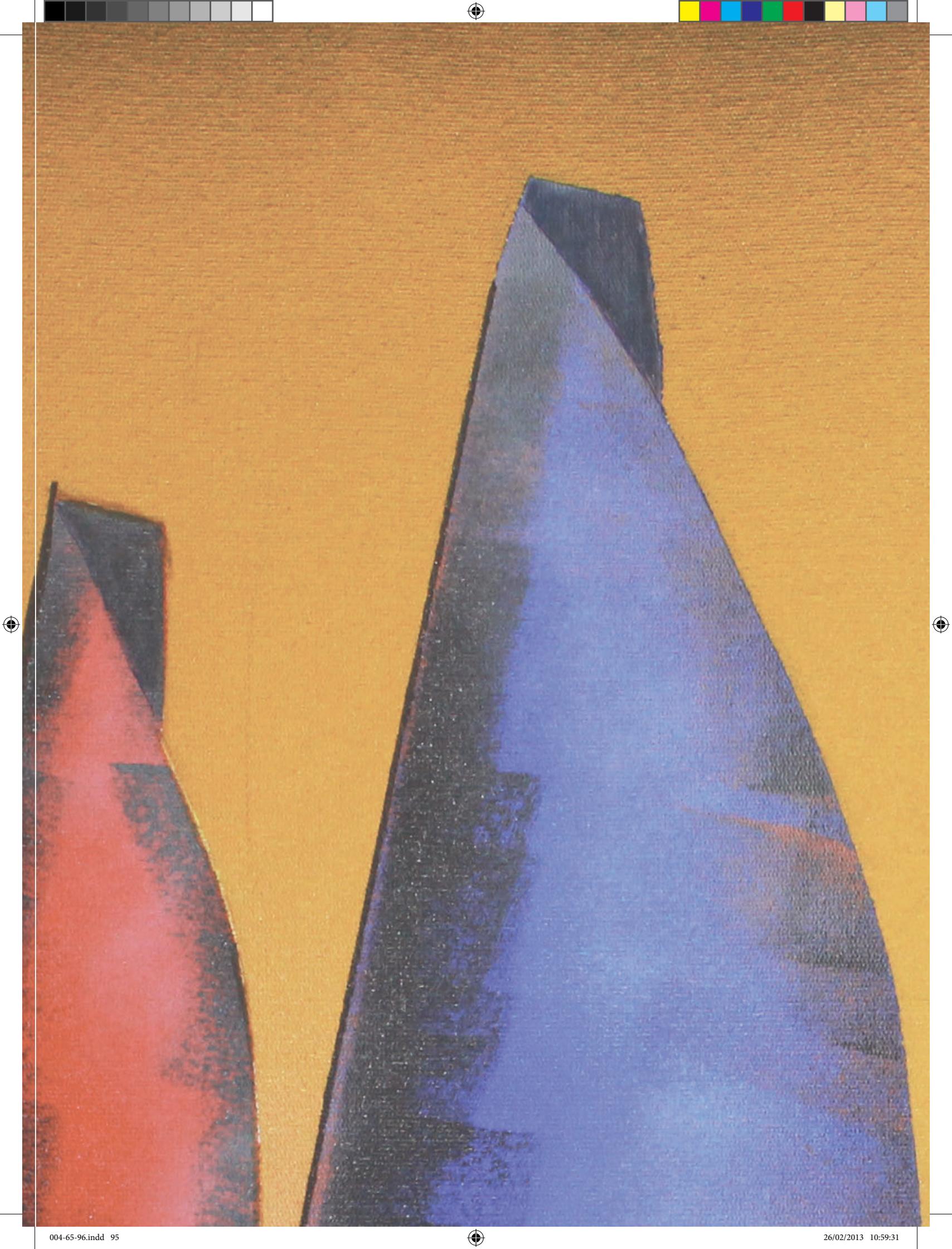


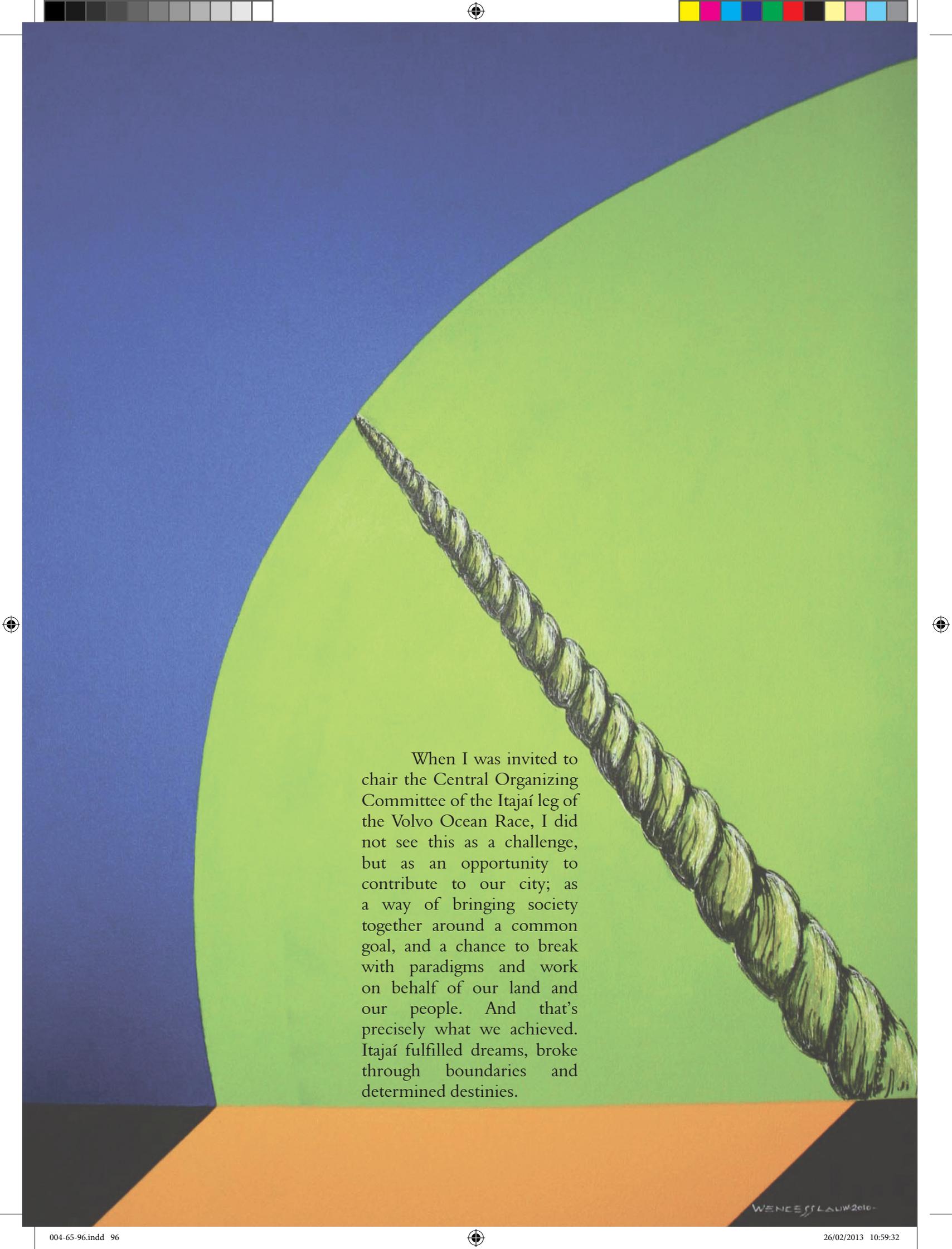


Aware that it has ably fulfilled its mission in this edition of the race, and mindful of its duty to offer its very best for the event, the city is now applying to host the next two editions of the Volvo Ocean Race, in 2014/2015 and 2017/2018. Without doubt, these will surpass even the success achieved in hosting the last edition, through which we learned many lessons.



We are well aware that many thought we were too bold in our bid to host the regatta, competing against the likes of Rio de Janeiro, Buenos Aires and Montevideo, all of which are much larger and more developed cities than Itajaí. But we are also aware of the potential of our city, and our population, to face and overcome challenges and exceed expectations. This awareness drives us on, and inspires a belief that we will indeed host the forthcoming editions.





When I was invited to chair the Central Organizing Committee of the Itajaí leg of the Volvo Ocean Race, I did not see this as a challenge, but as an opportunity to contribute to our city; as a way of bringing society together around a common goal, and a chance to break with paradigms and work on behalf of our land and our people. And that's precisely what we achieved. Itajaí fulfilled dreams, broke through boundaries and determined destinies.

WENCES LAUW 2010



## **Banda Filarmônica de Itajaí**

*Daniel Amaral Manfredini  
Designer (o infográfico é de sua autoria)*

**A** BANDA FILARMÔNICA DE ITAJAÍ iniciou suas atividades no dia 11 de julho de 1988 ensaiando para sua primeira apresentação em 27 de agosto do mesmo ano. Um verdadeiro desafio para as crianças de quinta a oitava séries de diversas escolas da cidade. Sua história poderia ser um capítulo à parte, considerando-se o fato de terem pouco ou nenhum contato com instrumentos musicais até aquele momento.

Alberto Bonfanti, professor de artes locado na rede municipal de ensino, foi chamado para ser o primeiro dirigente do projeto Banda Marcial da Rede Municipal de Educação de Itajaí. Bonfanti reuniu cento e dez aspirantes a músicos e iniciou os ensaios na quadra de esportes do Colégio Anibal César, no bairro São Vicente. Os primeiros ensaios eram exaustivos encontros diários alternando-se aos ensaios gerais que aconteciam duas vezes durante a semana. No sábado, o ensaio geral acontecia pela manhã e era repetido à tarde.

Com o sucesso da primeira apresentação no pátio do executivo municipal, a agenda de apresentações começou a ser preenchida.

Passados 15 anos, no primeiro dia de junho de 2003, o Maestro Luis Alberto Martins de Freitas assume a batuta e inicia uma nova etapa na trajetória da Banda estabelecendo o lema "Educar através da música". Mantendo os princípios que efetivaram a formação original e agregando valores mais abrangentes, com perspectivas mais ousadas; o maestro busca novos horizontes na formação e prática de cada aluno através da musicalização e participação de eventos.

Em 2005 a Banda passou a chamar-se Banda Marcial Municipal de Itajaí. Em 2006, o nome foi alterado para Banda Municipal de Itajaí e em 2009, a nomenclatura da banda foi mudada para Banda Filarmônica de Itajaí, o que se tornou um marco na história da cidade.

A contribuição mais importante deste projeto, para o município e para o Estado de Santa Catarina, é a formação gratuita de crianças e jovens através da música com valores de civismo e disciplina.

Ano após ano, Luis Alberto segue formando sua equipe de professores. Por ser um trabalho desenvolvido em grupo, propicia aos participantes princípios de socialização,





Desfile em Melipilla - Chile - 2009





# 2012

- 03 ABR 2012 ABERTURA DA VOLVO OCEAN RACE – CENTREVENTOS
- 11 ABR 2012 ENSAIO PARQUE DA SANTUR
- 12 ABR 2012 ABERTURA 15º ENCONTRO DA FELIZ IDADE DO MERCOSUL
- 21 ABR 2012 APRESENTAÇÃO NA VOLVO OCEAN RACE
- 10 MAI 2012 APRESENTAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – AMFRI
- 23 MAI 2012 VISITA DOS ALUNOS DO CEI JOÃO VITORINO À SEDE DA BFI
- 25 MAI 2012 APRESENTAÇÃO NO BNT MERCOSUL 2012 – BETO CARRERO WORLD
- 26 MAI 2012 FESTIVAL DE BANDAS E FANFARRAS DE NOVA TRENTO
- 27 MAI 2012 APRESENTAÇÃO NA FESTA DO DIVINO EM ITAJAÍ
- 31 MAI 2012 VISITA DOS ALUNOS DO CEI ANGELA DIAS À SEDE DA BFI
- 14 JUN 2012 CORTE DO BOLO DE ANIVERSÁRIO DE ITAJAÍ
- 20 JUN 2012 PALESTRA DO POLICIAL MUSICO DE FLORIANOPOLIS
- 27 JUN 2012 VISITA DOS ALUNOS DO CEI ZILDA ARNS NEUMANN À SEDE DA BFI
- 28 JUN 2012 FORMATURA DO PROERD – COLÉGIO SÃO JOSÉ
- 20 JUN 2012 DESFILE DE ANIVERSÁRIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC
- 21 JUN 2012 DESFILE RURAL – 30ª FESTA NAIONAL DO COLONO
- 20 AGO 2012 VISITA DOS ALUNOS DO NEC LUCIA CANZIANI À SEDE DA BFI
- 21 AGO 2012 VISITA DOS ALUNOS DO CEI N. SRA. DAS GRAÇAS À SEDE DE BFI
- 25 AGO 2012 ABERTURA DO 13º MEGA OPEN DE TAEKWON DO COLÉGIO SÃO JOSÉ
- 03 SET 2012 ABERTURA DA SEMANA DA PÁTRIA
- 07 SET 2012 DESFILE CÍVICO
- 10 DEZ 2012 CONCERTO DE GALA – TEATRO MUNICIPAL DE ITAJAÍ



contribuindo com a ocupação sadia e o afastamento de fatores de risco social como drogas e violência. O sucesso, portanto, desde sempre esteve relacionado a uma estreita atenção dispensada a cada indivíduo pelo grupo e participação fundamental de seus pais ou responsáveis, hora em reuniões de acompanhamento, hora em entrevistas pessoais com o maestro e sua equipe.

A música como recurso educacional, comprovadamente oferece àquele que nela esteja envolvido, enriquecimento cultural com conhecimento prático e teórico de peças clássicas, contemporâneas e populares, melhores condições psicológicas, enfim, a formação de um ser humano aprimorado.

Além de aulas de teoria musical para os alunos da banda, que ocorrem todos os dias, acontecem ainda ensaios de naipe: Tuba, Trombone de vara, Flugelhorn, Trompete, Euphonium, Percussão popular e marcha, Percussão Erudita, Corpo Coreográfico e Baliza.

A transformação do aluno em músico é imensurável. Sua influência quase sempre é positiva no cotidiano do indivíduo que agrega valores incontestáveis para a vida em sociedade. Mantida com recursos municipais, a Banda Filarmônica de Itajaí tornou-se referência no Estado por sua qualidade expressiva de execução, resultado do empenho de professores e alunos.

De seus resultados, destacam-se prêmios em festivais de Bandas estaduais como a conquista do bicampeonato em agosto de 2008. A Banda Filarmônica de Itajaí representou o Estado de Santa Catarina e o Brasil por três vezes no Festival Internacional de Bandas e Fanfarras, na cidade de Melipilla, no Chile, nos anos de 2005, 2006 e 2008, sendo reconhecida nestas edições, como a melhor banda participante. Em 2007, foi convidada especial da municipalidade de San Antonio para realizar uma turnê, apresentando-se em várias cidades da quinta região daquele país.

A Banda Filarmônica de Itajaí realiza um evento, que vem registrando uma importância ascendente no contexto cultural do município de Itajaí, que é o Concerto para Metais e Percussão realizado no Teatro Municipal.

Todas estas realizações lhe renderam o reconhecimento pela Fundação Catarinense de Cultura, no Projeto Bandas, como modelo de gestão no Estado de Santa Catarina, resultando numa cartilha inédita para área de bandas que será lançada também como modelo no Brasil. Recebeu, ainda, um convite para representar o Estado de Santa Catarina com apresentações no arquipélago de Açores em Portugal.



## **Hotel Balneário de Cabeçudas: um ícone da arquitetura moderna em Itajaí**

*Thayse Fagundes*

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Urbanismo,  
História e Arquitetura da Cidade (PGAU – Cidade)  
na Universidade Federal de Santa Catarina*



QUEM VISITA A PRAIA DE CABEÇUDAS em Itajaí logo se encanta pela beleza de sua natureza e simpatia de sua borda d'água que convida o visitante para ali passear e assentar-se à sombra de suas árvores. Existem em Cabeçudas também alguns interessantes exemplares arquitetônicos que afirmam a aristocrática história de construção daquele balneário. Um desses exemplares se refere ao Hotel Marambaia Cabeçudas, conhecido inicialmente por Hotel Balneário de Cabeçudas. Ao avistar esse edifício, percebe-se seu diálogo com o entorno, este não ofende a paisagem natural, mas com ela forma um cenário harmonioso.

Há outros motivos para se dar atenção ao Hotel Marambaia; sua implantação em Cabeçudas está diretamente ligada à história da formação pioneira deste balneário em Santa Catarina. O arquiteto que o projetou formou-se num seleto grupo que influenciou a arquitetura moderna no sul do Brasil dos quais idealizaram obras em forte diálogo com as de profissionais consagrados como Le Corbusier, Lucio Costa e Oscar Niemeyer. No decorrer desta leitura, ficará mais clara ao leitor a significativa carga simbólica que há neste edifício para a cidade de Itajaí no que tange sua história, bem como o valor artístico e arquitetônico que lhe é atribuído.

*Praia de Cabeçudas, s/d.  
Acervo FGML/CDMH, tomo  
001.00113.*



O método de pesquisa empregado para a elaboração deste resultado descritivo foi conforme uma abordagem qualitativa e exploratória, os procedimentos utilizados seguem a pesquisa bibliográfica e documental bem como demais levantamentos e estudo de caso. As maiores dificuldades encontradas nesta pesquisa referem-se à falta de informações do arquiteto que projetou o Hotel. Por ser já falecido e não ter registros de sua história e de suas obras compiladas, solucionou-se tal adversidade entrevistando por meio eletrônico um antigo colega de classe, amigo e companheiro de trabalho, Emil Bered; e um de seus sobrinhos, José Antonio Veronese Mascia.

As demais informações foram coletadas no decorrer de um ano em livros, imagens, jornais, mapas e em conversa com alguns pesquisadores de arquitetura moderna da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim, em cada fragmento de informação coletada completava-se a pesquisa que se propôs empreender.

Espera-se que o leitor desfrute de uma leitura de fácil apreensão, mas que sua simplicidade se baste neste ponto já que o tema a ser apresentado possui tamanha relevância para a cidade de Itajaí e também para o litoral de Santa Catarina, principalmente no que se refere à gênese e consagração de seus balneários.

### **Praia de Cabeçadas: do trabalho ao lazer**

Em meados do século XIX, na Europa, a crescente industrialização possibilitou que as fábricas pudessem ter menos funcionários e ainda assim ter uma grande produtividade. Esta situação acarreta num acúmulo de capital pelas elites relevante a ponto de gerar tempo livre a ser desfrutado. Este tempo não poderia ser simplesmente desperdiçado com o ócio e vícios. Elegante era desenvolver um lazer saudável, preferencialmente em contato com a natureza e exercitando-se, o que possibilitaria ter corpo e mente sãos (FERREIRA, 1998).

*Praia de Cabeçadas - 1924. Acervo Arquivo Público de Itajaí (Tombo 002.00437).*



No Brasil essas idéias de lazer demoram a se generalizar devido às leis trabalhistas inexistentes. Apenas em 1925, com o Decreto Federal nº 4982, que se dá ao trabalhador o direito de férias, ainda assim, apenas 15 dias por ano, com a jornada de trabalho de 12 horas diárias. Quando Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, alguns avanços ocorrem acerca das leis trabalhistas, pois, neste momento, se dá a criação do Ministério do Trabalho (FERREIRA, 1998). Ainda que nem toda a população pudesse desfrutar do momento de férias, na década de 1930, no Brasil, a elite já via o lazer como primordial dentro dos seus ideais de elegância e civilidade.

Surge neste país, no início do século XX, o banho de mar como lazer, que era anteriormente considerado desvio de conduta; em alguns lugares, era punido com prisão quem no mar ou rios se banhasse. A praia era utilizada apenas pelos pescadores, sendo, portanto, um ambiente de trabalho e também para lançamento de dejetos pútridos vindos da cidade, o que justifica o fato das casas na praia até então terem os fundos voltados para a orla.

Em Santa Catarina, a utilização do banho de mar se dá sob orientação médica; às águas marinhas atribuía-se função terapêutica. Assim, na Praia de Cabeçudas, surge em meados de 1911 o Hotel Herbst, cuja finalidade era abrigar hóspedes/pacientes que procuravam ali recuperação de sua saúde e descanso. Assim se iniciou o uso desta praia. Aos poucos, o Hotel Herbst transformou-se para receber mais hóspedes que procuravam simplesmente um lazer à beira-mar com banhos, piqueniques e passeios (CHRISTOFFOLI, 1998).

O banho de mar torna-se um momento de refrigério para o intenso calor do verão e sua prática se difunde por todo litoral brasileiro. Embasando esta nova prática do banho de mar está uma situação, denominada por Alain Corbin em "O Território Vazio: a praia e o imaginário ocidental", como "vilegiatura marinha" em que o mar passa a ser apreciado sendo não apenas um tratamento para o corpo mas especialmente para a alma.

Diante deste desejo de progresso, higiene e civilidade pregado pela elite, diversas transformações ocorreram na praia para que esta atendesse os anseios de seus novos frequentadores. Tais transformações se referem tanto à sua urbanização quanto as relações sociais ali desenvolvidas. A desejada civilidade naquele ambiente, por exemplo, não poderia estar atrelada ao lançamento de dejetos pútridos que ali ocorria a todos os momentos; inicialmente, decidiu-se criar horários para o despejo. Até hoje as praias do litoral catarinense sofrem com uma situação semelhante, o lançamento de esgoto nos mares. Pode-se dizer que este mau hábito já vem de tempos.

Outras melhorias foram empreendidas como a criação de ruas, drenagem de terrenos para afastar mosquito transmissor da malária, mal que afastava os veranistas receosos de contrair a doença, o fornecimento de luz elétrica passa a ser discutido e implementado, faz-se à beira da areia uma extensa calçada com bancos e árvores plantadas para dar sombra a quem ali se assenta.

A elite catarinense fez da praia de Cabeçudas seu espaço de relações sociais com seus pares. Possuíam casa de veraneio ali as famílias mais abastadas do Vale do Itajaí

naquele período (primeira metade do século XX). São famílias proprietárias de lotes nesta praia: Renaux, Konder, Altemburg, Bauer, Aseburg, Müller, Miranda, Malburg, Burghardt e muitas outras (CHRISTOFFOLI, 1998).

Na década de 1920, surge em Cabeçudas o Hotel Cabeçudas, propriedade de José Zwöelfer, austríaco que se mudou para o Brasil já tendo cursado hotelaria em sua terra natal. O hotel de Zwöelfer atendia as expectativas da elite frequentadora daquela praia por possuir diversas comodidades e requintes da vida "moderna" almejada (CHRISTOFFOLI, 1998). Passados muitos anos, apenas na década de 1960 surge um hotel capaz de superar a elegância do hotel de Zwöelfer, este é o Hotel Balneário de Cabeçudas da Companhia de Melhoramentos de Itajaí, hoje conhecido como Hotel Marambaia Cabeçudas.

### **Hotel Marambaia Cabeçudas**

Quando surgiu o Hotel Marambaia Cabeçudas, inicialmente chamado de Hotel Balneário de Cabeçudas, houve grande congratulação por meio de jornais e Anuário de Itajaí de 1960. A praia de Cabeçudas já havia sido consagrada como "sala de visitas" de Santa Catarina e o novo hotel veio alavancar seu potencial turístico. Além do turismo de veraneio, era possível desfrutar de banquetes e variadas festas no Marambaia que possuía até mesmo uma elegante boate.

A construção, neste lugar encantador, de um grande Hotel Balneário, virá, não resta a menor dúvida, preencher uma lacuna de que há muito se ressentia Itajaí com a falta de estabelecimentos hoteleiros à altura de seu prestígio e de seu desenvolvimento<sup>1</sup>.

A inauguração deste empreendimento se deu em 20 de janeiro de 1962, mas somente em fevereiro daquele mesmo ano iniciou a recepção para hóspedes. Foram gastos 35 milhões de cruzeiros nessa construção que possuía 43 apartamentos, todos com vista para o mar. Era reconhecido como o hotel mais completo e bonito de Santa Catarina naquele período<sup>2</sup>.



*Hotel Marambaia Cabeçudas.  
Disponível em: <<http://clubedosentaitajai.blogspot.com.br/2011/12/turismo-em-santa-catarina-ii.html>>. Acesso em: 29/03/2012*

Quanto aos seus aspectos arquitetônicos, é composto por um bloco principal que corresponde a um grande prisma retangular sobre pilotis. O pilotis de pé direito duplo define a divisão do volume de 4 pavimentos em duas partes. No volume superior estão dois andares com os quartos de hóspedes, e o volume inferior parcialmente aberto abriga os setores administrativos e sociais.

O Hotel Marambaia Cabeçadas possui características marcadamente da arquitetura moderna, isso fica evidente com o uso dos pilotis, a fachada livre, as janelas em fita que neste caso em especial são substituídas por sacadas, utiliza-se o vidro abundantemente para fazer uma maior relação entre interior e exterior aproveitando ao máximo a paisagem da praia. Este arrojado projeto foi idealizado pelo arquiteto Roberto Félix Veronese, formado na primeira turma de arquitetura do Instituto de Belas Artes da UFRGS, no ano de 1949.

### **O arquiteto e sua formação**

A formação de Roberto Félix Veronese aponta para uma forte influência dos ensinamentos de Le Corbusier e Lúcio Costa. O currículo do curso de arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA) era semelhante ao empregado na Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) no Rio de Janeiro. Além disso, entre seus professores, estavam Jorge Machado Moreira, que fez parte do grupo que projetou, sob liderança de Lúcio Costa, o Ministério de Educação e Saúde; Edgar Albuquerque Graeff, formado na FNA e um dos dirigentes da revista *Ante-Projeto* que por lá circulava; e Fernando Corona, pai de Eduardo Corona, jovem que formou-se na FNA e trabalhou 4 anos com Oscar Niemeyer. Naquele período, em Porto Alegre, desenvolviam-se vários projetos de Jorge Moreira, Afonso Riedy e Oscar Niemeyer (ALVAREZ, 2008).

Nascido no ano de 1926, em Caxias do Sul (RS), Veronese mudou-se para Porto Alegre para lá iniciar seus estudos na faculdade. Fez bons amigos no IBA, que se tornaram parceiros no exercício da profissão. Dois desses amigos são Emil Bered e Salomão Sibemberg Kruchin. Com estes dois arquitetos Veronese projetou duas residências em Porto Alegre, uma no ano de 1951 e outra em 1952 (CAMPELO, 1992), o edifício Linck em 1952 e o edifício Santa Terezinha em 1954 (STRÖHER). O edifício que abrigava a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), em Porto Alegre, também é um projeto conjunto de Veronese; são seus parceiros neste trabalho Emil Bered e Fernando Corona (PEREIRA).

Veronese foi professor da UFRGS lecionando a matéria de Urbanismo. Projetou em Santa Catarina, individualmente, além do Hotel Marambaia de Cabeçadas, o Marambaia Cassino Hotel (em Balneário Camboriú), o Edifício Normandie (em Florianópolis -

*Roberto Félix Veronese.  
Imagem de: José Antonio  
Veronese*



Coqueiros) e o Laguna Tourist Hotel (em Laguna – Praia do Gi). Mudou-se para Salvador, Bahia, com a família, onde faleceu no ano de 1991.

### **Obras de Veronese em Santa Catarina**

Supõe-se que Veronese tenha sido chamado para as construções destes quatro edifícios em Santa Catarina, todos à beira-mar, com função inicial de hotel para turismo de veraneio após seu projeto urbanístico e de um hotel na cidade balneária de Xangri-lá, no Rio Grande do Sul<sup>3</sup>.

O primeiro projeto do arquiteto neste estado foi o Coqueiros Cassino Hotel ou Jardim Residencial Coqueiros, atual edifício Normandie, em Coqueiros, Florianópolis. Este projeto é datado de fevereiro de 1959 e seu habite-se é expedido em 1960. O complexo projetado não foi concluído. O objetivo inicial dos investidores era que o edifício abrigasse um cassino, um hotel e apartamentos residenciais, o que não aconteceu, passando a ter apenas a função residencial até atualmente. O Normandie está em processo de tombamento pelo município de Florianópolis que reconhece sua importância arquitetônica como exemplar da arquitetura moderna na cidade<sup>4</sup>.

A descrição que se faz do Normandie tem muitos pontos em comum com a do Hotel Marambaia Cabeçadas: o bloco principal corresponde a um grande prisma retangular de linhas retas e simples sobre pilotis, a laje é plana, os pilotis com pé direito duplo definem a divisão dos 4 pavimentos, sendo o térreo parcialmente permeável contando com a entrada e a garagem; no pavimento superior a este encontra-se um *hall* e dois apartamentos, e os outros dois pavimentos com apartamentos. A fachada é livre e possui janelas em fita. Todos os apartamentos são privilegiados com a vista ou estão voltados para o mar à frente da rua ou para um jardim, os que estão nos fundos.

Após o Normandie e o Marambaia de Cabeçadas, já comentado, construiu-se o Marambaia Cassino Hotel em Balneário Camboriú. Sua inauguração se deu no mesmo ano em que a cidade alcançou sua autonomia administrativa, em 1964. Este empreendimento também é de iniciativa da Companhia de Melhoramentos. A ousadia de sua planta é instigante, este foi um dos primeiros hotéis de forma circular do Brasil. Talvez tenha sido assim pensado pelas características do terreno que não lhe permitiam o bloco retangular. O custo desta obra ultrapassou os 110 milhões de cruzeiros, mas certamente garantiu grande lucro à Companhia, já que o hotel se tornou conhecido por todo país como "aquele hotel redondo de Balneário Camboriú"<sup>5</sup>.

O Marambaia de Balneário Camboriú segue na linha dos 4 pavimentos adotados nos hotéis anteriores por Veronese. Já que não havia elevadores no projeto, era preciso que a quantidade de pavimentos fosse condizente com a função de hotel, afinal não seria viável carregar as malas dos hóspedes pelas escadas por muitos andares.

Esta circularidade do Marambaia Cassino Hotel cria um vão central que define no térreo o pátio central onde se tem um espaço de convívio dos hóspedes com um grande mural pintado por Rodrigo de Haro, artista plástico catarinense, e acesso à escada principal que leva aos quartos distribuídos de forma radial nos demais pavimentos. É

importante salientar que neste espaço formado pelo vão central, em que o pé direito corresponde à altura total do edifício, tem-se a criação de um espaço cenográfico em que a luz ali incidida vem de uma clarabóia no topo do edifício.

O último hotel de Veronese em Santa Catarina foi o Laguna Tourist, na Praia do Gi, cidade de Laguna. Era de propriedade do empresário Santos Guglielmi. A tarefa de construção do hotel não foi nada simples. Para que este fosse construído, algumas obras urbanísticas foram necessárias. Removeu-se areia das dunas e, para criar acesso àquela praia, foi preciso explodir parte do Morro do Iró, criando assim uma passagem entre a Praia do Gi e a Praia do Mar Grosso. O terreno onde seria construído o hotel possuía muitas pedras, então fez-se o mesmo procedimento realizado no Morro do Iró<sup>6</sup>.

Veronese não teve muita liberdade para realizar seu desenho no projeto do Laguna Tourist. Para Guglielmi não bastava construir um bom hotel, mas teria que ser o mais semelhante possível com que ele havia imaginado<sup>7</sup>. Talvez por este motivo este edifício não se pareça tanto com os demais hotéis projetados pelo arquiteto, também pode estar relacionado a uma nova fase de criação, afinal, o projeto e início de sua execução são de finais da década de 60 sendo inaugurado em 24 de dezembro de 1972. O Tourist é formado por dois volumes em forma semi-circular que se interseccionam formando dois pátios internos centrais. Este foi o primeiro hotel catarinense a receber a qualificação de 5 estrelas cedida pela Embratur.

### **Comparações entre as obras de Veronese e outros exemplares de arquitetura moderna**

Dos hotéis de Veronese mencionados dois deles apresentam grande semelhança entre si, o Hotel Marambaia Cabeçudas e o Edifício Normandie. Ambos apresentam marcadamente um volume principal em forma de prisma retangular apoiados sobre pilotis que permitem permeabilidade parcial no térreo. Pode-se citar com estas mesmas características o Palácio Itaguaçu, no centro cívico de Curitiba (PR), inaugurado em 1953. Estes três edifícios ainda tem em comum a pequena quantidade de pavimentos. Quanto à caixa retangular e os pilotis, pode-se também comparar ao edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) do arquiteto Jorge Moreira, professor de Veronese.

O arquiteto Veronese faz abundante uso do vidro em seus projetos, material muito explorado na arquitetura moderna para relacionar geralmente o interior dos edifícios com uma bela vista da natureza dos arredores. Assim fizeram no Brasil Lina Bo Bardi em sua Casa de Vidro, e Vilanova Artigas em sua própria residência. Já no exterior, destacam-se Mies Van der Rohe com sua Farnsworth House e Philip Johnson com a Glass House.

No Marambaia Cabeçudas, Veronese utiliza esta relação do interior do hotel com seu exterior através de portas de vidro que são colocadas na sala de refeições. Neste ambiente as portas têm saída diretamente para a rua e dali se pode observar tanto os transeuntes de passagem pela calçada como os banhistas na praia. No pavimento superior a este existe um espaço de convívio para os hóspedes em que há uma sacada de onde se pode observar a praia. Cada um dos quartos do hotel possui vista para a praia e sacada.

No Normandie, o espaço de convívio dos hóspedes tem duas fachadas com janelas de vidro que permitem a vista da praia ou de um extenso jardim nos fundos do edifício. No Marambaia Cassino Hotel, em Balneário Camboriú, no restaurante, pode-se observar a rua e a praia através de portas de vidro, mas o destaque do uso deste material vai para a clarabóia instalada no topo do hotel, no centro de seu círculo incidindo sua luz para o espaço de convívio daquele estabelecimento criando uma luminosidade cenográfica.

É interessante analisar as escadas internas destes dois últimos edifícios citados. O Normandie, de forma retangular, com linha retas, possui uma escada em seu interior que contrapõe a sua forma, esta de linhas curvas é muito semelhante à escada da Villa de Savoye, de Le Corbusier. Já no Marambaia Cassino Hotel, cuja forma é circular, tem a escada interna que dá acesso aos quartos dos hóspedes com ângulos retos.

Os dois hotéis da Companhia de Melhoramentos, os Marambaias (de Itajaí e Balneário Camboriú), possuem um mural, em cada edifício, de Rodrigo de Haro, artista plástico catarinense, o que traz à memória o conceito amplamente discutido por Mário Pedrosa, em que, no momento que muito se fala sobre o fim da arte, o fim da pintura, se impõe à arquitetura a missão de dar uma chance, uma sobrevida à pintura e à arte como um todo em seus projetos.

### **Valorização do Hotel Marambaia Cabeçudas**

A valorização do Hotel Marambaia Cabeçudas é essencial, pois este traz partes significantes da história de Santa Catarina por ter sido um ponto de encontro das famílias mais influentes do Estado já nos primeiros anos após sua inauguração. Este edifício conferiu destaque para a praia de Cabeçudas diante das demais praias do litoral que ainda não possuíam tamanha infra-estrutura para receber turistas de veraneio.

Ao longo deste texto, procurou-se criar um percurso para o leitor compreender a relevância deste Hotel para o Estado. Tratou-se do contexto de sua edificação no balneário de Cabeçudas, sua história e o destaque que lhe foi conferido. Havia grande expectativa para a construção de um hotel moderno no litoral catarinense. A formação do arquiteto Roberto Félix Veronese, bem como o conhecimento de outras obras suas, é fundamental para a compreensão da arquitetura deste edifício. Vale ressaltar que o Edifício Normandie, em Florianópolis, já apresentado anteriormente no texto, teve sua importância reconhecida e passa por um processo de tombamento municipal.

Diante das informações trazidas sobre a história do Hotel Marambaia Cabeçudas, o contexto de sua construção e a formação do arquiteto que o projetou, pode-se afirmar que este edifício é de grande importância patrimonial para a cidade de Itajaí, estabelecendo-se como um ícone para a arquitetura moderna da cidade, bem como do litoral de Santa Catarina.

### **Notas**

1 PROJETO de Estatutos Sociais da Companhia Melhoramentos de Itajaí. **Jornal do Povo**, Itajaí, 14 jun. 1959.

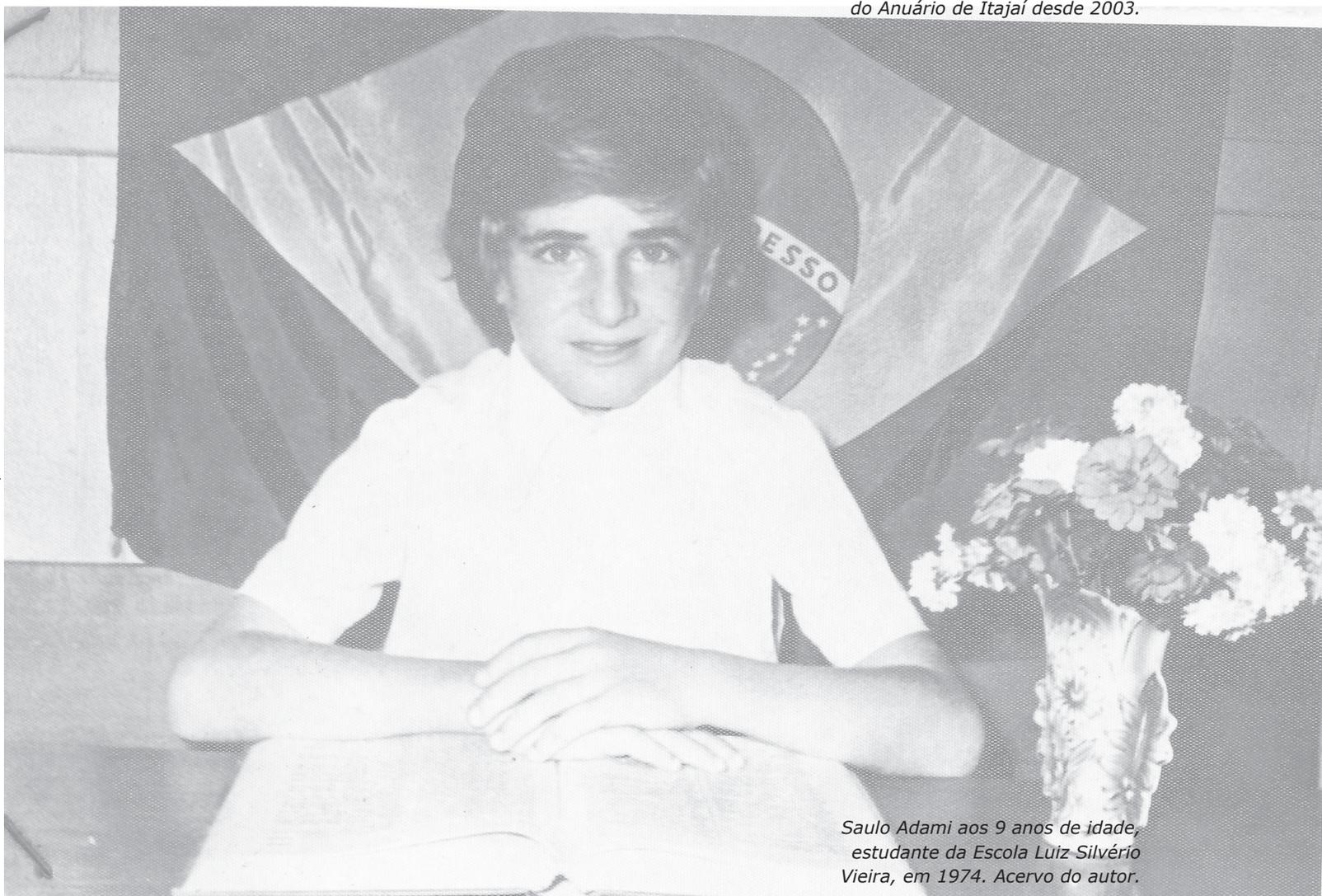
- 2 PRAIAS Catarinenses. Vídeo realizado por William Gericke, narração de Odemar Costa. Itajaí (SC) e Balneário Camboriú (SC), década de 60, 07h28min. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=S3FVrge7KdE>>. Acesso em: 07/07/2012
- 3 BERED, Emil. **Veronese** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por thay2404@gmail.com em 14 mai. 2012.
- 4 BALTHAZAR, Raissa. **Revitalização da Arquitetura Moderna: Ed. Normandie (1959)**. Apresentação de banca de qualificação de TCC para o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Ago. 2012.
- 5 HOTEL Marambaia: uma construção emblemática. Vídeo realizado pela construtora Procave entrevistando Osmar de Souza Nunes Filho. Balneário Camboriú (SC), 3:07 minutos. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=r0cUu4bPWZU>>. Acesso em: 07/07/2012.
- 6 LAGUNA Tourist Hotel: exemplo de pioneirismo. **Revista Saber**. Laguna (SC): Ano 1, nº 2, out. 2011. p.12.
- 7 Idem nota 6;

## Referências

- ALVAREZ, Cícero. **Palácio da Justiça de Porto Alegre: Construção e Recuperação da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1952 -2005**. 2008. 206 f. Dissertação (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ARGAN, Giulio C. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BALTHAZAR, Raissa. **Revitalização da Arquitetura Moderna: Ed. Normandie (1959)**. Apresentação de banca de qualificação de TCC para o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Ago. 2012.
- BERED, Emil. **Veronese** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por thay2404@gmail.com em 14 mai. 2012.
- CAMPELO, Cristina de Lorenzi. **A produção arquitetônica dos egressos da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes no período de 1949 a 1952**. 1992. 109 f. Monografia (Faculdade de Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p.57, 59 e 60.
- CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo. **Uma história de lazer nas praias: Cabeçudas -SC-1910-1930**. Itajaí: Editora UNIVALI, 2003.
- CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora das Águas. 1998.
- FESTAS no Balneário de Camboriú. **Jornal do Povo**, Itajaí, 23 jan. 1965.
- HOTEL Marambaia: uma construção emblemática. Vídeo realizado pela construtora Procave entrevistando Osmar de Souza Nunes Filho. Balneário Camboriú (SC), 3:07 minutos. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=r0cUu4bPWZU>>. Acesso em: 07/07/2012.
- INAUGURAÇÃO do Hotel Balneário Cabeçudas. **Jornal do Povo**, Itajaí, 18 fev. 1962.
- INAUGURAÇÃO do Marambaia Hotel. **Jornal do Povo**, Itajaí, 28 nov. 1964.
- LAGUNA Tourist Hotel: exemplo de pioneirismo. **Revista Saber**. Laguna (SC): Ano 1, nº 2, out. 2011. p.12.
- MASCIA, J.A. **Veronese** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por thay2404@gmail.com em 19 abr. 2012.
- PEDROSA, Mario. **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. (Org. Aracy A. Amaral). São Paulo: Perspectiva S.A, 1981.
- PEREIRA, Cláudio Calovi; SZEKUT, Alessandra Rambo. **Arte e arquitetura moderna na obra de Luís Fernando Corona em Porto Alegre**. Porto Alegre. p.12. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%20%20pdfs/054.pdf>>. Acesso em: 07/07/2012
- PRAIAS Catarinenses. Vídeo realizado por William Gericke, narração de Odemar Costa. Itajaí (SC) e Balneário Camboriú (SC), década de 60, 07h28min. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=S3FVrge7KdE>>. Acesso em: 07/07/2012
- PROJETO de Estatutos Sociais da Companhia Melhoramentos de Itajaí. **Jornal do Povo**, Itajaí, 14 jun. 1959.
- SKALEE, Milena. **Construção e apropriação do espaço público: estudo do traçado urbano do centro de Balneário Camboriú**. 2008, 110p. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - UFSC, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGAU0015-D.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- STRÖHER, Eneida Ripoll. **Emil Bered: seis edifícios**. Uma análise de seis edifícios de habitação coletiva em Porto Alegre na década de 50. p. 67. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs\\_revista\\_0/0\\_%20Eneida.pdf](http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_0/0_%20Eneida.pdf)>. Acesso em: 07/07/2012
- TEIXEIRA, Luis Eduardo Fontoura. **Moção de apoio ao tombamento municipal do edifício Normandie (Coqueiros - Florianópolis)**. Florianópolis, 14 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.arq.ufsc.br/viewArtigo.php?artigoID=21>>. Acesso em: 29/03/2012.

## O que vai ser desses meninos?

*Saulo Adami  
Escritor, morador do Arraial dos Cunhas e colaborador  
do Anuário de Itajaí desde 2003.*



*Saulo Adami aos 9 anos de idade,  
estudante da Escola Luiz Silvério  
Vieira, em 1974. Acervo do autor.*

– Solta, rapaz!

O vira-lata olhou pra mim e largou minha perna direita, que doía muito, e até sangrou por causa da mordida. O cachorro estava fazendo seu papel de guardar a casa. O intruso era eu, que saía correndo do campinho até o poço para matar a sede, no intervalo da partida de futebol. O campinho ficava nos fundos da casa do seu Adolfo Russi, a uns 300 metros da minha casa, no Arraial dos Cunhas de 1975. Aliás, foi no sótão daquela casa, onde seu Adolfo e sua família moravam e tinham uma venda, que eu vivi meu primeiro ano de vida. O espaço foi alugado pelos meus pais, recém-casados, que ali começaram sua carreira profissional como vendedores.

Domingo era dia de jogo, e os meninos se juntavam, formavam times (nem precisava ter 11 pernas de pau para cada lado!) e batiam bola até escurecer. Nosso campinho não tinha alambrado, e sempre que o gado enveredava na nossa direção, a partida era interrompida e os filhos do seu Adolfo acionados. Quando o boi era brabo, os rapazes nem apareciam – e a gente tinha que negociar com eles ou correr. Geralmente, correr!

Todo mundo jogava descalço, a cor do uniforme de um dos times variava de acordo com a cor da pele dos jogadores – era um time vestido com calção e camisa e outro sem camisa.

Quando nosso time precisava de um jogo de camisas para disputar um torneio de várzea, botava a criatividade em ação: cada jogador trazia de casa a sua camiseta de malha, a gente jogava todas elas dentro de um panelão de ferro e tingia com umas tintas vendidas em tubinhos. O panelão ficava horas sobre o fogão a lenha, as camisetas ganhando cor – de preferência, bem escura, pra não ficar aparecendo seus letreros promocionais.

Arbitragem era dispensável. Todo mundo se entendia, e quando faltava respeito seu Adolfo ia até lá e decretava fim de jogo:

– Já pra casa, cacalhada!

Bolas de couro? Quem nos dera! Eram de pneu ou de plástico, que furavam só de passar perto de cerca de arame farpado, prego ou espinho.

Às vezes, quando o campinho do seu Adolfo estava ocupado, a gente tratava uma pelada no pasto do meu avô, Luiz Adami, que hoje é nome de rua. Não era um terreno regular, nosso campinho (improvisado que era!) era apenas virtual: não tinha traves nem alambrado, era pasto e só. A bola era chutada para cima e começava a correria! Chutes, gritos, empurrões, rasteiras, degolas, tombos e... *PLAFT!* Bosta de vaca voando!

– Tem que lavar! – gritava um de nós, que da vez anterior havia inutilizado uma camiseta.

A bola era lavada no córrego, e recomeçava a peleja.

E a valeta?! Ah, na corrida vitoriosa rumo ao gol, o lateral chutava com tanta violência na direção da grande área imaginária, que perdia o equilíbrio e caía na valeta. Aquele que continuava correndo rumo ao gol só ouvia um ruidoso TCHUUUUUM! – Sinal de que havia corpo submerso!

Chutes, gritos, empurrões, rasteiras, degolas, tombos e... *PLAFT!* No calor da discussão – *Foi impedimento! Não, foi pênalti!* – alguém partia para a ignorância e esbofeteava outro alguém. Uma voz se esgoelava, junto da linha divisória imaginária do estádio de nossos sonhos infantis:

– Eu vou chamar o pai!

Bobagem:

– Se chamar o pai, vais apanhar também! – avisavam os *pugilistas*, recomeçando a luta que só parava quando estivessem exaustos.

Os demais jogadores, para evitar contusões, apenas apreciavam a contenda. Depois, iam para casa tomar banho e recuperar suas energias, levando consigo bosta de vaca até nos cabelos!

Festa para valer era quando nosso time participava de torneios, no estádio do Zé Dalago, no Quilômetro Doze, cenário de grandes decisões. Nós, meninos boleiros do Arraial dos Cunhas também tivemos nossos momentos de glória, e conquistamos troféus. Eram domingos de muitos gols, de comemorações e de cansaço. A gente pulava e gritava tanto, que ficava quase sem voz. A-hã!

Para os pais, cerveja e *gasozão*. Para a gurizada, Laranjinha, Choco Leite, Crusch, Pepsi-Cola, Coca-Cola e bolacha Maria, muita bolacha Maria! Quando o orçamento era escasso, serviam uma rodada de capilé de groselha com *mata-fome* – deveria de se chamar *quebra-queixo*, de tão duro que era! – para todo mundo, e pronto!

Quem tinha dente mole, molhava o mata-fome no capilé. E em meio a toda aquela correria, alguém devia olhar pra nós e pensar:

– Meu Deus!... O que vai ser desses meninos?

Agora, já sabe!

Bom, depois tive a oportunidade de jogar como zagueiro central do time do Brilhante, treinado por Sívio Moser, que teve alegrias e decepções dentro e fora do gramado do Estádio Jayme Mendes. O aquecimento eu fazia enquanto pedalava quatro quilômetros do Arraial dos Cunhas até lá!

Estas e outras histórias pretendo contar mais tarde.

Pois então...

Vamos partir do princípio de que sonhar não custa nada e que ainda nos faz um grande bem! Foi pensando assim que comecei a projetar meus sonhos, ainda criança, vivendo no Arraial dos Cunhas – torrão valoroso da área rural de Itajaí – de um dia vir a ser um escritor... Um escritor com livros publicados sobre os mais diferentes assuntos; um escritor que recebesse cartas de seus leitores e colaboradores espalhados pelo mundo afora. Um escritor que um dia teria uma estante abarrotada de títulos que escreveu, alguns deles traduzidos para outros idiomas.

Esta história teve início em 1973, quando eu estava com meus oito anos de idade e começava a frequentar o segundo ano da Escola Silvério Vieira, onde tive três professoras, até 1975: Eleta Raimondi Pinto, Maria Caresia Besel e Dilma Bernardes Rocha.

Na pequena estante de livros que eu tinha no meu quarto, algumas obras referenciais da literatura brasileira disputavam espaços com histórias em quadrinhos – afinal, eu era um garoto normal – e dicionários de idiomas, sendo os mais atraentes para mim os de língua espanhola e inglesa; revistas sobre cinema e séries de televisão,

pois sempre fui apaixonado pela produção de filmes; alguns textos escritos para teatro também tinham seu espaço cativo na estante – não foram as poucas vezes que estes textos transformaram em montagens assistidas por todas as gerações do Arraial dos Cunhas, Quilômetro Doze, Brilhante, Paciência, Itaipava... Todo mundo que pudesse caber em uma sala ou garagem gentilmente cedida pelos pais de um de meus colegas. Em uma das gavetas da minha escrivaninha – aquela que me permitia trancar a chave! – repousavam páginas de papel almaço com meus primeiros rabiscos, ensaiando os futuros contos, poemas e textos teatrais que me tornariam o escritor que sou hoje.

Era o tempo em que nosso aparelho de televisão Colorado RQ exibia imagens em preto e branco (mais móvel do que propriamente um eletrodoméstico), comprado por meus pais para assistirmos os jogos da Copa do Mundo de 1970 – lembram daqueles jogadores que não precisavam pintar, raspar ou picotar os cabelos, nem mudar as cores das chuteiras, nem usar aparelhos nos dentes para dizer que eram craques? Ninguém os chamava de fenômeno, imperador, fabuloso ou de o melhor do mundo! Pois é, eu sou daqueles bons tempos em que jogador de futebol realmente *jogava futebol!*

Através daquela tela enorme, eu assistia aos filmes e seriados de TV que me mantinham ocupado todo o tempo possível, imaginando novas aventuras para os seus personagens e novos papéis para seus atores e atrizes. Como o aparelho de TV ficava em uma prateleira da venda dos meus pais – dois visionários que mantinham venda de secos e molhados, bar, cancha de bocha e mesa de sinuca em um mesmo ambiente –, muitas vezes assistia a estes programas com companhias (digamos) inusitadas: padeiros, vendedores de bebidas e fumo em corda, botijões de gás, tripa seca, embalagens de papel, barril de cachaça...

*Escola Isolada Municipal Luiz Silvério Vieira – Arraial dos Cunhas, Itajaí, SC, 1973. Da esquerda para a direita, a partir do fundo: 1ª. fila – Vilmar Bertoldi. Acervo de Márcia Werner (Brusque/SC).*



Era um tempo sem aparelhos de videocassete, sem aparelhos de CD player, DVD player, MP3, Blue-Ray... Sequer tínhamos telefone em casa! A rede de energia elétrica fazia parte do nosso dia a dia havia dois anos... Talvez, um pouco mais. Lembro que, para funcionar, nossa televisão precisava de um transformador – ou, como aconselhavam meus pais, a gente tinha que *esperar para ela esquentar!*

A vizinhança (quase toda!) vinha assistir TV na nossa casa, mas a gente nem ligava porque não foram poucas as noites que nos fomos à casa de algum vizinho assistir a TV dele, também. Mais importante do que o filme ou a telenovela que iríamos assistir era a oportunidade de nos reunirmos uma vez mais, no fim do dia, para trocar experiências, olhares, apertos de mão ou para torcermos pelo mocinho, pelo bandido ou pelo nosso time de futebol.

Era um tempo no qual as pessoas tinham mais assuntos para conversar; ou ao menos faziam questão de se comunicar com os vizinhos. Fossem quem fossem. As pessoas tinham palavra: o prometido era cumprido, o anunciado era feito; o culpado era responsabilizado; e o mais esperto não provocava discussão com o dono da casa.

Para alguns, aquela era uma vidinha boba, sem novidades... Para mim, era um laboratório: daqueles encontros barulhentos, surgiram algumas ideias para minhas pequenas histórias. Era uma provocação gostosa que às vezes rendia mais de uma ou duas páginas de uma narrativa.

Esta paixão pelas histórias me trouxe para os dias de hoje como alguém interessado em contribuir para transformar o quintal de nossa casa em outro planeta, em um planeta que vivia na cabeça de um menino que não se preocupava apenas em brincar; era um menino curioso, acima de tudo curioso, interessado em abrir um livro para ler e para ver se descobria como tinha sido escrito e impresso.

Como seria a gráfica que o imprimiu?

Quem eram, como eram e onde poderiam ser encontrados aqueles homens e aquelas mulheres que criaram aquelas histórias, que fizeram aquelas fotografias e ilustrações que tanto atraíram meus olhos e atiçaram minha imaginação?

Eu admirava aquelas pessoas, eu sonhava com a possibilidade de (um dia) poder realizar algo como elas realizavam. Se conseguisse fazer isso e ainda ganhar dinheiro com o meu talento e com os meus dons, então seria perfeito!

Já pensou, um garoto do Arraial dos Cunhas escrevendo histórias para todo mundo ler?

Já pensou?

E por que não?

É, por que não?



## Enchente em Itajaí

Joelma Pereira Pinto - 3º. Ciclo I - EJA

**E**M 23 DE NOVEMBRO DE 2008, a notícia já se espalhava em todos os meios de comunicação: TV, rádios, Internet. A nossa cidade de Itajaí estava sendo afetada por devastação, enchente; imediatamente, a população itajaiense, muito aflita, não sabia o que fazer. A cada minuto que passava, as águas de enchente tomaram conta de tudo enquanto o desespero era visível naquelas pessoas que viam os bens de uma vida inteira sendo destruídos em segundos.

Então os bombeiros, a Defesa Civil e mais Órgãos Públicos “arregaçavam as mangas” e começaram a retirar pessoas de suas casas através de lanchas, botes infláveis e muitas delas iam sendo carregadas no colo.

A principal missão: salvar as vidas de muitas pessoas assustadas, adultos desesperados tendo que deixar suas casas seus animais de estimação...

Mas o pior estava por vir! Pessoas de alguns bairros perderam entes de suas famílias pela força da natureza, por um momento, olhei para o céu e pensei: “Meu Deus, será que é o fim do mundo?”

Mas, enfim, foram três dias de águas sujas e com mau cheiro. As pessoas esperavam as águas da enchente baixarem para voltarem para suas casas, porque muitas foram abrigadas pela Defesa Civil em colégios, Igrejas e outras repartições públicas. Estas cenas faziam pessoas chorarem e se abraçarem para buscar forças para reconstruírem suas vidas afetadas pela tragédia.

Graças a Deus, em meio a essa catástrofe, começaram aparecer pessoas de todo o mundo, mobilizando-se por meio de doações: roupas, produtos de higiene, limpeza, comida, colchões, remédios, cobertores.

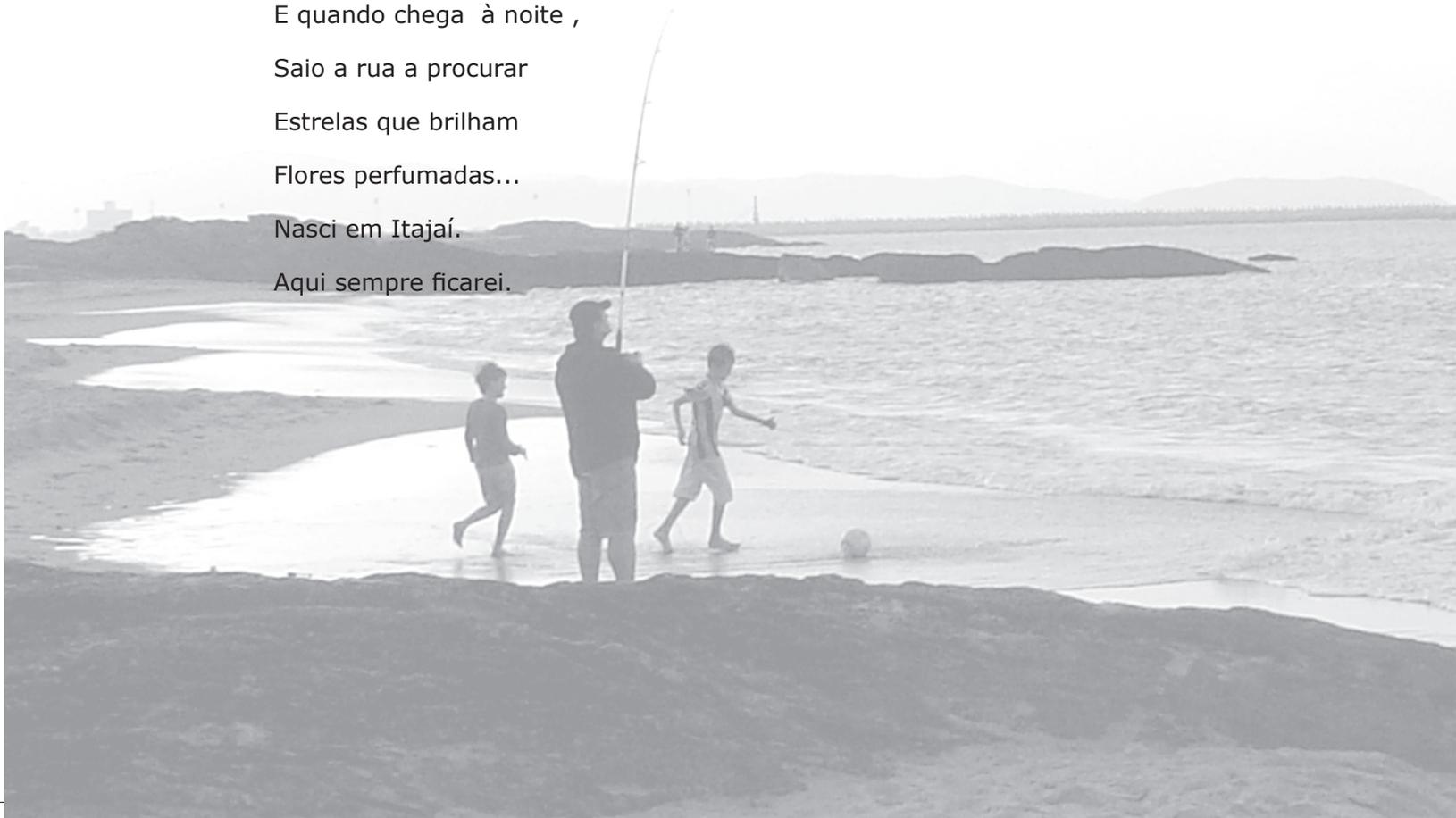
Foi um grande recomeço de uma nova chance para a população itajaiense!

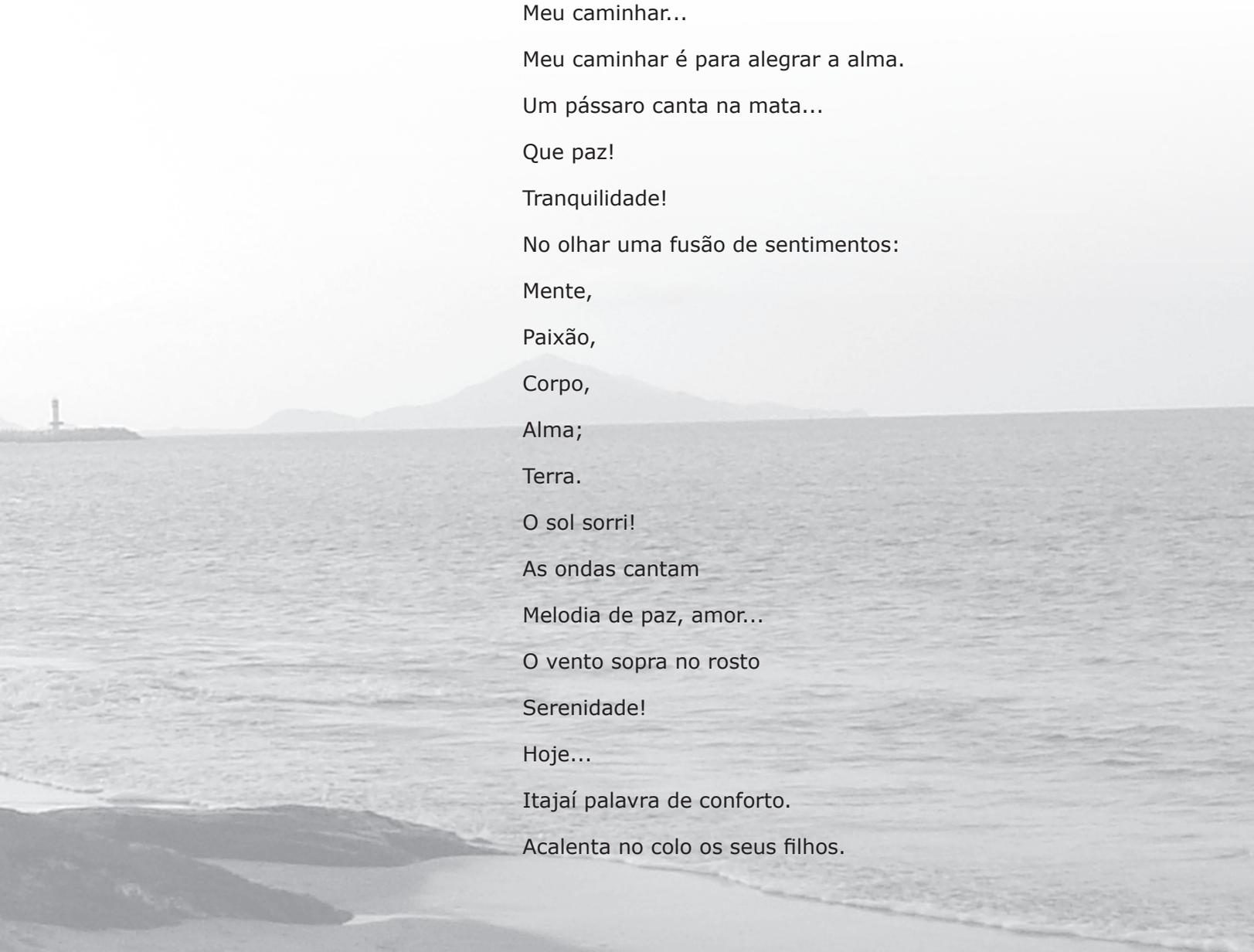
Nada como fé, esperança, força de vontade e acreditar em um futuro melhor para conseguir, dia após dia, com o trabalho e a solidariedade, reaver suas casas, seus bens e, acima de tudo, a dignidade de um ser humano.



*Maria José da Silva - 5º Ciclo Eja  
(fotografia cedida por Magru Floriano)*

Itajaí  
És bela,  
És maravilhosa,  
Tu me trazes sustento e vontade  
de aqui viver.  
Com esse seu mar imenso  
Lindas praias também têm,  
Lindo céu azul a brilhar  
Em nossos corpos morenos  
Reflete o brilho no olhar  
De paz, serenidade.  
E quando chega à noite ,  
Saio a rua a procurar  
Estrelas que brilham  
Flores perfumadas...  
Nasci em Itajaí.  
Aqui sempre ficarei.





Itajaí,  
Agradeço-te pelo doce encanto.  
Flores exalam perfume...  
Suas praias...  
O amor fala nas areias.  
Os pés precisam andar.  
Meu caminhar...  
Meu caminhar é para alegrar a alma.  
Um pássaro canta na mata...  
Que paz!  
Tranquilidade!  
No olhar uma fusão de sentimentos:  
Mente,  
Paixão,  
Corpo,  
Alma;  
Terra.  
O sol sorri!  
As ondas cantam  
Melodia de paz, amor...  
O vento sopra no rosto  
Serenidade!  
Hoje...  
Itajaí palavra de conforto.  
Acalenta no colo os seus filhos.



## **SELVAGENS MEMÓRIAS: o holocausto Xokleng no Vale do Itajaí e as crianças sobreviventes**

*Ivan Carlos Serpa  
Historiador*

**A** HISTÓRIA DOS CONFRONTOS ENTRE OS ÍNDIOS XOKLENG e o homem branco no Sul do Brasil inicia-se no século XVIII, quando se desenvolveram as primeiras rotas de comércio entre Rio Grande do Sul e São Paulo. As áreas de planalto e dos vales nas encostas das serras no Sul brasileiro eram povoadas pelos índios Kaingang no planalto e Xokleng entre o planalto e o litoral. Em 1728 é aberto o caminho de tropeiros entre as duas províncias, com o surgimento da cidade de Lages em 1777 como ponto de parada para os tropeiros. As florestas nativas desses planaltos eram de araucária, utilizada como





fonte de alimentos para os índios Xokleng e Kaingang durante o inverno. Iniciaram-se aí os conflitos entre brancos e índios, pois a redução da área de pinheirais ameaçou uma de suas principais fontes de sobrevivência. Com o avanço da ocupação no planalto, os Xokleng foram forçados a migrarem para a região intermediária entre o planalto e o litoral, limitando seu território ao Vale do Itajaí.

A partir da metade do século XIX o Vale do Itajaí passou a ser ocupado por milhares de imigrantes alemães, italianos e austríacos que passaram a colonizar a região. Os Xokleng tiveram o último reduto de seus territórios tradicionais invadidos, iniciando-se uma série de conflitos que resultaram no extermínio quase completo dos nativos. À época do contato com os europeus, no século XIX, os Xokleng encontravam-se organizados em três grandes grupos: um denominado Ngrokòthi-tõ-prèy, a oeste do Estado de Santa Catarina, na fronteira com o Paraná, próximo ao município de Porto União (SC); um no centro do Estado, próximo ao município de Ibirama, junto ao rio Hercílio (ou rio Itajaí do Norte), denominada Laklanõ; e outra no centro, mais próximo ao litoral, junto à serra do Tabuleiro, denominada Angying<sup>1</sup>. Este trabalho se refere especificamente ao grupo Laklanõ.

De acordo com Henry<sup>2</sup>, num passado remoto, muito antes dos contatos com os europeus, os índios Xokleng praticavam a agricultura e a caça, vivendo em vilas permanentes. Porém, em épocas mais próximas ao contato com os europeus, já no século XVIII, os Xokleng já haviam adquirido um modo de vida nômade, vivendo da caça e da coleta do pinhão retirado das araucárias e da extração do mel. Não tinham acampamentos fixos e, portanto, não mais cultivavam a terra. Segundo Urban<sup>3</sup>, sua sobrevivência dependia de atividades sazonais desenvolvidas no verão e no inverno. Os grupos, compostos entre 50 a 300 pessoas, passavam o inverno no planalto, se alimentando do pinhão. No verão migravam para os vales, reunindo-se em torno de grandes acampamentos, construídos em semicírculos, em cuja praça central realizavam rituais, casamentos, ritos funerários e confraternizações. Nestas ocasiões, os jovens passavam por rituais de iniciação: os meninos entre três a cinco anos, tinham os lábios inferiores furados para a incisão de um adorno de madeira, o *botoque* (costume que originou a denominação "botocudos" aos Xokleng dada pelos europeus). As meninas, também entre três e cinco anos, recebiam uma tatuagem na perna esquerda abaixo da rótula. Terminada esta estação cerimonial, desfaziam o grande acampamento e em pequenos grupos retornavam para o planalto no inverno em busca dos pinhões como fonte de sobrevivência. Apesar de viverem em regiões ricas em rios, estranhamente não tinham canoas nem adotavam peixes na alimentação<sup>4</sup>.

A posse de armas de fogo resultou em favor dos colonos, ao enfrentarem os Xokleng, que dispunham apenas de arcos e flechas feitos de madeira e ponta de pedra polida para se defenderem. O médico alemão residente em Blumenau, Hugo Gensch, calculou em 1908 que desde 1852, quando ocorreu o primeiro confronto, haviam sido vitimados cerca de 40 colonos para várias centenas de Xokleng mortos<sup>5</sup>. Este número, com certeza, passou de milhares, até o final dos conflitos, em 1914, quando os últimos sobreviventes dos Xokleng se renderam e foram confinados na Terra Indígena Duque de Caxias, atual Município de José Boiteux.



Embora em visível desvantagem nas armas, os Xokleng tinham em seu favor o conhecimento milenar do ambiente, atacando os europeus no sistema de guerrilhas, aparecendo e desaparecendo em meio às matas com muita agilidade e desenvoltura. Para pôr fim aos conflitos, o Governo do Estado cedeu às solicitações dos Diretores das Colônias Brusque e Blumenau, que exigiam a captura dos índios com o objetivo de proteger os colonos, como evidencia a fala do Presidente da Província de Santa Catarina em 1857:

Empregar para com eles a brandura e o sofrimento é aumentar e acoroçar a barbaridade com grave prejuízo da civilização, é proteger o roubo contra o trabalho e a propriedade. Cada vez mais me convenço da conveniência, senão da necessidade da força, de os ir buscar às matas, e conduzi-los aos povoados ou a lugares onde não possam voltar a elas. Assim livraremos os nossos lavradores desses assassinos e tornaremos pelo menos os filhos desses bárbaros bons cidadãos<sup>6</sup>.

Na visão das autoridades e colonos, os nativos representavam "*grave prejuízo da civilização*", pois constituíam obstáculo ao progresso econômico da colonização. Fazia-se necessário, portanto, que o estado fosse "buscar às matas" estes "bárbaros", restando como consolo a possibilidade de incorporar as crianças indígenas à civilização.

Com este objetivo foi criada em 1836 a **Companhia de Pedestres**, uma guarda armada que tinha por objetivos:

Proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos. Fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los<sup>7</sup>.

Em 1836, o Presidente da Província de Santa Catarina, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, deu ordens ao Major da Guarda Nacional, Agostinho Alves Ramos, maior liderança política do então Distrito de Itajaí, para que: "fizesse correr os matos, e empregasse os meios convenientes para obstar as malfeitorias destes gentios ferozes"<sup>8</sup>.

A insistência com que os Presidentes da Província de Santa Catarina se referiram às ações destinadas a combater os "bugres" no Distrito de Itajaí demonstram terem ocorrido neste distrito sérios conflitos entre os Xokleng e os colonos nas décadas de 1830-40, ainda antes da fundação das colônias Blumenau (1850) e Brusque (1860). "Para animar os moradores de Itajaí, aterrorizados com a aparição de bugres, autorizei o chamamento de uma força de guardas"<sup>9</sup>. Em outro pronunciamento datado de 1850, Coutinho confirmou a existência de trinta e um homens na Companhia de Pedestres para atuar em toda a Província de Santa Catarina, sendo que destes, dez atuavam em Itajaí, o que demonstra a gravidade dos conflitos entre colonos europeus e os Xokleng neste distrito<sup>10</sup>. Em 1857, a Companhia já contava com 70 homens, mas ainda este número se mostrava insuficiente para proteger os colonos, que a cada dia chegavam em maior número vindos do norte da Europa, especialmente Itália, Alemanha e Áustria.

Note-se que neste primeiro momento as estratégias governamentais propunham

apenas perseguir os gentios (índios) e, somente em caso extremo, tirar-lhes a vida. No entanto, este procedimento se mostrou ineficaz, face às táticas adotadas pelos Xokleng, que agiam por meio de assaltos inesperados, emboscadas, ataques repentinos saindo e entrando na floresta sem serem vistos e sem deixar rastros, pois conheciam como ninguém o território habitado por sucessivas gerações que os antecederam.

A fundação das Colônias Blumenau, em 1850, e Brusque, em 1860, atraiu imigrantes de várias nacionalidades, mas o maior número veio da Alemanha, Áustria e Itália. A ocupação das terras ao longo do Vale do Itajaí, utilizadas pelos Xokleng, havia 4 mil anos como tradicionais territórios de caça e coleta de alimentos, acirrou ainda mais os conflitos com os colonos.

Em 1879 o Governo Provincial extinguiu a Companhia de Pedestres, alegando-se falta de recursos para a manutenção da tropa, mas, na verdade, o Governo estava desativando-a em função do fracasso na missão de proteger os colonos. A ausência de estradas transitáveis através de um território muito extenso exigia a passagem por meio de picadas em meio às florestas, o que facilitava a ação dos Xokleng em defesa de seus territórios de caça, coleta de pinhões e mel.

O principal alvo dos nativos em suas investidas contra os colonos era a obtenção de instrumentos de ferro: machados, facões, enxadas e tecidos, objetos estes desconhecidos pelos Xokleng, que construía seus utensílios utilizando técnicas de pedras polidas. Alguns instrumentos de metal roubados dos colonos eram trabalhados até serem convertidos em pontas de flechas, num trabalho que poderia consumir meses, pois eram malhados a frio<sup>11</sup>.

O fracasso da Companhia de Pedestres levou à mudança de estratégia por parte dos colonos e do Governo da então Província de Santa Catarina; ao invés de investirem na defesa de possíveis ataques indígenas, passaram à posição ofensiva, ao extermínio puro e simples. Grupos de homens armados, os "batedores do mato" ou "bugreiros", foram contratados pelos colonos com apoio do Governo Provincial objetivando adentrar às matas para exterminar os Xokleng até o último indivíduo.

Um "genocídio" sem precedentes na história de Santa Catarina foi conduzido pelas autoridades das colônias em parceria com o Governo da Província e depois Estado de Santa Catarina:

O espírito humano tem certas exigências e o colono precisava ver no índio um animal feroz para poder caçá-lo com a consciência tranquila. A ele não se aplicavam as atitudes humanas, sentimentais, que aquela mesma gente demonstrava de tantos outros modos. O coro era praticamente unânime e ainda reforçado por jornais, como o tristemente célebre *Urwaldbote*, de Blumenau, que pregava diariamente a chacina, demonstrando que os índios eram incapazes de evolução e, diante de uma raça superior capaz de construir uma civilização naquelas matas, tinham mesmo de ser exterminados<sup>12</sup>.

Para Eugen Fouquet, redator do *Jornal Urwaldbote*, os índios eram um entrave à modernidade, cuja expressão máxima em Blumenau, no início do século XX, era a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina:

Aqui, para que se possam assentar as dormentes, é necessário um trabalho custoso, a saber: derrubar o mato, construir pontes, cavoucar pedras, desaguar planícies, e tudo isso acompanhado da luta contra animais perigosos e contra os primitivos senhores da terra, os índios que recuam diante da cultura<sup>13</sup>.

O extermínio Xokleng a partir da ação dos "bugreiros", ou "caçadores de índios", foi constante desde a segunda metade do século XIX até início do século XX, mas foi entre os anos de 1904 a 1912 que ganhou caráter de genocídio, ou seja, passou a realizar-se de maneira sistemática, planejada e financiada com recursos públicos. Não mais se tratava da defesa dos colonos, mas da eliminação de toda a população nativa que anteriormente ocupava o território e que a partir de então destinava-se ao assentamento dos colonos imigrantes.

Os bugreiros eram grupos armados formados por particulares que já haviam adquirido algum conhecimento do modo de vida dos Xokleng em função de suas atividades profissionais como vaqueiros ou capatazes de fazendas. Pagos inicialmente pelos próprios colonos, logo passaram a ser financiados pelo Governo do Estado, que os pagava de acordo com o número de "orelhas" de índios assassinados que eram apresentadas como "provas" do "trabalho" realizado.

O grupo era chefiado por um indivíduo mais experiente. O mais conhecido foi Martinho Marcelino de Jesus, o "Martinho Bugreiro", nascido em 1876, em Bom Retiro, no Sul do Estado. Martinho ficou tristemente célebre pela extrema crueldade com que executava suas vítimas.

A principal tática dos bugreiros era atacar os índios enquanto dormiam, geralmente após noites em que realizavam rituais e permaneciam acordados até altas horas da madrugada. Pegos de surpresa, sonolentos e ainda meio embriagados da festa, tinham poucas chances de reação. Darcy Ribeiro publicou parte de um relatório, escrito por Eduardo Hoerhann, sobre a ação dos bugreiros que:

Seguem as picadas dos índios, descobrem os ranchos e, sem conversarem, sem fumarem, aguardam a hora propícia. É quando o dia está para nascer que dão o assalto. O primeiro cuidado é cortar as cordas dos arcos. Depois praticam o morticínio. Compreende-se que os índios, acordados a tiros e a facão, nem procuram se defender e toda a heroicidade dos assaltantes consiste em cortar carne inerte de homens acordados de surpresa. Depois das batidas dividem-se os despojos que são vendidos a quem mais der, entre eles os troféus de combate e as crianças apressadas<sup>14</sup>.

O relato mais comovente da crueldade aplicada pelos bugreiros nos momentos de ataques às aldeias Xokleng chegou até os dias atuais graças às memórias coletadas de uma criança Xokleng capturada aos 12 anos de idade após o massacre de sua aldeia. A adolescente, chamada Korikrã, e posteriormente batizada como Maria Gensch, foi adotada pelo médico Hugo Gensch residente em Blumenau. Hugo e sua esposa educaram Korikrã por acreditarem ser possível através da educação introduzir os "silvícolas" na sociedade civilizada. Sua atitude gerou protestos de vários membros da colônia alemã de Blumenau, especialmente de Eugen Fouquet, assumido defensor do extermínio indígena como solução para o fim dos conflitos e para o progresso. Eis o depoimento



da menina Korikrã, relatado por seu pai adotivo em uma monografia apresentada no XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena, no ano de 1908. Foi exatamente neste encontro científico que Gensch apresentou uma monografia que denunciava o genocídio dos índios nesta região longínqua e propõe a “civilização” de crianças indígenas, através da educação, relatando seu próprio caso.

Logo compreendemos que ela queria informar-nos sobre o massacre de índios, em cuja decorrência ela foi capturada. Ela demonstrou primeiro nela mesma os horrores que aconteceram a sua tribo, acompanhando a representação, imitando os respectivos ruídos, em tons guturais, onopatoéticos. Encenando a degolação, ela imitava o barulho do sangue, jorrando dos cortes e, demonstrando como os algozes rasgavam os ventres dos índios fez, com insuperável dom de imitação, os ruídos da destripação, dos choques destas partes moles do corpo com o chão. Ela imitou as facadas frenéticas dos agressores nos índios cambaleantes e sonolentos após uma noite de festança, a disparada louca daqueles que procuravam salvar-se pela fuga, e como os bugreiros aplicaram facadas nos mesmos, pelas costas. Demonstrou como tiraram os olhos, cortaram narizes, orelhas e lábios, e deceparam membro por membro de sua gente. [...] Quando ela já sabia manifestar-se em alemão, disse repetidas vezes à minha senhora: “mamãe, vocês não podem supor que eu vim com gosto para junto de vocês. Não! Mas vocês todos são tão bons para comigo. Jamais, entretanto, eu poderia esquecer o que me aconteceu, e durante a noite vem sempre a minha mãe, de pescoço cortado, e mostra-me o meu irmãozinho, que foi retalhado em pedaços. Vem também meu irmão Junvégma cantar para mim. De manhã, entretanto, quando eu acordo, eles não estão mais aqui, e eu não tenho mais ninguém, só vocês”<sup>15</sup>.

O genocídio Xokleng assumiu proporções tão desastrosas que em 1906 o naturalista tcheco, Albert Vojtech Fric, veio a Santa Catarina com o objetivo de tentar impedir o extermínio. Em 1908 expôs os resultados de seus estudos no XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena. Após suas veementes denúncias no Congresso, Fric perdeu os vínculos com o Museu Real Etnográfico de Berlim e com o Museu Etnográfico de Hamburgo. “Tudo indica que isto aconteceu por pressões exercidas pelas companhias de colonização alemãs que atuavam em Santa Catarina”<sup>16</sup>.

### **As Crianças Xokleng em Itajaí**

Nas inúmeras expedições de “caça aos índios” Xokleng, os bugreiros capturavam crianças e adolescentes entre 5 a 15 anos, levando-os para as vilas e cidades próximas aos locais onde ocorreram as chacinas. Amarradas umas às outras em fila indiana, caminhavam longas jornadas, tratadas como animais, para serem expostas em locais públicos nas vilas ou cidades por onde passavam os bugreiros. A bibliografia referente ao tema dá mais atenção a alguns casos esporádicos de crianças Xokleng entregues para adoção à instituições religiosas, como foi o caso de Korikrã<sup>17</sup>, adotada por Hugo Gensch em Blumenau, Francisco Topp, adotado pelo Monsenhor Topp em Florianópolis<sup>18</sup> e Luca Mõa, adotada por Eduard Deucher em Bom Retiro no sul do Estado<sup>19</sup>, pois para estes casos houve registros escritos. No entanto, tem-se multiplicado nos últimos anos inúmeros relatos de pessoas que se dizem descendentes de crianças Xokleng incorporadas à civilização após o extermínio de suas tribos. O número destas crianças foi muito maior do que os registrados pela historiografia até o momento.



Na área rural de Itajaí, muitas crianças capturadas por bugreiros foram adotadas por famílias de colonos e com elas persistiram as memórias do processo de assimilação à cultura do colonizador. Há atualmente centenas de indivíduos no bairro rural de Itaipava e em toda a região rural de Itajaí que resultaram deste processo de miscigenação entre adolescentes Xokleng e colonos, ocorrido no início do século XX.

Na vasta região rural de Itajaí, que abrange cerca de 75% do Município, muitas pessoas ainda guardam memórias que remetem aos primeiros contatos entre os Xokleng e os colonizadores italianos e alemães. É o caso da sra. Zélia Galm da Silva, 75 anos, moradora do bairro rural de Quilômetro Doze desde que nasceu. Sua família habita a região há mais de 5 gerações, cerca de 150 anos.

Na fotografia ao lado, vemos Paulo Galm, colono alemão, e sua esposa Adelina da Luz, filha de uma criança Xokleng capturada por bugreiros. Do lado da mãe com a boneca nos braços está D. Zélia. Abaixo: Adão e Doroti. Perceba as feições indígenas em Adão e na mãe, Adelina. Adelina era filha de Marcolina de Aviz que, segundo memórias transmitidas na família há quatro gerações, foi capturada numa expedição de bugreiros. De acordo com a sra. Zélia Galm da Silva, sua avó, Marcolina, foi capturada quando estava perdida no meio da mata depois que sua tribo foi exterminada pelos "caçadores de índios". Marcolina foi o nome de batismo que ganhou ao ser adotada por um indivíduo que morava numa comunidade denominada Quilômetro Doze, interior de Itajaí.





*Família da Sra Zélia Galm da  
Silva, Quilômetro Doze, 1945.*

*Fonte: Acervo pessoal da sra. Zélia Galm da Silva*

Em suas memórias, D. Zélia fala de uma menina com aproximadamente 8 anos de idade. No momento em que foi capturada encontrava-se em cima de uma árvore, escondida e muito assustada, com seu arco e flecha armado, pronto para atirar no bugreiro que a localizou. Foi laçada e capturada pelo bugreiro, sendo em seguida amarrada com outras crianças. Conduzida até o povoado mais próximo, foi deixada sob os cuidados de uma família que a amparou. Inicialmente, a menina teve de ser amarrada ao pé da mesa da cozinha, pois mostrava-se muito agressiva e tinha o hábito de morder as pessoas que procuravam aproximar-se, tentando fugir para a mata. Passaram-se cerca



de três anos até que Marcolina se habituou aos costumes dos colonizadores, casando-se aos 12 anos com Pedro Geremias, um morador da comunidade de Quilômetro Doze<sup>20</sup>.

Embora incorporada à civilização, Marcolina comportava-se, em certas ocasiões, com extrema violência, como que demonstrando aos membros da sociedade que a tinham arrancado do seio de sua família tribal sua revolta incontrolada pelos horrores do extermínio de seu povo. Certa ocasião, já na idade adulta, foi contratada por uma vizinha, velha amiga sua, para confeccionar um vestido. Tendo realizado o trabalho, o vestido estava pronto à espera da amiga para que levasse a encomenda. No dia marcado a amiga apareceu, demonstrando-se muito satisfeita com o resultado, pois Marcolina era ótima costureira. No entanto, ao ouvir da amiga a solicitação das sobras do tecido que lhe havia sido entregue para a confecção do vestido, Marcolina explodiu em cólera e armou-se de uma tesoura que estava próxima, passando a perseguir a amiga freneticamente para atingi-la. Felizmente nada aconteceu, pois a amiga saiu em disparada, saltando sobre cercas e valas até abrigar-se na casa de um conhecido. Marcolina nunca mais se reconciliou com a amiga que, no leito de morte, suplicou seu perdão. Mas foi inútil.

O antropólogo Flávio Braune Wiik escreveu sobre o comportamento dos Xokleng remanescentes na Terra Indígena de Ibirama:

Os Xokleng continuaram agindo de forma a dar sentido, criar novos meios e produzir uma gama de elementos simbólicos, de práticas corporais e de ideologias sobre corporalidade, que os mantiveram vivos e auto identificados como sendo uma sociedade singular<sup>21</sup>.

Toda a descendência de Marcolina: sua filha Adelina, sua neta Zélia e bisneta Cássia, cujas histórias, se narradas, extrapolariam as dimensões deste artigo, revelam comportamentos agressivos e patológicos, aparentemente sem explicação imediata, cuja origem encontram-se no trauma do extermínio vivenciado por Marcolina e transmitido através das gerações de seus descendentes. A pesquisa deste processo pretendemos fazer em um trabalho mais minucioso e detalhado a ser desenvolvido num futuro breve, esperamos.

Para a compreensão deste fenômeno etno-histórico, o diálogo teórico com a psicanálise pode revelar nuances até então desconhecidos da relação intertemporal entre passado e presente, pois:

A psicanálise articula-se a partir de um processo que é o núcleo da descoberta freudiana: o retorno do reprimido. Esse 'mecanismo' utiliza uma concepção de tempo e da memória; nesse caso, a consciência é, simultaneamente, a máscara ilusória e o vestígio efetivo de acontecimentos que organizam o presente. Se o passado (ao ter lugar e forma em momento decisivo no decorrer de uma crise) é reprimido, ele retorna, mas sub-repticiamente, ao presente do qual havia sido excluído<sup>22</sup>.

## Notas

1URBAN, Greg. Interpretation of inter-cultural contact : the Shokleng and Brazilian national society 1914-1916. Ethnohistory, s.l. : s.ed., v. 32, n. 3, p. 224-44, 1985.

- 2HENRY, Jules. *Jungle people : a Kaingang tribe of the highlands of Brazil*. New York : Vintage Books, 1964. 216 p.
- 3URBAN, Greg. Interpretation of inter-cultural contact : the Shokleng and Brazilian national society 1914-1916. *Ethnohistory*, s.l. : s.ed., v. 32, n. 3, p. 224-44, 1985.
- 4RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 128-129.
- 5GENSCH, Hugo. Die Erziehung eines Indianerkindes. Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage. Berlim. Druck von Gebr. Unger, 1908. Esta monografia foi traduzida do idioma alemão sob o título "A educação de uma menina indígena: colaboração para a solução do problema dos índios". Exemplar único e manuscrito. Op.cit, WITTMANN, Luisa Tombini. **Atos do contato**: histórias do Povo Indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850/1926). 2005. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) -Unicamp,[2005].p. 75.
- 6COUTINHO, João José. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura da sua sessão ordinária em 1857.
- 7SILVA, José Ferreira da. "Itajaí: a fundação e o fundador". *Blumenau em Cadernos*, tomo VIII, nº 9/10, Blumenau, 1967, p. 168. Apud SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., p. 66.
- 8CAVALCANTI, José Mariano de Albuquerque. Relatório do presidente da província de Santa Catarina à assembleia legislativa provincial, no ato de abertura da 2ª sessão, em 5/4/1836.
- 9BRITO, Antero José Ferreira de. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembleia Legislativa, na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1841.
- 10COUTINHO, João José. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura da sua sessão ordinária em 1 de março de 1850.
- 11RIBEIRO, Darcy. Op, cit, p. 318-320.
- 12RIBEIRO, Darcy. Op, cit. p.128-129.
- 13Jornal Der Urwaldsbote. Blumenau. 25/09/1910.
- 14RIBEIRO, Op, cit, p.110.
- 15GENSCH, Hugo. Die Erziehung eines Indianerkindes. Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage. Berlim. Druck von Gebr. Unger, 1908. Esta monografia foi traduzida do idioma alemão sob o título "A educação de uma menina indígena: colaboração para a solução do problema dos índios". Exemplar único e manuscrito. Apud WITTMANN, L. Tombini. **Atos do contato**: histórias do Povo Indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850/1926). 2005. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) -Unicamp,[2005].p 101.
- 16SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os índios Xokleng: memória visual. – Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajaí]: Ed. da UNIVALI, 1997, p. 30.
- 17WITTMANN, Luisa Tombini. **Atos do contato**: histórias do Povo Indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850/1926). 2005. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) -Unicamp,[2005].p. 100-105.
- 18SCHADEN, Francisco. "Os índios do Estado de Santa Catarina". *Atualidades*, nº 5, Florianópolis, 1946. Apud SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., 1973, p. 193.
- 19LINS, Dário. *Bom Retiro, os senhores das Terras: o bugres*. Revista História Catarina. nº 23, set./2010, p.25-28.
- 20SILVA, Zélia Galm (70). Entrevista concedida ao autor em 10 de junho de 1998. Quilômetro Doze, Itajaí, SC.
- 21WIIK, Flávio Braune. Doenças e Transformação Sócio cultural entre os Índios Xokleng. Universidade de Chicago, NESI/PPGAS/UFSC, p. 10. Disponível em <<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/braune.rtf>>> Acesso em 31 de agosto de 2012.
- 22DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.- (coleção História e Historiografia; 3), p.71.

## BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DE ITAJAÍ: Períodos Históricos

Magru Floriano

*Autor dos livros Itajaí em chamas e Quem escreve em Itajaí, colaborando com diversas edições do Anuário histórico de Itajaí. Foi diretor da Casa da Cultura Dide Brandão, presidente da AAMHAPI - Associação dos Amigos do Museu Histórico e Arquivo Público de Itajaí, APESI - Associação dos Professores da Univali, CIITA - Clube da Imprensa de Itajaí, AIL - Academia Itajaiense de Letras.*

**B**EM POUCO SE TEM ESCRITO SOBRE OS PRIMÓRDIOS da história de Itajaí. Visando contribuir para o preenchimento dessa lacuna na nossa literatura, nos propomos a escrever uma série de artigos sobre o tema. O primeiro deles tenta estabelecer os "períodos históricos" que compõem o processo de formação do Município de Itajaí, bem como suas respectivas "fases". Podemos dividir nossa história em cinco períodos:

1 - período nativo: 1.1 - Primeira fase: povos sambaquianos; 1.1 - Segunda fase: Tupi. 2 - período de ocupação espontânea: 2.1 - Primeira fase: antes da Invasão Espanhola; 2.2 - Segunda fase: depois da Invasão Espanhola. 3 - período de ocupação colonial: 3.1 - Primeira fase: sistema misto; 3.2 - Segunda fase: sistema colonial integrado. 4 - período da autonomia: 4.1 - Primeira fase: autonomia político-administrativa; 4.2 - Segunda fase: porto público (federal). 5 - período metropolitano.

### 1 - Período Nativo

Podemos dividir o "período nativo" em duas grandes fases: povos sambaquianos e grupos Tupi-Tapuias.

#### 1.1 - Povos sambaquianos

A primeira fase do Período Nativo é composta pela passagem em nosso território de povos sambaquianos **nômades** descendentes de diversas "tradições" tais como: "tradição Ibicui" - estabelecida na região da Bacia do Rio Uruguai há 13 mil anos a.C; tradição Humaitá - estabelecida a partir da região de São Paulo há 4.500 a.C. Os estudiosos aceitam a tese de que essas tradições tenham incorporado atividades agrícolas e de confecção de cerâmica próximas a 1.500 a.C. Há possibilidade dessas duas

grandes “tradições” terem dado origem a outras manifestações culturais encontradas nos sambaquis de nossa região, como é o caso da “tradição Itararé”. Contudo, vale o alerta no sentido de que muito há ainda para se pesquisar sobre nossa pré-história.

Na Região do Vale do Itajaí já foram encontrados importantes sambaquis perfazendo um total próximo a uma centena. Vamos fazer um breve resumo dos sambaquis mais próximos de Itajaí, considerando a obra do arqueólogo Darlan Pereira Cordeiro:

A – Sambaqui Gaspar I (Município de Gaspar) - sua datação está próxima de 5 mil anos A.P. O material desse sambaqui foi coletado pelo historiador Walter Piazza e está guardado no Museu do Homem de Sambaqui – Florianópolis.

B – Salto Alto (Município de Brusque) – sítio pré-cerâmico com cerca de 300 metros quadrados. Está localizado em terreno de morraria.

C – Sambaqui Laranjeiras I (Município de Balneário Camboriú) – explorado pelo padre João Alfredo Rohr em 1979 e tem características de sítios pré-cerâmicos. Ali foram recuperados 52 sepultamentos e tem datação entre 3.815 e 145 anos A.P. Estava localizado na morraria que cerca a Praia das Laranjeiras e ficou mais protegido do público.

D – Sambaqui Laranjeiras II (Município de Balneário Camboriú) – é um sítio com características da tradição itararé litorâneo. Datação entre 800 e 1300 anos A.P. Foi explorada pelo padre Rohr entre 1977 e 1978. Ele estava localizado defronte à Praia das Laranjeiras com o mar batendo à sua franja nas marés altas e ressacas. Foram encontrados 114 sepultamentos e retiradas 2.308 peças de pedra, como: talhadores, lâminas de machados, esmagadores, facas, raspadores, pesos-de-rede. Entre os objetos feitos de ossos temos: ossos apontados, agulhas, anzóis, espátulas.

E – Sambaqui Balneário de Cabeçudas (Município de Itajaí) – Foi explorado pelo padre João Alfredo Rohr em 1971. Foi localizado por acaso quando a diretoria do Iate Clube Cabeçudas resolveu construir um anexo a sua tradicional sede. Ficava a poucos metros da prainha que o Iate utilizava como rampa para retirar e colocar seus barcos na água. Foram encontrados fragmentos da **tradição cerâmica Itararé** e sua idade calculada não deve ultrapassar 1.500 anos A.P. Foram encontrados 56 esqueletos, quatro machados polidos de pedra, vinte pontas de flechas feitas de osso, objetos de adorno confeccionados com conchas, ossos e pedras. O material recolhido está no Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense - Florianópolis).

F – Sambaqui da Canhanduba (Município de Itajaí) – encontrados pelos arqueólogos Maria Madalena Velho do Amaral e Osvaldo Paulino da Silva em 1996 às margens da BR-101. O sítio ficou muito deteriorado porque parte significativa do material foi retirada para a produção de cal.

G – Sambaqui Itaipava I (Município de Itajaí) – ele foi completamente deteriorado. Fica dentro de uma plantação de milho na localidade rural de Itaipava.

H – Sambaqui Itaipava II (Município de Itajaí) – foi descoberto por acaso em 1987 pelos próprios moradores do local que queriam coletar argila para as olarias. Fica próximo ao Rio Itajaí-Mirim e era considerado local assombrado pelos moradores mais antigos.

I – Sambaqui Morro da Cruz (Município de Itajaí) – Gustavo Konder dá testemunho que sua curiosidade de criança foi aguçada pela constatação de existir muitas conchas na encosta do Morro da Cruz, local bastante distante do Mar. Esse sambaqui teria sido totalmente destruído para servir de matéria prima para fabrica de cal.

Até hoje os estudiosos não conseguiram detectar o elo perdido entre essas civilizações pré-históricas e os nativos encontrados durante o período do “descobrimento”. Provavelmente ocorreu um longo período de aculturação de “tradições”, através do contato bélico, até chegar à predominância dos grupos encontrados no litoral brasileiro pelos portugueses em 1.500 d.C: Potiguar, Tremembé (Litoral Norte); Tabajara, Caeté, Tupinambá, Aimoré (Litoral Norte-Nordeste); Tupiniquim, Temiminó, Goitacá, Tupinambá, Tamoio (Litoral Sudeste); Carijós (Litoral Sul). Muitos consideram os tupinambás como “pai de todos” ou “o povo Tupi por excelência”.

## 1.2 – fase Tupi

A segunda fase do “período nativo” é composta pela passagem em nosso território de nativos pertencentes a diversos grupos Carijós (Tupi) e Xokleng (Tapuia). Na medida em que os Carijós foram sendo expulsos, mortos ou escravizados pelas “bandeiras”, a região foi sendo visitada por pequenos grupos de Xokleng que desciam a serra também pressionados pela ocupação da civilização branca dos campos altos de Santa Catarina.

Os Carijós habitavam um vasto território, mais próximo da costa, entre Cananéia (São Paulo) e a Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul). Foram considerados por diversos exploradores e viajantes como “O melhor gentio da costa” brasileira. Por não terem se oposto à catequese e o contato direto com a civilização branca, foram presas fáceis para os bandeirantes escravocratas. Estima-se que os Carijós chegaram a formar um contingente próximo a 100 mil nativos.

Visando proteger os nativos da escravidão imposta pelos bandeirantes oriundos da Capitania de São Vicente (São Paulo) os Jesuítas promoveram, entre 1610 e 1750, a reunião de grande contingente em “reduções”. Nesse período temos quatro grandes núcleos de reduções de nativos na América do Sul:

1 – **Guairá** (Paraná, São Paulo). Abrigava 13 reduções a partir de 1610. Foi destruída em sucessivas guerras dos bandeirantes entre 1628 e 1632. Os bandeirantes fizeram cerca de 100 mil escravos.

2 – **Itatim** (Mato Grosso do Sul e Paraguai) Abrigava 13 reduções e foi erguida por volta de 1631 e atacadas por bandeirantes a partir de 1633, logrando obter cerca de 15 mil novos escravos.

3 – **Tape** (região central do Rio Grande do Sul). Abrigava 18 reduções, destruídas a partir de 1636 pelos bandeirantes Raposo Tavares e Fernão Dias com a escravidão de 60 mil guarani;

4 - **Paraná-Uruguaí** (extremo oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de parte do Paraguai e Argentina). Formada a partir de 1670 por 30 povos guaranis, ela foi abandonada quando da expulsão dos jesuítas em 1759.

Sobre o extermínio e escravidão dos nativos no Sul do Brasil diz Eduardo Bueno:

A máquina escravista aperfeiçoada pelos bandeirantes começou a operar em larga escala a partir de agosto de 1627, quando Manuel Preto e Raposo Tavares partiram rumo ao Guairá. Com sua espantosa tropa de dois mil índios (talvez temiminó), novecentos mamelucos e 69 paulistas, o jovem Raposo e o septuagenário Preto Chegaram às margens do rio Tibagi no dia 8 de setembro. De início, agiram com cautela já que, embora estivessem acostumados a capturar indígenas na região, aquele seria o primeiro ataque a uma redução jesuítica.

Portanto, quando a civilização branca iniciou a colonização no litoral catarinense praticamente não temos mais nativos na região. Primeiro eles foram recolhidos (interiorizados) nas “reduções” patrocinadas pelos jesuítas e aculturados; depois, escravizados ou mortos pelos bandeirantes. Pequenos grupos formados por sobreviventes das reduções ou fugitivos da guerra direta com os bandeirantes foram tudo o que restou no nosso litoral. Vale ressaltar que esses grupos sobreviventes acabaram tendo de enfrentar, a partir das primeiras décadas do século XIX (1.800), os imigrantes europeus que aqui chegaram durante o ciclo de colonização que atingiu todas as terras de Santa Catarina.

Temos poucas referências sobre as atividades desenvolvidas pelos bandeirantes no litoral de Itajaí. Segundo nos relata o escritor itajaiense Nemésio Heusi no livro **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance** há certeza histórica sobre a passagem de duas Bandeiras Vicentistas em nosso território. A Bandeira de Francisco Dias Velhos parte de Santos em 1662 e segue até a Ilha de Santa Catarina. A Bandeira de Domingos de Brito Peixoto, em 1684, segue até Laguna. As Bandeiras funcionavam como uma verdadeira varredura sobre o nosso território de sorte a não sobrar muitos nativos livres que sustentassem por período prolongado suas tradições. Autores chegam a considerar a completa desocupação do território do litoral de Itajaí **já no século XVII** (1600).

## **2 - Período de Ocupação Espontânea**

Podemos utilizar a Invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina como referência para estudarmos a ocupação do Vale do Itajaí nesse período. A disputa por terras mais ao sul do continente americano entre Portugal e Espanha vinha se desenvolvendo há séculos. Os diversos tratados, incluindo o Tratado de Tordesilhas, são provas dessa guerra de escaramuças entre as duas nações ibéricas.

### **2.1 - Primeira fase: antes da Invasão Espanhol**

Sobre os primeiros habitantes brancos temos a informação de que João Dias de Arzão requereu sesmaria em região próxima da foz do Rio Itajaí no ano de 1658. Vale ressaltar que o pedido oficial de concessão de sesmaria ocorre sobre terra de São Francisco do sul, município que João Dias de Arzão ajudou na fundação com o vicentista Manoel Lourenço de Andrade.

Afonso Luiz da Silva publicou no seu livro **Itajaí de ontem e de hoje** uma listagem dos primeiros povoadores que receberam concessões de sesmarias às margens do Rio Itajaí e seus afluentes (entre a Foz e a localidade de Tabuleiro). Ele promoveu pesquisa no Arquivo Nacional obtendo o seguinte resultado:

**1792** – Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho (Fazenda), Domingos Francisco de Souza, Francisco José Ferreira da Rocha Gil, Manoél Francisco da Costa, Manoél Teixeira de Souza. **1793** – Joaquim Manoél da Costa Lobo, Manoel Fernandes Lessa. **1794** – José Corrêa, Matias Dias de Arzão, silvestre Nunes Leal Corrêa. **1795** – Manoel da Costa Fraga. **1799** – Joaquim Francisco de Sales e Melo, Manoel José Diniz. **1800** – Domingos Luiz do Livramento. **1802** – Antônio Bernardino da Costa. **1803** – Joaquim José Pereira. **1811** – Domingos Francisco de Souza Coutinho.

Nesse período os brancos que chegavam à região tinham motivações individuais, não participando de quaisquer projetos organizados por grupos, empresas colonizadoras ou governos nacionais. A principal motivação que trazia essas pessoas ao Vale do Itajaí era a atividade mineradora, principalmente a busca de ouro e prata. Muitos chegaram à região trazidos pela Lenda do Monte Tayó, que alimentava o imaginário coletivo desde o início do século XVII sobre a existência de jazidas de ouro e prata no Rio Itajaí.

## 2.2 – Segunda fase: depois da Invasão Espanhola

A população de todo o Litoral Norte catarinense aumentou substantivamente após a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina no ano de 1777. Muita gente deixou a Ilha de Santa Catarina e seus arredores, povoando o Litoral Norte. Os portugueses que exploravam a caça da baleia na Armação da Piedade, por exemplo, transferiram toda sua indústria para a Armação de Itapocoróy. Essa atividade econômica trouxe muita riqueza para a região e um contingente expressivo de operários, pescadores, escravos e comerciantes. Quando a atividade da caça à baleia começou a declinar, na primeira metade do século XIX, essa população se dispersou por todo o Litoral Norte, inclusive Itajaí.

Também ocorreu uma dispersão intensa na colônia alemã de São Pedro de Alcântara. Os imigrantes ficaram extremamente insatisfeitos, primeiro com a forma como a terra fora distribuída pelo governo provincial, depois, pelos próprios rendimentos obtidos com o trabalho da terra. A ameaça espanhola foi a gota d'água para muitos imigrantes. A partir de São Pedro de Alcântara muitos alemães ocuparam terras no Vale do Rio Tijucas e Vale do Rio Itajaí.

## 3 – Período de Ocupação Colonial

Até esse momento da história do Vale do Itajaí temos ocupação de forma desordenada, individual e espontânea. A partir daqui, teremos ações projetadas visando à ocupação racional do Vale do Itajaí.

### 3.1 - Primeira fase: sistema misto

Quem traz ao Vale o conceito inovador de Colônia é Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond. Em 1820 o jovem diplomata Vasconcelos Drumond deixa o Rio



de Janeiro para montar às margens do Rio Itajaí-Mirim a primeira colônia no Vale do Itajaí. Para tanto, não pode contar com contingente de imigrantes vindo diretamente para esse fim (como Van Lede em Ilhota), mas aproveitou soldados, caboclos e gente que já estava “à deriva” na região. Chegou a cogitar o “uso” de presos gaúchos para ocupar as terras a ele destinadas no Itajaí-Mirim.

Vamos considerar esse esforço de Vasconcelos Drumond como “misto” porque ele chegou à região com duas missões declaradas: formar uma colônia e encontrar o lendário Monte Tayó. Portanto, Drummond abriu uma porta para o futuro tentando montar uma colônia utilizando gente já estabelecida nas terras litorâneas de Santa Catarina, ao mesmo tempo que manteve um pé no passado, dando asas à imaginação sobre a existência do lendário Monte Tayo, principal motivação de muitos faiscadores que andaram por nossa terra desde os primórdios da civilização branca. Acabou não conseguindo nem uma coisa, nem outra, retornando ao Rio de Janeiro.

Um pouco dessa mentalidade intermediária entre duas propostas diferenciadas de ocupação do território ainda podemos ver em alguns imigrantes que ocuparam terras no Rio Itajaí-Mirim, quando da implantação das colônias Brusque e Príncipe Dom Pedro. Mas o espírito que prevalecia era a da produção de gêneros alimentícios, retirada de madeira, manufatura e sua respectiva comercialização. A colonização se qualificava como um esforço ordenado na ocupação do território visando à produção, troca e comercialização.

### 3.2 - Segunda fase: sistema colonial integrado

A segunda fase do Período de Ocupação Colonial tem como característica a integração de esforços e meios, privados e públicos, para viabilizar a ocupação efetiva do nosso território. Nesse período tiveram participações efetivas o comerciante Agostinho Alves Ramos e o proprietário de terras José Henrique Flores.

Vale ressaltar que Agostinho Alves Ramos não foi pioneiro em nada. O conceito de colônia foi trazido por Vasconcelos Drumond. A primeira casa comercial estabelecida na região da Foz do Rio Itajaí provavelmente tenha sido aquela de propriedade do comerciante do Desterro - Francisco Lourenço da Costa. Ao solicitar uma sesmaria às margens do Rio Itajaí no ano de 1815 ele declara que já mantém no local “*Um armazém para recolher os efeitos que ali compra para o giro do seu negócio*” conforme está estabelecido no livro número dois do **Registro de Sesmarias do Departamento de Terras e Colonização de Santa Catarina**.

Também não era o principal proprietário das terras que estavam disponíveis para a colonização. Grande parte era qualificada como terra devoluta pertencente ao governo central, outra parte estava em mãos de latifundiários e especuladores de terras. Esses especuladores compunham grupo de funcionários públicos e pessoas influentes junto às administrações em Desterro e Rio de Janeiro. Um dos grandes proprietários da época em que ocorreu o principal esforço colonizador era o Coronel Flores. Parece evidente que o mérito de Agostinho Alves Ramos estava justamente em ser o representante de um grupo político-econômico já bem estruturado no Vale do Itajaí.



Na condição de deputado da Província de Santa Catarina, Agostinho Alves Ramos conseguiu fazer aprovar a “Lei de Colonização do Vale do Itajaí” em 05 de maio de 1835. A lei estabelecia direitos e obrigações dos colonos, além dos critérios de distribuição dos lotes. Também previa a implantação de duas colônias próximas à Foz do Rio Itajaí. Uma às margens do Rio Itajaí-Açu (Gaspar – arraiais de Pocinhos e Belchior), outra às margens do Rio Itajaí-Mirim (Tabuleiro). As primeiras, terras de propriedade do Coronel Flores.

Os esforços do grupo político-econômico representado por Agostinho Alves Ramos foram eficazes de tal sorte a possibilitar a formação de colônias em todo o Vale do Itajaí. Mesmo diante do fracasso econômico de muitas dessas colônias o território foi ocupado definitivamente e passou a contar com uma produção que deu suporte para o desenvolvimento do porto de Itajaí. A atividade portuária, por sua vez, constituiu a base sobre a qual o Município de Itajaí foi erguido.

**1835** – Colônia Itajaí – Arraial de Pocinho (Gaspar). **1835** – Colônia Itajaí – Arraial de Tabuleiro (Itajaí). **1844 ou 45** – Colônia Belga (Ilhota). **1850** – Colônia Blumenau (Blumenau). **1860** – Colônia Brusque e Príncipe D. Pedro. **1877** – Colônia Luiz Alves. **1897** - Ibirama.

## **4 – período da autonomia**

### **4.1 - Primeira fase: autonomia político-administrativa**

O território onde está localizado o Município de Itajaí foi originalmente incluído no espaço pertencente a São Francisco do Sul. No dia 31 de março do ano de 1824 foi aceita petição feita ao vigário da Vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul e criado o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Para o local foi destinado o Frei Pedro Antônio Agote, com jurisdição entre os rios Gravatá e Camboriú.

No dia 12 de agosto de 1933 o Conselho Geral da Província elava o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí à condição de freguesia. Na oportunidade Itajaí deixa seu vínculo com São Francisco do Sul e passa à jurisdição da Vila de Porto Belo. Na condição de freguesia passa a ter o direito de ser sede de distrito, paróquia e circunscrição policial.

No dia 04 de abril de 1859 o presidente da Província de Santa Catarina – João José Coutinho – assina a resolução de número 464 que eleva a Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí à condição de Vila. O pedido de desmembramento fora feito no ano de 1855 e sofreu forte oposição dos dirigentes da Vila de Porto Belo. A circunscrição da Vila do Santíssimo Sacramento do Itajaí ficou estabelecida entre os rios Itapocu e Camboriú. Contudo, a Vila só foi instalada oficialmente no dia 15 de junho do ano de 1860, após seus moradores cumprirem a exigência legal de fornecer uma sede para abrigar a Câmara de Vereadores.

Portanto, temos um período próximo a quarenta anos que abriga o processo central de formação do que atualmente denominamos Município de Itajaí. Ou seja, o Município de Itajaí é gestado dentro do período em que ocorre o grande movimento de colonização do Vale do Itajaí. No ano de 1860 Itajaí vira uma página na sua história e

estabelece a fase da autonomia político-administrativa. Itajaí passa à categoria de Vila, depois Município. Como tal se consolida como porto e porta do Vale do Itajaí.

#### **4.2 - Segunda fase: porto público**

A história de Itajaí ganhou um salto de qualidade significativo quando o governo federal assumiu sua responsabilidade de concretizar melhorias de grande porte na estrutura portuária. Quando decidiu construir um grande farol no Morro de Cabeçadas, no ano de 1902, o governo federal estava sinalizando para a importância econômica de toda a região e sua inserção no estratégico setor da navegação (marítima e pluvial). As obras que foram realizadas depois (molhe, cais e armazéns), que se estenderam até 1956, evidenciaram que Itajaí fora escolhida como um dos pontos de referência da política econômica do governo. Laguna, Imbituba, Florianópolis, Tijucas, São Francisco do Sul ... e muitos outros municípios catarinenses lutaram por esse reconhecimento, mas, nesse momento, figuras itajaienses de expressão como Lauro Severiano Muller e Victor Konder, ambos na condição de ministros de Viação e Obras Públicas, souberam trazer para Itajaí todos os benefícios possíveis.

A história de consolidação do Porto de Itajaí pode ser marcada entre duas datas. O início pode ser marcado no ano de 1902 com a construção do Farol de Cabeçadas e, seu término, no dia 28 de junho de 1966 quando é assinado o Decreto Federal nº 58.780 considerando o Porto de Itajaí um "porto organizado" recebendo sua junta administrativa própria.

A consolidação da estrutura portuária pública é a consolidação econômica do Município de Itajaí. Tivesse o governo federal criado essa infraestrutura portuária em

*Reconstrução do porto de Itajaí, 2011. foto cedida por Magru Floriano.*



São Francisco do Sul, Florianópolis ou Imbituba, teríamos, com certeza, uma história completamente diferente em todos os sentidos. O lema estampado na bandeira de Itajaí reconhece o papel preponderante que o rio e o porto cumprem em sua história. Diz o lema: "Ex flumine magnitudo mea". Ou seja "Do rio vem a minha riqueza."

## 5 - período metropolitano

O Período Metropolitano pertence ao nosso futuro. Em algum lugar no futuro estaremos falando de uma Região Metropolitana. Resta-nos apenas determinar tecnicamente qual o contingente populacional necessário para estabelecermos como iniciado o referido período. As populações de Navegantes, Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí estarão completamente integradas, enquanto esses municípios avançam suas fronteiras urbanas em direção a Itapema, Tijucas, Brusque, Ilhota e Penha.

O Período Metropolitano será efetivamente inaugurado quando chegarmos a um milhão de habitantes?

## INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história – cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história – a incrível saga de um país**. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- CORDEIRO, Darlan Pereira. **Conhecendo Arqueologia**. Itajaí: ed. Autor, 2006.
- HEUSI, Nemésio. **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance**. Blumenau: do autor, 1982.
- SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. **A colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim**. Florianópolis: Edeme/Lunardelli, 1981.
- SANTOS, Viviane dos; SOUZA, Elaine Cristina de. **Movidos pela esperança: a historia centenária de Ilhota**. Itajaí: S&T, 2006.
- SERPA, Elio; RAMOS FLORES, Maria Bernadete. **Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717 – 1827**. Florianópolis: edufsc, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento; Brusque: SAB, 1974.
- SILVA, Afonso Luiz da. **Itajaí de ontem e de hoje**. Brusque: Mercúrio/O Município, 19[..]
- SILVA, José Ferreira da. **As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond**. Blumenau em Cadernos, Tomo VI, 1963. v. 4.
- SILVA, José Ferreira da. **A colonização do Valle do Itajahy – notas para a história dopovoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense**. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932.
- SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido; DA SILVA, José Ferreira; Moraes, Gil. **Itajai**. São Paulo: Escalibur, 1972.

## **Um olhar sobre políticas públicas em museus na cidade de Itajaí após implantação do estatuto de museus**

*Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior  
Gestor em Políticas Públicas, Museólogo e Historiador*



OS MUSEUS DO BRASIL VÊM SE PROFISSIONALIZANDO e construindo novos discursos que compreendem a inserção de novos atores no processo de salvaguarda da memória. Processo esse que se iniciou na década de 1960 com diversas ações de reavaliação dos locais de memória<sup>1</sup> e discutidos em diversas instâncias que partem de organismos internacionais, nacionais, regionais e locais.

Os reflexos dessas mudanças, em termos de políticas públicas, vêm se mostrando nas esferas nacional e estadual. Desde o lançamento da Política Nacional de Museus<sup>2</sup>, no ano de 2003, pelo Ministério da Cultura, foram criadas diversas demandas e principalmente eixos norteadores que serviram de base para ações dos museus no Brasil.

No Estado de Santa Catarina, o acompanhamento dessa proposta do Ministério da Cultura foi rediscutido, como a exemplo da Fundação Catarinense de Cultura que, através do Sistema Estadual de Museus<sup>3</sup>, insere a sociedade civil na discussão das políticas públicas estaduais para essa área. Nesse sentido, traz inovação para essa área cultural no Estado, devido ao debate acontecer em sistemas de fóruns e a divisão dos diversos museus em regiões museológicas, facilitando a inserção das diversas demandas para o poder público estadual.

Em Itajaí, desde que foi inaugurado o seu primeiro museu no início da década de 1980, o debate sobre a memória se acirra a partir do ano de 2005.

A partir de 2009, o Governo Federal implanta a Lei nº 11.904/09, conhecido como Estatuto de Museus, o que seria o grande desdobramento da Política Nacional de Museus. Marco regulatório que cria regras claras de como essas entidades culturais devem se moldar

à sociedade e o que se quer desses organismos públicos na preservação da memória nacional, regional e local. Contudo, com essa legislação, os museus do Estado precisam moldar-se diante dessa nova realidade de normatizações e adequar a estrutura existente à metas que rezam a profissionalização dessas entidades culturais perante o Governo Federal.

Para o entendimento dessa proposta, o método de análise desse processo, na cidade de Itajaí, será o Funcionalista:

Levando-se em consideração que a sociedade é formada por partes componentes, diferenciadas, inter-relacionadas e interdependentes, satisfazendo cada uma, funções essenciais da vida social, e que as partes são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo, o método funcionalista estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é, como um sistema organizado de atividades (MARCONI & LAKATOS 2010).

A Lei 11.904/2009 possui diversas relações que demonstram ações que compõem funções essenciais em museus no Brasil, que podem organizar funções claras dentro da estrutura dos museus, onde os mesmos devem se adequar à realidade tanto social como de sua função como instrumento público de fruição de saberes e de construção identitária cultural.





## **Política nacional de museus**

A partir de 2003, diversas medidas foram realizadas na área de cultura no país, dentre elas a implantação de uma Política de Estado para os museus e centros culturais. Dentro da história dos museus brasileiros existiram outras propostas similares, mas de forma participativa foi a primeira vez. O objetivo geral dessa política é bem claro e tem como intento:

Promover a valorização, preservação a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio de desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003, p. 08).



A aplicação desse objetivo vem acompanhada de eixos programáticos que englobam Gestão e Configuração do Campo Museológico, Democratização dos Bens Culturais, Formação e Capacitação de Recursos Humanos, Informatização de Museus, Modernização de Infra-Estruturas Museológicas, Financiamento e Fomento e por último e não menos importante Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais.

A Política Nacional de Museus demonstra a intenção de uma política de estado referente aos museus no Brasil, os eixos programáticos se desdobraram em programas de financiamento e construção de índices para estudos nas diversas áreas de atuação desses órgãos.

Nesse período, a organização dessa política ficava atribuída a um departamento do Ministério da Cultura, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), que realizava a articulação com outros órgãos do Governo Federal e instâncias Estaduais e Municipais. Nesse primeiro momento, com a busca de dados referentes aos museus, foi criado o Cadastro Nacional de Museus, o que gerou uma sistematização de dados que apontaram a necessidade de uma política pública para o setor. As diversas necessidades dessas instituições ficaram patentes e foram transformadas em editais que possuem finalidades conectadas entre a Política Nacional de Museus e as deficiências apresentadas pelos museus no cadastro mencionado.



Exemplo desses editais, o Modernização de Museus, no qual reza no seu objetivo o apoio financeiro para a modernização de instituições museológicas que vai desde o planejamento estratégico até reaparelhamento da estrutura dessas entidades. Outro edital, o Mais Museus, contempla a criação e estruturação de museus em municípios que possuem até 50.000 habitantes, ou seja, locais onde não possuem esse atrativo cultural.

Fora esses editais formulados pelo Ministério da Cultura, o DEMU incentivou empresas estatais a abrirem editais específicos para área de museus como a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Petróleo Brasileiro S/A, o que ocasionou uma demanda específica de recursos para os museus brasileiros.

Contudo, a falta de profissionais de museologia, naquele período, era latente. No ano de 2003 só existiam duas universidades no país para formação de museólogos no Brasil. A profissão museólogo é regulamentada pelo Governo Federal pela lei 7.287 de 18/12/1984 e prevê, no seu artigo 4º, "Para provimento e exercício de cargos e funções técnicas de Museologia na administração direta e indireta e nas empresas privadas, é obrigatória a condição de museólogo, nos termos definidos na presente lei", porém, a falta desse profissional causa dificuldade para o prosseguimento da Política Nacional de Museus. Com isso, o DEMU incentivou a abertura de diversos cursos pelo Brasil nos Estados de Santa Catarina<sup>4</sup>, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe e Minas Gerais.



Mesmo com as demandas defasadas de profissionais, o DEMU ampliou suas ações e continuou com os diversos editais, ampliou para outros e realizou concurso público para provimento de cargos nas estruturas do Ministério da Cultura como forma de assegurar suas ações em nível federal. Com isso, o Departamento de Museus consegue ampliar a demanda de museus no Brasil e estruturar uma Política Pública de Estado nessa área de patrimônio, ampliando os atores públicos e colocando como pauta política para esse setor.

Com esse aumento de demandas, o DEMU ficou maior que as possibilidades de sua alçada, então, através da lei 11.906/09, é criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), sendo que os museus nacionais de alçada do Ministério da Cultura ficaram sobre gerência desse novo órgão que foi gerenciado pelo Departamento de Museus.

### **Lei 11.904/09 – estatuto de museus**

Com o crescimento do campo museal no Brasil, aconteceu um preparo com políticas públicas nacionais no sentido de dar parâmetros mínimos para os museus e ampliação de ofertas para capacitação dos museus brasileiros, ora com publicações na área, ora com cursos oferecidos pelo então Departamento de Museus e Centro Culturais. As ampliações da rede de contatos, através dos Sistemas Estaduais são de fundamental importância para a interiorização das políticas públicas federais e, ao mesmo tempo, a ampliação das graduações nos estados do Pará, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Ou seja, toda a estruturação das políticas públicas com dados mais atualizados através do Cadastro Nacional de Museus proporcionou uma ressignificação dos museus no país.

Somente os dados do Cadastro Nacional de Museus não sustentam um conjunto de intenções, então, no ano de 2009, o então Departamento de Museus e Centros Culturais lança legislação que qualifica os museus no Brasil e norteia suas ações em regime de lei. Intitulada como Estatuto de Museus, cria regras para ações nessas instituições culturais, demonstrando que a partir dessa data situações claras de procedimentos técnicos e políticos ocorrem em níveis municipal, estadual e federal.

Com isso, o Governo Federal, através do Departamento de Museus e Centros Culturais (que depois se transformará no Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM), implanta a Lei 11.904/09 que regulamenta as ações dos museus. De acordo com a lei, em seu artigo 1º:

Consideram-se museus, para efeitos dessa lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou qualquer natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento<sup>5</sup>.

Contudo, no parágrafo único, demonstra e reforça quais instituições que serão enquadradas na lei:

Enquadrar-se-ão nesta lei instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e o socioeconômico e à participação das comunidades<sup>6</sup>.

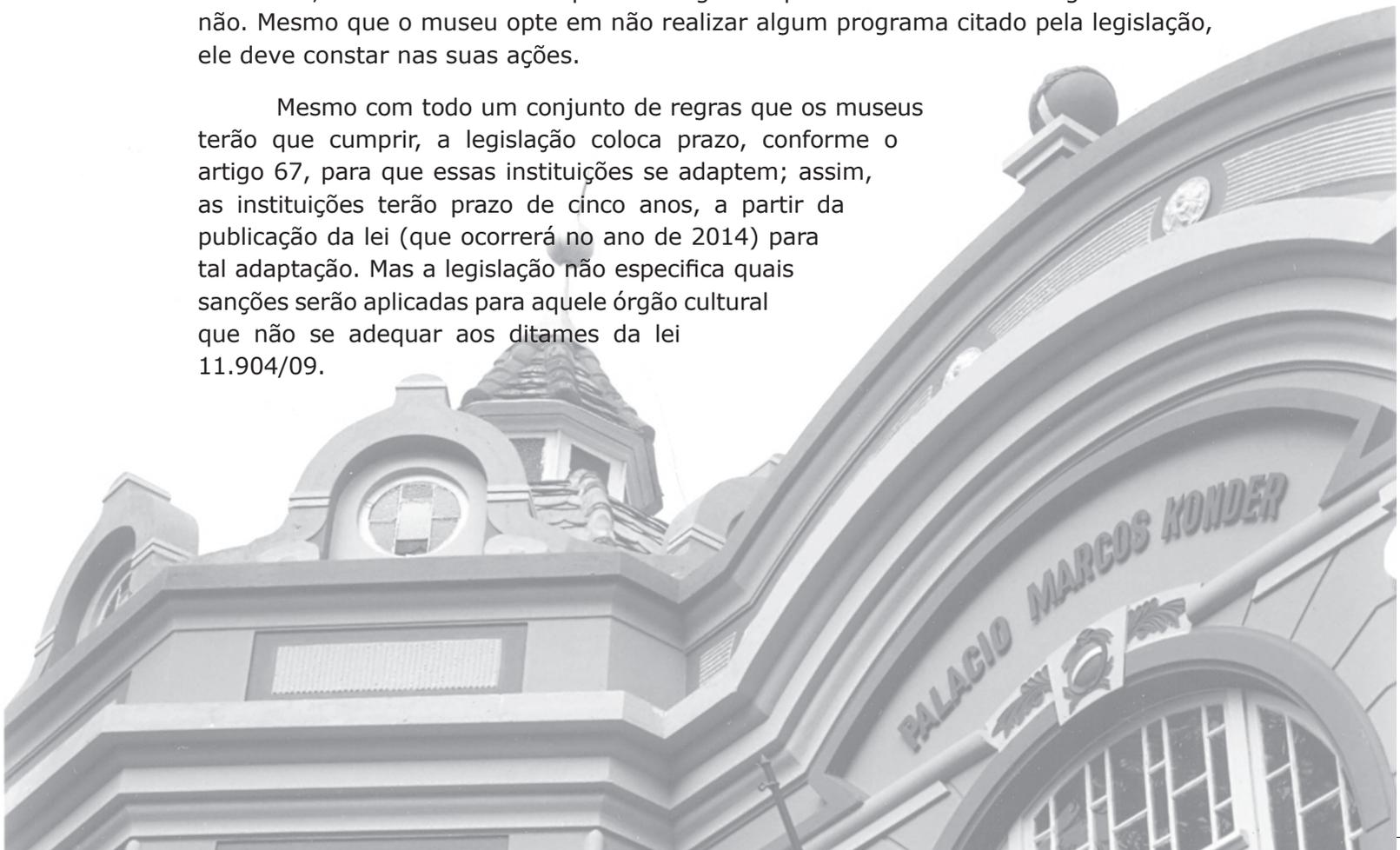
Conforme exposto acima, o Governo Federal regulamenta o que seria museu para cumprimento do referido estatuto, agora marco regulatório desse setor cultural. A confecção de documentos de gestão e de demonstração das ações técnicas e sociais deverá ser clara e de acordo com os preceitos de participação pública. Para isso, a lei coloca, nas Subseções I à V7, a necessidade de cada instituição promover a construção do documento para gestão dessas instituições intitulado Plano Museológico, no artigo 45 da lei, constatamos que:

O plano museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para identificação da vocação da instituição museológica para definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, construindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade<sup>8</sup>.

Com isso, os museus obrigam-se a profissionalizar-se tanto internamente quanto externamente para seus pares e a sociedade, elaborando seu planejamento global em programas<sup>9</sup>, nos quais são contempladas ações e metas a serem cumpridas dentro de prazos determinados. Contudo, a realidade de museus no Brasil é extremamente diversificada e rica.

A Lei 11.904/09 objetiva uma padronização dos processos administrativos para esse setor, onde museus devem priorizar alguns aspectos do Plano Museológico e outros não. Mesmo que o museu opte em não realizar algum programa citado pela legislação, ele deve constar nas suas ações.

Mesmo com todo um conjunto de regras que os museus terão que cumprir, a legislação coloca prazo, conforme o artigo 67, para que essas instituições se adaptem; assim, as instituições terão prazo de cinco anos, a partir da publicação da lei (que ocorrerá no ano de 2014) para tal adaptação. Mas a legislação não especifica quais sanções serão aplicadas para aquele órgão cultural que não se adequar aos ditames da lei 11.904/09.



Apesar dessa ambiguidade de obrigações e ao mesmo tempo sem sanções previstas, o Estatuto de Museus coloca um norte nas funções sociais dessas instituições. Agora, como são as relações dessa lei com os municípios e os reflexos para adaptação a essa nova realidade? Como a sociedade é beneficiada com essa legislação?

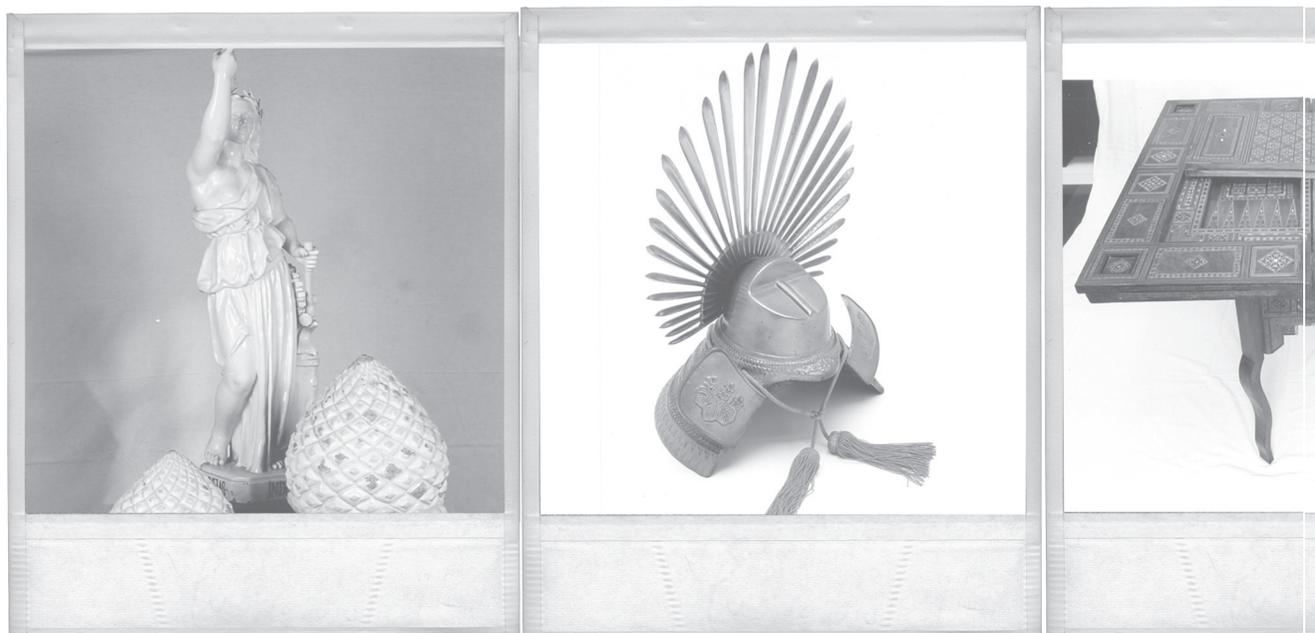
### **Relação política nacional de museus e municípios**

Desde a implantação da Política Nacional de Museus no ano de 2003, o Governo Federal vem demonstrando situações claras de mudança na forma como os museus deveriam se comportar diante da sociedade. Essas instituições no Brasil possuem, no seu histórico de formação, a adoção de modelos vindos do exterior, em especial o europeu<sup>10</sup>. A construção de uma identidade nacional e de uma história política factual transformou os museus no Brasil em locais de memória, valorizando determinados grupos sociais em detrimento de outros.

A mudança implantada pelo Governo Federal, no intuito de democratizar o acesso a outros grupos sociais que não foram contemplados, obrigou os museus do país a apresentarem novas propostas políticas ideológicas. Para isso, a necessidade de diálogo com a sociedade tornou-se premente para a aproximação dos museus com a população que os cerca. Para esse intento, o Ministério da Cultura (MinC), através do então Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), criou mecanismos para que ocorra o incentivo a essa finalidade.

Os editais públicos implantados pelo MinC foram as primeiras medidas de modificação dessa realidade, bem como as políticas de capacitação e valorização de grupos sociais antes não amparados pelos museus públicos no Brasil. Aliado a isso, empresas públicas como Petrobras, BNDES e Caixa Econômica Federal, através de editais específicos, incentivaram novas práticas de financiamento para a área. Aliado a essas linhas de fomento, incentivam os municípios com menor número de habitantes a criarem seus espaços de memória, bem como a modernização dos museus já existentes<sup>11</sup>.

Mas somente com estes editais os museus não podem se manter; para isso, a Lei 11.904/09 colocou, de certa forma, a profissionalização dos museus através de



planejamento que consiga dar sustentabilidade nas ações sociais dessas instituições. Mesmo assim, a política de editais do Governo Federal ampliou esse mecanismo não somente para museus institucionalizados, mas para ações que aproximem cada vez mais essas entidades culturais do patrimônio tangível e intangível local.

Em Santa Catarina, instituições foram contempladas pelos editais do Ministério da Cultura na área de museus, no ano de 2011. Cidades como Pinhalzinho, Rio Negrinho, Florianópolis<sup>12</sup>, Joinville<sup>13</sup>, Formosa do Sul, Caxambu do Sul, Criciúma, Timbó<sup>14</sup>, São Carlos, Imbituba e Brusque. Observando a tipologia, ações encaminhadas e localidades contempladas, percebe-se que, das cidades localizadas na região do Vale do Itajaí, somente Brusque obteve sucesso em suas tentativas.

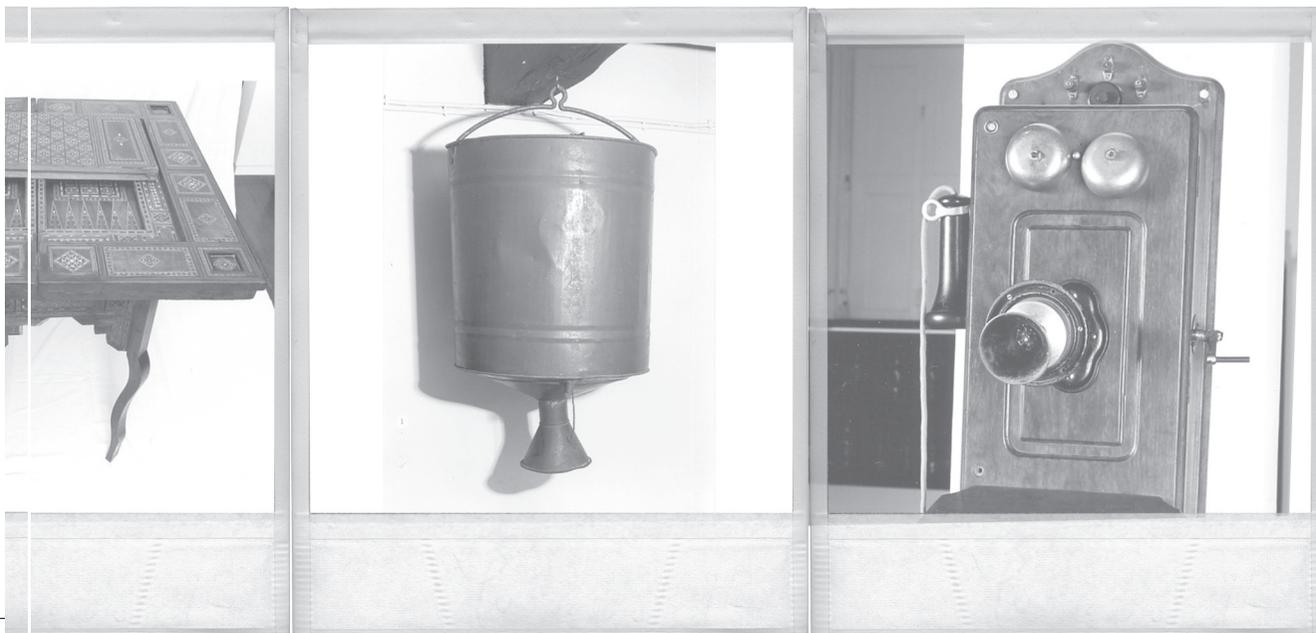
Com esse processo de ampliação e diversificação dos editais do Governo Federal para museus, o município de Itajaí, no último edital, foi contemplado no ano de 2004 pelo Programa Petrobras Cultural, referente ao Museu Etno-Arqueológico de Itajaí no seu processo de restauração da edificação sede do museu.

### **Estatuto de museus em Itajaí**

No ano de 2009, o Governo Federal, através do Ministério da Cultura e seu Departamento de Museus e Centros Culturais, implanta a lei 11.904/09, que acarreta em novas posturas diante da política pública dos museus. Em Itajaí, a lógica de gestão pública de museus fica vinculada a ações de governo.

Com isso, nesse ano, a primeira ação dessa gestão foi a implantação do Programa de Educação Patrimonial, que seria a continuidade de ações educativas que foram comprimidas e sistematizadas em um único conteúdo, o que padronizou as ações de atendimento e difusão do patrimônio dos museus para as escolas municipais de Itajaí. Observando a função social de um museu, a sua Ação Educativa foi de fundamental importância para a fruição do patrimônio e a construção dos saberes necessários sobre a memória da cidade através de objetos tridimensionais.

Nesse mesmo ano, foi realizado o primeiro projeto de inventário dos acervos do Museu Histórico de Itajaí (MHI), o que acarretou o repensar nas ações de salvaguarda



das informações, bem como no incremento na Documentação Museológica dos acervos institucionais do museu. Aliado a isso foi ampliada a Comissão de Avaliação de Acervos da Fundação Genésio Miranda Lins<sup>15</sup>.

No ano de 2010, foi realizada licitação para compra de projetos expográficos para os museus públicos da cidade. Neste ano foi inaugurado o Museu Etno Arqueológico de Itajaí<sup>16</sup> (MEAI), o segundo museu público da cidade, localizado no bairro Itaipava, longe do centro da cidade e instalado em zona de expansão urbana do município podendo demonstrar novos atores na formação social da cidade de Itajaí.

Porém o ano de 2011 foi refluxo de ações nos museus na cidade, não sendo registrada nenhuma aproximação à legislação 11.904/09.

Contudo, no ano de 2012, os museus da cidade fizeram três ações importantes: a revitalização da exposição de longa duração do Museu Histórico de Itajaí; a licitação de compra de projeto de restauro do Palácio Marcos Konder<sup>17</sup>; a revitalização das pinturas externas do prédio sede do museu.

### **Considerações finais**

As ações de políticas públicas para museus no Brasil avançaram nos últimos anos; sua ramificação para os municípios brasileiros vem se firmando constantemente através de ações que vão da capacitação até a abertura de linhas de investimento para essa área.

Mesmo com a necessidade de inserção de novos atores nos museus, esse processo será longo e irá depender do movimento das entidades interessadas e comunidades envolvidas pelo processo.

A lei 11.904/09 seria o grande passo para a regulamentação da área de museus no Brasil, trazendo à tona ações que os museus (públicos e privados) devem se comprometer. Mesmo sendo uma legislação recente, ela tem prazo de cinco anos para entrar em prática.

Os museus da cidade demonstram sinais de ação, como licitações para compra de projetos para execução de trabalhos necessários para o cumprimento de suas funções. Com a aplicação da lei 11.904/09, buscava-se o diálogo com os diversos atores sociais e profissionalizaria-se os museus públicos de Itajaí através de concursos ou contratação de profissionais para as diversas áreas museais.

Os museus, hoje, não devem ser vistos mais como locais de "coisas velhas", esquecidos e isolados sem o diálogo com a sociedade. A inserção dessas unidades como possibilidades de sustentabilidade social e locais de discussão da cidade na sua formação, ocupação territorial junto à participação dos diversos atores responsáveis pela construção da memória local, fazem esses espaços mais próximos da sociedade que os construiu.

## Notas

1NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

2BRASIL, Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus*. Brasília/DF, 2003.

3Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina em <http://www.fcc.sc.gov.br/index.php?mod=pagina&id=5232> último acesso em 13/06/2012.

4Em Santa Catarina, o Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), no ano de 2004 dá abertura de seu Curso de Museologia, o mesmo até hoje seria o único privado no Brasil, o restante dos cursos são de alçada das universidades federais. Não teve influência direta da Política Nacional de Museus, mas indiretamente foi atingido pela nova proposta aplicada pelo Governo Federal.

5Lei 11.904/09

6Lei 11.904/09

7I – Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança; II – Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa; III – Da Difusão Cultural e do Acesso aos Museus; IV – Dos Acervos dos Museus e V – Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais.

8Lei 11.904/09.

9Que seriam na totalidade de 10, onde cito o institucional, gestão de pessoas, acervos, exposições, educativo e cultural, pesquisa, arquitetônico-urbanístico, segurança, financiamento e fomento e por último mas não menos importante o de comunicação.

10Conforme Suano, os primeiros museus modernos são formados a partir do séculos XVII e XVIII, onde foram construídos dentro de uma lógica de demonstração de ícones nacionais e de afirmação na constituição de uma identidade político-administrativa.

11Sendo eles públicos e privados.

12Florianópolis foi contemplado nos Editais de Modernização de Museus e Modernização de Museus Microprojetos.

13Joinville foi contemplado nos Editais de Modernização de Museus e Modernização de Museus Microprojetos.

14Timbó foi contemplado no Edital Modernização de Museus Microprojetos em duas modalidades.

15Até o ano de 2008, a Comissão de Acervos se restringia aos museus.

16O projeto do MEAI é antigo, ele é fruto do edital do Petrobras Cultural de 2004.

17Sede do Museu Histórico de Itajaí.

## Bibliografia

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Legislação sobre Museus**. Brasília/DF, Edições Câmara, 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em Números**. Brasília/DF, 2011, V. 01.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Museus. **Programa de Fomento aos Museus: Resultado da Seleção**. Brasília/DF, 2011.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília/DF, 2003.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural: Profissão em Formação**. Duo Editorial. Belo Horizonte/MG, 2007.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa: Uma Introdução**. São Paulo/SP, 1999.

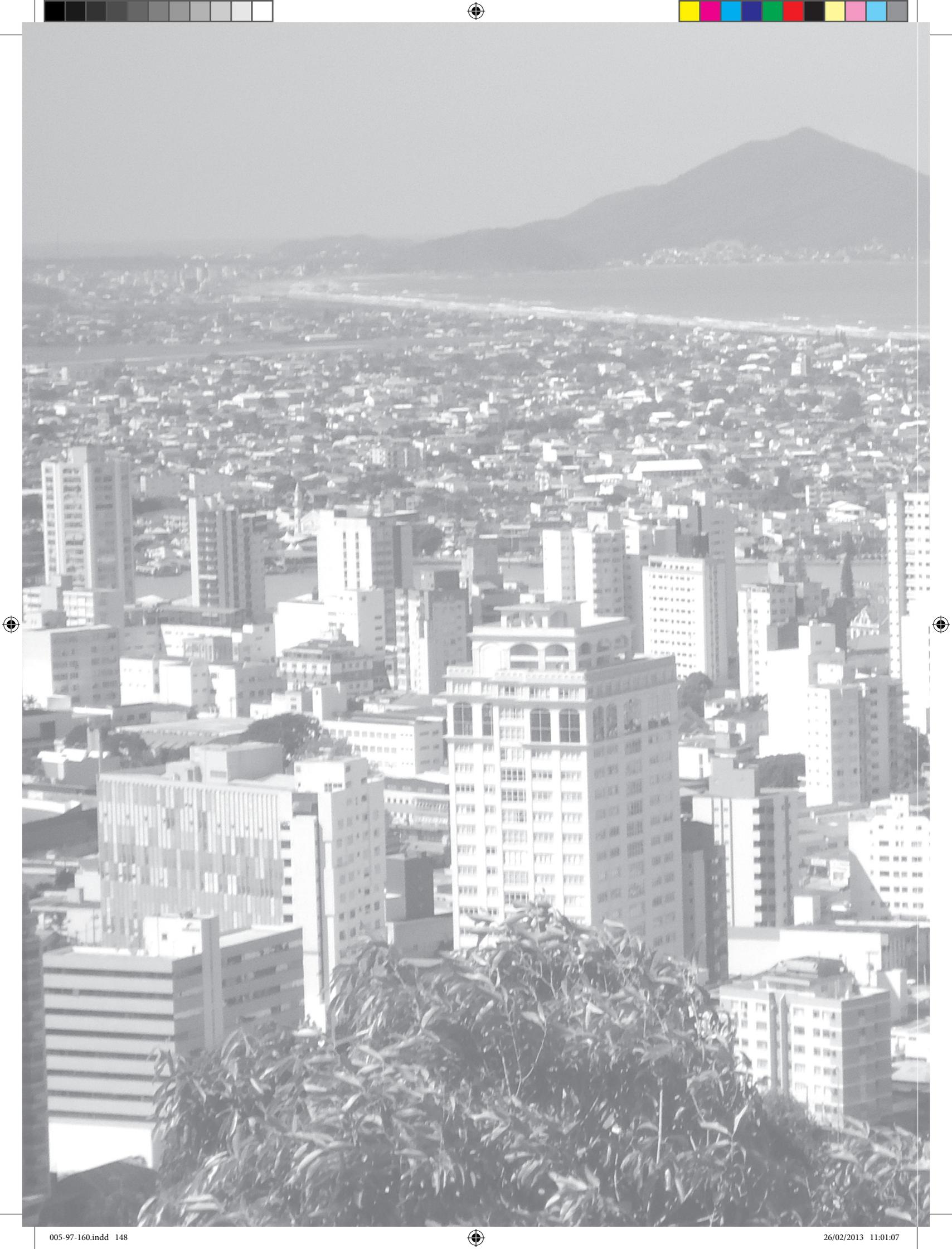
MARCONI, Marina de Andrade. & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. Atlas. São Paulo/SP, 2010.

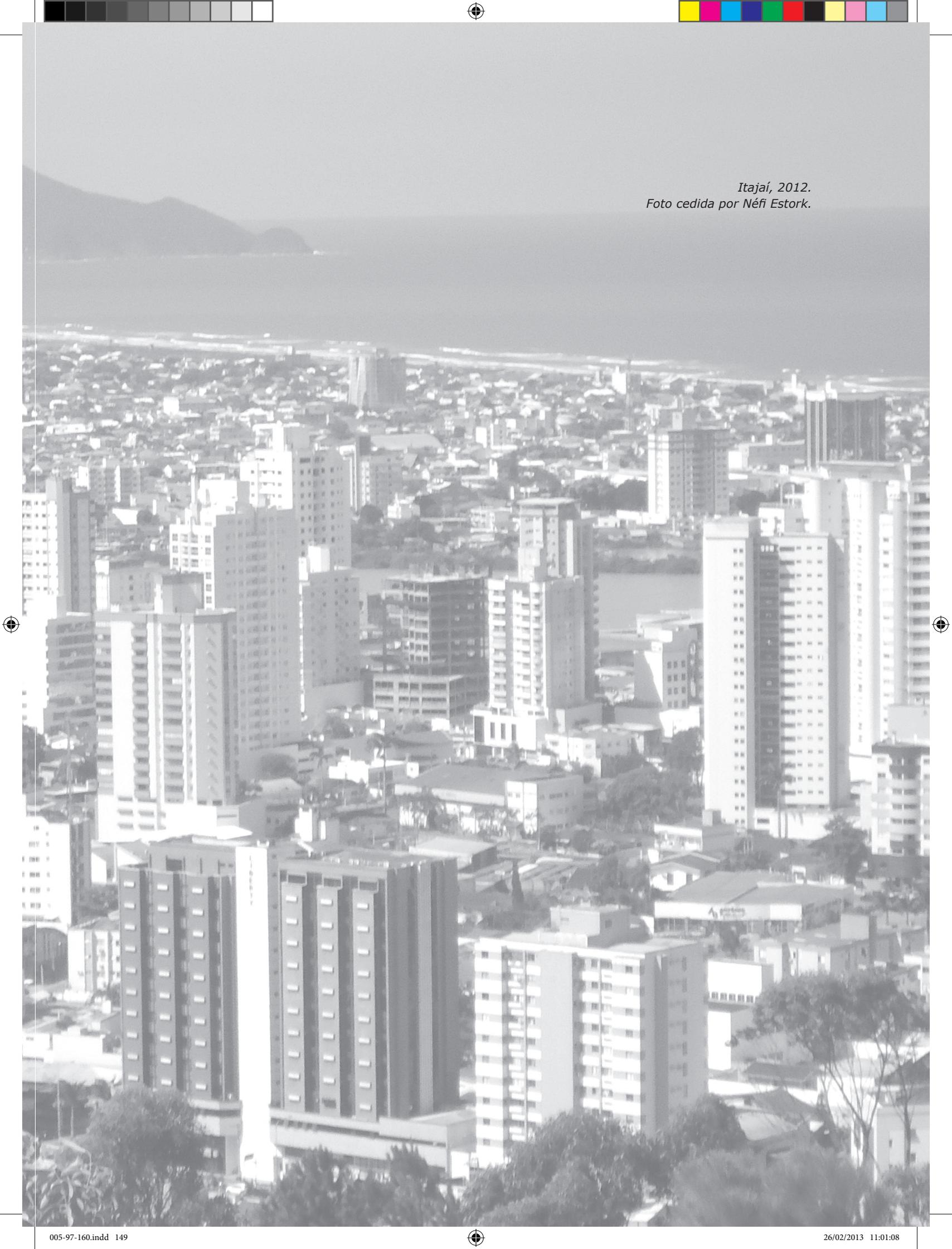
NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

RUBIM, Antonio Albino Canelas & BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. EDUFBA. Salvador/BA, 2007.

SUANO, Marlene. **O que é Museu?** Editora Brasiliense. São Paulo/SP, 1986.

VALIATI, Leandro & FLORISSI, Stefano (orgs.) **Economia da Cultura: Bem Estar econômico e evolução cultural**. UFRGS Editora. Porto Alegre/RS, 2007.





*Itajaí, 2012.  
Foto cedida por Néfi Estork.*



# A PEQUENA PÁTRIA

Marcos Konder





**D**este ano de 2012, em que comemoramos os noventa anos da conferência que dá título a este volume e o cinquentenário da morte de Marcos Konder, a Prefeitura de Itajaí, através da Secretaria Municipal de Educação e Fundação Genésio Miranda Lins, tomou a decisão de preparar uma edição comemorativa de “A Pequena Pátria”, obra literária tão cara aos itajaienses, num gesto de homenagem ao saudoso homem de letras que foi o ex-prefeito e de apreço pela cultura de nossa terra.

A presença desta obra de Marcos Konder no cenário cultural de Itajaí, e com a qual se fundou a historiografia itajaiense, vai completar noventa anos em 2013, merecia uma nova edição e comemorativa. Além da merecida homenagem ao autor e à obra, pretendem a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Genésio Miranda Lins multiplicar o acesso de professores e alunos de Itajaí à leitura do livro, que o escritor catarinense Nereu Corrêa, assim considerou:

Creio que até hoje, mesmo decorridos tantos anos, não se escreveu em Itajaí nada que se pareça com “A Pequena Pátria”. E o que mais me agrada nesse trabalho é que ele não está escrito no estilo seco e peço das monografias modernas; pelo contrário, há um “tônus” afetivo, uma ternura lírica pelo assunto que dá ênfase à linguagem sem comprometer a visão da realidade abrangente. É um livro escrito com o cérebro e o coração. Não é para ser consultado. É para ser lido.

Para ser lido, portanto, fez-se aqui uma edição com ortografia atualizada e, no mesmo volume, uma edição fac-similar destinada à guarda da memória da escritura e ao uso de eventuais pesquisadores.

*Secretaria Municipal de Educação  
Fundação Genésio Miranda Lins*



# **Discurso para Sessão Solene do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em Homenagem ao cinquentenário de Navegantes**

*Cristiano Moreira  
Instituto Caracol - Navegantes*



**Dia 22 de agosto de 2012**

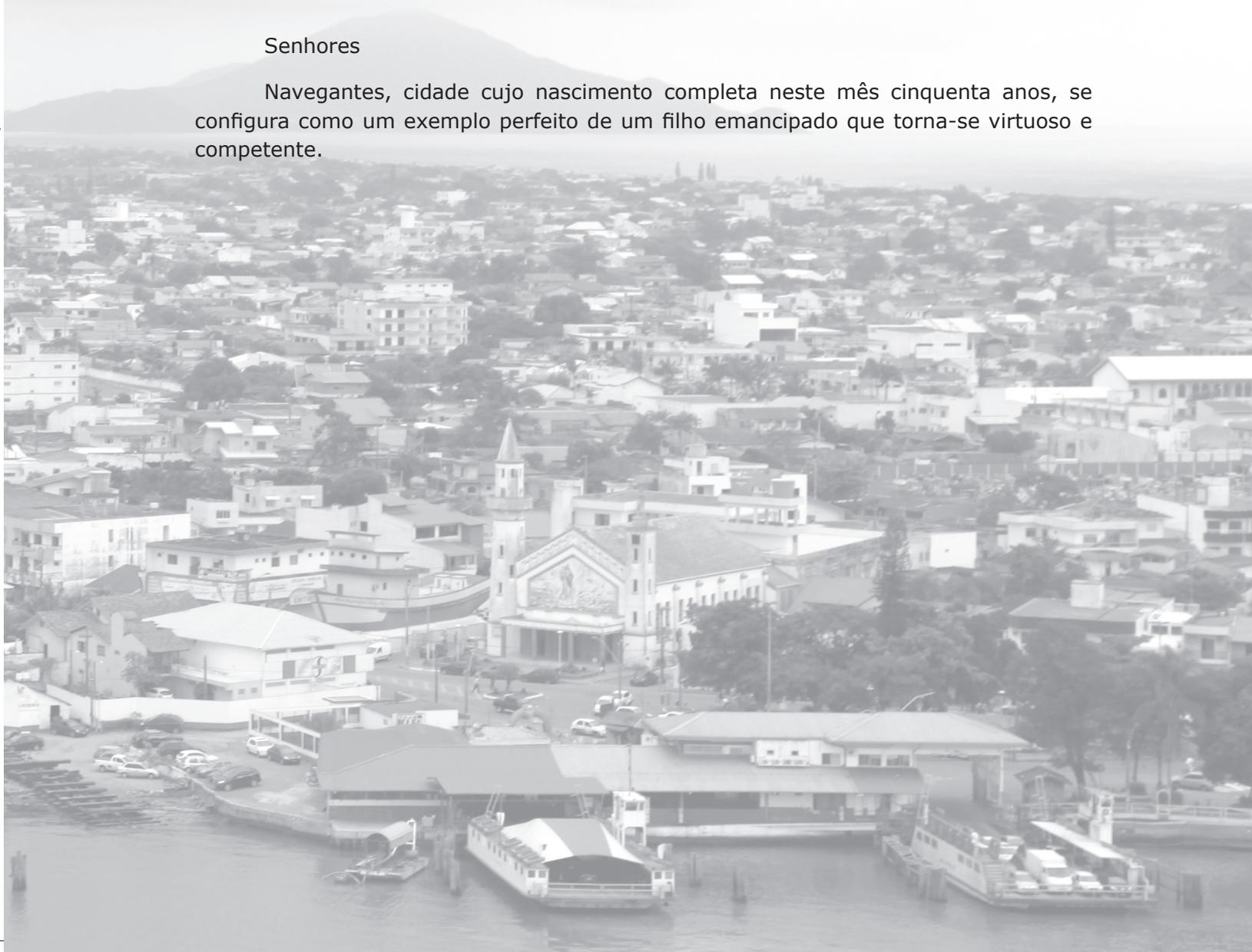
**Q**uero em nome do Instituto Caracol saudar a presença do Ilmo. Sr. Augusto Cesar Zeferino, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, dos Srs. Nereu do Vale Pereira e Prof<sup>o</sup> Edison D'ávila também membros do IHGSC em sua pessoa, saudar a todos e agradecer pela honra de receber esta sessão solene no cinquentenário de Navegantes.

Quero ainda estender meus cumprimentos, ao Sr. Marcos Montagna superintendente da Fundação Cultural de Navegantes e a todas as pessoas que sabem do valor deste encontro.

Quero ainda fazer uma menção especial ao Sr. Onofre Joaquim Rodrigues Jr. (Veloso), a sempre Professora Vilma Rebello Mafra, sabedora incontestemente de nossa história e a Professora e pesquisadora Didymea Lazzaris de Oliveira. Boa noite

Senhores

Navegantes, cidade cujo nascimento completa neste mês cinquenta anos, se configura como um exemplo perfeito de um filho emancipado que torna-se virtuoso e competente.



Se fizermos uma rápida viagem no tempo chegaremos a 1820, quando Miguel Gonçalves dos Santos escreveu ao ministro Vilanova Portugal alertando que a na Sesmaria do Baixo Vale do Tayahi carecia de uma freguesia. Em 1823 iniciava a construção da capela que Batizaria a Vila de Santíssimo Sacramento de Itajaí. Dez anos mais, em 1833 a nova freguesia tinha seus limites estabelecidos do Rio Gravatá ao Rio Camboriú e em 1859 formava-se a primeira Câmara Municipal.

Estes fatos aconteceram na margem direita do Rio Itajaí Açu, terras que pertenceram nos anos finais do século XVII e início do Sec. XVIII a João Dias de Arzão, sesmeiro das terras de Itajaí e que teve também morada na barra do rio, onde hoje está localizado o Bairro Porto das Balsas. De acordo com Marcos Konder em seu texto *A pequena Pátria* de 1922, os "Arzão é descendentes acabocladados da Família de Cornélius Arsing. Este Arsing foi depois batizado de Arzão." Cornelius Arsing era engenheiro, mestre fundidor e mecânico que casou-se com Elvira Rodrigues, que formou outro tronco da família dos Arzões. Digo isso para tentar traçar uma genealogia possível dos Rodrigues que provavelmente viajaram do oriente, passaram pela península ibérica até chegar aqui e que foram importantes na Fundação do Município de Navegantes. Aproveito o momento histórico para citar os nomes dos fundadores, prestando assim uma homenagem, são eles: ATANÁSIO JOAQUIM RODRIGUES; OSÓRIO GONÇALVES VIANNA; SEBASTIÃO ADRIANI; ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES JR.; JOÃO HENRIQUE REI; OLINDO JOSÉ BERNARDES; CIRINO ADOLFO CABRAL; VICENTE COELHO; ARNOLDO BENTO RODRIGUES; JOÃO HONORATO COELHO; FRANCISCO MARCELINO VIEIRA.

## II

Antes de sermos o que somos, cidadãos Navegantes, tínhamos a margem esquerda, alongando-se mar à adentro, com sua língua de areia fina que dialogava com o rio e com o mar, o pontal era o sinal de identidade do povo que construiria a cidade, construção em fecunda relação com a geografia. A língua de terra também deu o ritmo cantado da língua falada. Nossa prosódia própria dos remansos e rebojos. Alexandre Konder escreveu algo semelhante "O Pontal, traiçoeira língua de areia, espreguiçada na barra às carícias do amar, adquire uma tonalidade alva de lactências luminosas, escorrendo afoita por entre as vagas". A língua traiçoeira como se referiu Alexandre Konder era também sedutora, pois nas terras da Praia de Itajhay se instalaram, segundo o livro da pesquisadora Didymea Lazzaris de Oliveira, os primeiros povoadores do litoral. Dessa terra saiam os homens para o mar e dessa terra saia a mandioca para os engenhos, a combinação desses elementos terra e mar, farinha sal, homem e peixe foi o substrato nutritivo de nossa história, nosso orgulho. Dessa estirpe saíram também os mestres carpinteiros que fizeram e fazem de Navegantes, um dos poucos lugares no Brasil onde a arte da carpintaria da ribeira se mantém em atividade lucrativa.

Nossa cultura regada pelas águas deste fantástico rio, águas pelas quais passaram muitos aventureiros, como Dr. Blumenau, Fritz Müller, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e que serviram a pesquisadores como José Boiteux e a poetas de altíssimo nível como Lindolf Bell e nosso vizinho admirável Marcos Konder Reis. Segundo informação dada

pelo Historiador Bráulio Schlegel, o célebre escritor argentino Julio Cortázar passou por Navegantes por ocasião de uma visita que faria a um amigo artista visual em Blumenau. Filho de pescador e quando jovem ajudante de carpinteiro naval poderia aqui parafrasear o escritor Marcos Konder em um texto seu em homenagem ao centenário de Itajaí, no qual ele diz que

“não podíamos iniciar melhor os festejos de nosso centenário do que prestando um culto significativo ao instrumento primitivo de nossas conquistas – o barco, arrimo e primeira habitação de nossos antepassados quando abriram na s florestas do litoral a primeira clareira para nela fincar a primeira choupana.”<sup>1</sup>

A cidade outrora chamada de Arraial do Pontal, do outro lado, bairro de Itajaí, paróquia de Santo Amaro, hoje é reconhecida nacionalmente por seu crescimento, por seu potencial turístico, sua beleza e por sua cultura. Sabemos que esta cidade localizada na margem esquerda do rio Itajaí Açu possui nas linhas que constituem seu rosto, as mesmas linhas utilizadas para pesca, as linhas que desenham as fôrmas dos barcos, as linhas usadas pelos calafates, as linhas que unem, costumam e constroem outro tecido, agora não mais de descendentes dos portugueses, açorianos, vicentistas e alemães. Não mais e tão somente os frutos dos Coelhos, Coutos, Sacavéns, Rodrigues, Vieiras, Souzas, Gayas, Mullers, Reisers. Navegantes agora é a meca de desenvolvimento, é sinônimo de oportunidades. Navegantes agora possui outros falares, saberes vindos com os novos habitantes da cidade. Essa miscigenação rica e importante traz a tarefa de preservação do patrimônio histórico e cultural de navegantes para que não se perca toda a história dos engenhos, das pescarias, das carpintarias, terno de reis, bois de mamão e outras manifestações populares. Nossos mortos são fantásticos, fantasmas que devem habitar nosso imaginário.

O Dengo Dengo toca mais longe, atravessa os sete mares. Não é mais o sino tímido que nos batizou com essa onomatopeia: os Dengo Dengo dos amaro, a cidade reverbera longe agora e isso coloca sobre os nossos ombros, o desafio do crescimento com qualidade, do equilíbrio entre o social e o econômico. Estamos navegando para mais 50 anos. Oxalá eu possa testemunhar o centenário dessa cidade.

Muito obrigado.

---

1 Konder, Marcos. *A Pequena Pátria*. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1ª ed. 1923.

*Fotos de Nelson Robledo.*

DEPOIS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2008

Às 19:02 chovia tanto que o rio imaginava-se imóvel – uma placa fria de argila sobre a qual deslizava o ferry-boat em sua ininterrupta travessia. Mantinha a chuva seu ritmo e no mais o enegrecer das nuvens fendidas por relâmpagos:

No arquejar do corpo  
para a grama,  
uma parte que se chama infância,  
a grama verde-esmeralda  
de todos os dias, do arquejo  
que supõe a erva,  
que daninha, numa tarde de chuva fria  
e cinza,  
dana-se à revelia  
de uma vontade apenas;

e lembrar calçadas feitas de grama  
para serem pisadas  
no cotidiano dos dias,  
no segredo de um beijo  
sobre a calçada,  
na confissão de amigos e irmãos,  
na calçada verde de tanto  
tempo-tempo  
atrás que aqui se projeta.

Descalço, sobre a grama,  
a memória inteira  
de todas as eras,  
a infância e o amor,  
a brincadeira e o clamor  
de um dia de sol,  
de um dia de lua,  
de curtir o pé  
sobre o terraço nu  
do mundo.

Verde:  
um nome familiar a dourar  
sobre a grama alta  
como aquele som  
que vem do mar,  
um mar sem estrelas,  
um mar de verde dia,



na terra chamada vida,  
e no alto dos telhados,  
no silvo suave e sonoro  
da sombra do mundo,  
descansa o canto  
e a melodia.

O joelho, depostas as pernas,  
ajoelhado sobre o estranho,  
o chão,  
nosso país,  
o continente ambíguo  
de mar e terra,  
de sal  
e sol,  
a pronunciar a alegria de se estar solto  
e indefeso, mas seguro,  
como pandorga,  
sem o vento  
de qualquer desejo.

E rolar como quem cai do  
nada.

A esquina em curva,  
a calçada sem bússola,  
a calçada apagada  
pelo asfalto e cimento;  
a cidade chamada  
pelo nome  
e o nome sem efeito.

Chove. O sol,  
detrás da vida,  
sola seu compasso  
nesta chuva,  
como quem arco-íris  
adivinha.

(In.: Rogério Lenzi; Jardim de Vulcano - no prelo)

## ERRATA

Na edição de 2011, por descuido, deixamos de publicar as referências e fontes utilizadas no texto de Priscila Regina Carneiro Grimes. Segue, abaixo, o referido.

O Editor

### **“MERETRIZES NO MORRO CORTADO”: REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO NA IMPRENSA ESCRITA, ITAJAÍ/SC (1950-1980)**

*Priscila Regina Carneiro Grimes  
Licenciada em História (Univali)*

#### **Fontes**

Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica/Arquivo Público de Itajaí (CDMH/API)

Jornais

A Nação - 1962-1980

Correio - 1973-1976

Itajaí - 1954-1962

Jornal do Povo - 1950-1980

O Libertador - 1956-1961

O Popular - 1958-1961

Tribuna de Itajaí - 1960

Tribuna do Povo - 1960

#### **Referências Bibliográficas**

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.607-39.

BRAUN NETO, Francisco Alfredo. **Artefatos do Corpo**: os desejos de produzir corpos perfeitos em Itajaí na década de 20. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2001.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 13. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

- CARRARA, Sérgio. A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. (Orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p.17-37.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. Scotson. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). 1. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FÁVERI, Marlene de. Personagens à beira de um porto: mulheres de Itajaí. In: MORGA, Antonio. (Org.) **História das mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001. p.15-39.
- FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Prostituição em áreas urbanas**: histórias do Tempo Presente. Florianópolis: Ed. UDESC, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa**: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LUNA, Gloria Alejandra Guarnizo. **As ondas e o tempo**: uma análise sobre a transformação de um território, Praia Brava, (1970 – 2003), Itajaí, SC. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2004.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Pucinelli. (Org.) **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003. p.31-42.
- PEDRO, Joana Maria. Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Prostituição em áreas urbanas**: histórias do Tempo Presente. Florianópolis: Ed. UDESC, 2010. p.11-6.
- PEREIRA, Ivonete. **As decaídas**: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. 3. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANSONOWICZ, Onice. **Sobre penteadeiras e outras histórias**: prostituição em Itajaí, 1950-1980. 2006. Monografia (Especialização em História Social) – UDESC, Florianópolis, 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.16 (2), p.5-22, jul./dez. 1990.
- SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana**: a maquiagem possível. Itajaí: Ed. Univali, 1999.
- SILVA, José Bento Rosa da. **Estiva "Papa-siri"**: as mãos e os pés no porto de Itajaí. Itajaí: Ed. do autor, 2004.
- SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOUSA, Francisca Ínar de. **O cliente**: o outro lado da prostituição. 2. ed. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto; São Paulo: Annablume, 2000.

